



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ARTHUR IVES NUNES DA MOTA LIMA

**DIREITO, POLÍTICA E PODER – PADRÕES DE
RECRUTAMENTO DOS DESEMBARGADORES DE SERGIPE
(1891-2018)**

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca

São Cristóvão/SE
Fevereiro – 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LINHA DE PESQUISA: ITINERÁRIOS INTELECTUAIS, PROFISSÃO E
MERCADO DE TRABALHO

ARTHUR IVES NUNES DA MOTA LIMA

**DIREITO, POLÍTICA E PODER – PADRÕES DE
RECRUTAMENTO DOS DESEMBARGADORES DE SERGIPE
(1891-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca, como requisito para a conclusão do curso de Mestrado em Sociologia.

São Cristóvão/SE
Fevereiro – 2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Lima, Arthur Ives Nunes da Mota
L756d Direito, política e poder – padrões de recrutamento dos
desembargadores de Sergipe (1891-2018) / Arthur Ives Nunes da
Mota Lima ; orientador Fernanda Rios Petarca. – São Cristóvão,
SE, 2019
145 f.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2012.

1. Sociologia. 2. Elites (Ciências Sociais). 3. Poder (Ciências
Sociais). 4. Juízes. 5. Tribunais. I. Petarca, Fernanda Rios, orient.
II. Título.

CDU 316.344.42:347.962

ARTHUR IVES NUNES DA MOTA LIMA

**DIREITO, POLÍTICA E PODER – PADRÕES DE
RECRUTAMENTO DOS DESEMBARGADORES DE SERGIPE
(1891-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Rogério Proença Leite (Membro Interno)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa (Membro Interno)
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Verônica Teixeira Marques (Membro Externo)
Universidade Tiradentes - Alagoas

São Cristóvão/SE
Fevereiro – 2019

“A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais”

C. Wright Mills

AGRADECIMENTOS

Faço o registro inicial de agradecimentos para a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter viabilizado e financiado a produção do presente trabalho. Também faço referência ao PPGS-UFS (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe) pela disponibilização de toda a estrutura física, pelo aporte burocrático e pela composição de um corpo docente de alto preparo acadêmico/profissional.

Gostaria de tecer agradecimentos especiais a minha orientadora Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca, pela dedicação, suporte, paciência e por todas as oportunidades a mim oferecidas no que tange ao aperfeiçoamento acadêmico, pois desde a iniciação científica ela tem realizado junto a mim um trabalho de orientação impecável.

Agradeço também ao LEPP (Laboratório de Estudos do Poder e da Política) e aos colegas que integram o referido laboratório pela mobilização acadêmica e intercâmbio intelectual que foi fundamental em algumas reflexões tratadas neste trabalho.

Faço agradecimentos a todos os colegas do mestrado pela companhia nessa jornada acadêmica. Em especial, devo agradecer a Pâmella Synthia, Igor Salmeron, Saulo Barbosa e Fagner Bomfim pelas indicações de literatura que tiveram impacto fundamental na composição temática dessa dissertação e também pelas discussões sempre tão produtivas.

Agradeço imensamente a minha mãe (Maria Rosilene N. da M. Lima), meu pai (Zaqueu Gois Lima) e minha irmã (Nathália Alvina M. Lima) por todo o apoio e estímulo contínuo, o que me permite a todo instante sonhar e alçar voos maiores nesse percurso acadêmico. Agradeço também a minha namorada, Flávia G. de Godoy, que desde o início do mestrado nunca se furtou de me dar todo suporte e carinho nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Para concluir, deixo o registro de profunda gratidão para com meus amigos Gregório Cerqueira, Fagner Bomfim, Marília Oliveira e Jamile Pessoa. São amigas constituídas desde o período de minha graduação em Ciências Sociais e que tiveram impacto decisivo na maneira como vejo o mundo. Não só isso, o relacionamento com eles transpusera as barreiras da universidade e, por isso, tenho a convicção de que são amigas a serem cultivadas por toda a vida.

RESUMO

O processo de “tornar-se desembargador” do Tribunal de Justiça de um Estado pode ser entendido como um elemento de consagração profissional refletido em si mesmo, haja vista que evidencia a ascensão de um indivíduo a um cargo máximo dentro de uma hierarquia profissional. Contudo, as formas de operacionalização dessa ascensão não são uniformes, podem denotar a mobilização de recursos e habilidades que não se restringem à esfera profissional e que podem variar em termos de importância ao longo do tempo. É exatamente nesse contexto em que se edifica a problemática central dessa dissertação, ou seja, a ideia é tentar compreender como se opera o processo de “tornar-se” desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, tendo para tal o foco nos recursos sociais que viabilizam essa movimentação. Nesse sentido, o objetivo principal é o de examinar os padrões de recrutamento dessa elite profissional, o que implica na evidencição dos recursos sociais que são mais mobilizados pelos indivíduos para o alcance do referido cargo ao longo do tempo. De maneira ampla, empreender um debate dessa natureza permite tomar como pano de fundo a questão da composição estrutural do “poder”, entendendo nisso os aspectos referentes a hierarquização e legitimação social, bem como as modalidades e estratégias de ação dos grupos dirigentes que disputam entre si nas mais variadas esferas sociais na tentativa de galgar posições de grande prestígio. Enfim, trata-se aqui do viés de análise que põe uma elite profissional (os desembargadores) enquanto objeto central de estudo e que busca extrair dela os elementos mais substanciais para compreender como se processam suas dinâmicas e disputas, atentando sempre às interconexões das esferas política e profissional que se permutam nesse espectro.

Palavras-chave: Desembargadores, Política, Elites, Profissão, Poder.

ABSTRACT

The process of “become a state judge” at the Sergipe’s Court of Justice can be understood as an element of professional’s consagation reflected in itself, by the reason that’s showed more clearly the ascension of a person for the maximum post into this professional hierarchical structure. However, the forms of how it’s operated this ascension are not uniform, they can implicate the mobilization of resources and abilities that are not restricted to the professional’s sphere and that can variate in terms of importance by the course of time. It’s exactly into this context where it’s edified the main problematich of this work, that means, the main idea here is to comprehend how it’s operated the process of “become a state judge” having as main focus the examination of the recruitment’s patterns of this professional elite, which implies in the evidenciation of the social resources that are mobilized by this population for the objective of reach this post by the course of time. Promote this debate allows a greater analysis of how “power” is structured by Society, putting in perspective at the same time, the modalities and strategies of social groups whom are in dispute to reach these posts of prestige and power. Finally, it’s being proposed here the analysis of a professional elite as a main object of study, in which it will be possible to extract the most substancial elements to comprehend how it’s processed it’s dynamics and disputes, attenting at the same time to the possibilities of interconections by the political sphere and the professional sphere, that are permuted in this scenario.

Keywords: State Judges, Politics, Social Elites, Professionalization, Power.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. CAPÍTULO I – ITINERÁRIOS DE PESQUISA E DIMENSÕES ANALÍTICAS ENTRE A SOCIOLOGIA DAS ELITES E A SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES ... | 26 |
| 2.1 OS ESTUDOS DE ELITES – ITINERÁRIOS DE PESQUISA E COMPONENTES PARA A DELIMITAÇÃO DO OBJETO..... | 26 |
| 2.3 OS ESTUDOS NA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES – DIMENSÕES ANALÍTICAS E A QUESTÃO DO PODER | 32 |
| 3. CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA FIGURA DOS DESEMBARGADORES..... | 38 |
| 3.1 O SURGIMENTO E TRAJETÓRIA DOS DESEMBARGADORES - DA COLÔNIA AO IMPÉRIO | 38 |
| 3.2 OS DESEMBARGADORES E O JUDICIÁRIO SERGIPANO NO SURGIMENTO DA REPÚBLICA | 51 |
| 4. CAPÍTULO III – ANÁLISE DE FREQUÊNCIA DOS USOS DOS RECURSOS SOCIAIS DOS DESEMBARGADORES SERGIPANOS PELO MÉTODO PROSOPOGRÁFICO | 66 |
| 4.1 A CONSTITUIÇÃO E CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO PROSOPOGRÁFICO..... | 67 |
| 4.2 ANÁLISE DE DADOS PROSOPOGRÁFICOS DOS DESEMBARGADORES SERGIPANOS (1891-2018)..... | 73 |
| 4.2.1 Dados sociográficos gerais: | 74 |
| 4.2.2 Formação Acadêmica: | 82 |
| 4.2.3 Formação Profissional: | 89 |
| 4.2.4 Síntese prosopográfica: | 106 |
| 5. CAPÍTULO IV - PARENTELAS, DISPUTAS POLÍTICAS E COMPOSIÇÃO DO JUDICIÁRIO SERGIPANO NO PERÍODO REPUBLICANO | 109 |
| 5.1 DAS PARENTELAS AOS AGRUPAMENTOS POLÍTICOS E A RECONFIGURAÇÃO DAS ANTIGAS ALIANÇAS - 1889/1934 e 1935/1945 | 110 |
| 5.2 DO MOSAICO DE ALIANÇAS À ORGANIZAÇÃO DE NOVOS DOMÍNIOS POLÍTICOS – 1946/1985 e 1986/2018..... | 118 |
| 6. CONCLUSÃO..... | 132 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 136 |
| ANEXO..... | 143 |

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem como proposta central examinar os padrões de recrutamento da elite jurídica sergipana, partindo para tal, da análise dos recursos sociais que mais frequentemente são mobilizados e acionados pelos indivíduos que disputam as posições de maior prestígio e poder dentro deste universo profissional. Isso infere em delinear mais objetivamente um universo empírico centrado no posto mais alto da magistratura estadual, neste caso, os desembargadores do estado de Sergipe.

Atualmente a alta corte do Tribunal de Justiça de Sergipe é composta por 13 juízes de segunda instância (nomenclatura alternativa para a designação “desembargadores”) em franca atividade, sendo que desde 1891 (ano de institucionalização do judiciário aos moldes republicanos em Sergipe) até a presente data, 98 desembargadores¹ estiveram à frente da instituição. Esses magistrados têm por função principal o julgamento dos recursos que advém dos processos em primeira instância. Nessa esfera são reavaliadas as decisões dos juízes para os casos em que uma das partes num processo julga não estar satisfeita com a decisão jurídica final. Vale aqui esclarecer que os desembargadores não são chefes dos juízes de primeira instância, o que muda é apenas o grau de jurisdição, pois cabem aos órgãos corregedores o papel fiscalizatório (BONELLI, 2010a). De qualquer forma, os desembargadores são a figura máxima da justiça a nível estadual, são o topo da carreira magistrática. A figura do presidente do Tribunal de Justiça, por sua vez, é caracterizada pelo juiz de segunda instância incumbido de tratar da administração e representação institucional por determinado período de tempo, nessa lógica, não lhe é necessariamente conferido poderes jurídicos extras, apenas a competência da administração institucional do judiciário.

Dito isto, “tornar-se” desembargador ou presidente do Tribunal de Justiça de um Estado pode ser entendido como um elemento de consagração refletido em si mesmo, haja vista que evidencia a ascensão de um indivíduo a um cargo máximo dentro de uma hierarquia profissional. Contudo, as formas de operacionalização dessa ascensão não são uniformes, pelo contrário, podem denotar a mobilização de recursos e habilidades que não se restringem à esfera profissional e que podem variar em termos de importância ao longo do tempo. É exatamente nesse contexto em que se edifica a problemática central dessa dissertação, ou seja, a ideia é tentar compreender como se opera o processo de “tornar-se” desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, tendo para tal o foco nos recursos sociais que viabilizam essa movimentação.

¹ Ver a lista completa dos desembargadores em anexo.

Em linhas gerais, o objetivo é o de traçar os diferentes modos de acesso ao cargo de desembargador tendo por pano de fundo as dinâmicas de poder que podem interferir nesse processo. Parte-se do princípio de que as simbioses entre o domínio político e profissional podem determinar as dinâmicas constitutivas nessa esfera. Deste modo, tal perspectiva tensiona em grande medida os limites das ideias de neutralidade, objetividade e uniformidade, que não apenas pautam o discurso em torno do processo de consagração profissional, como também são compreendidos como elementos inerentes às dinâmicas puramente intraprofissionais ou de mérito individual, mas que se postas em paralelo com os próprios aspectos de formação e consolidação do espaço jurídico no Brasil e em Sergipe, uma série de incongruências nesse discurso passam a transparecer.

Em outras palavras, é válido dizer que é característica corrente dos espaços profissionais o desejo em exteriorizar grande neutralidade e autonomia em suas dinâmicas constitutivas, na crença de que esses elementos podem transmitir mais adequadamente o aspecto referente à competência profissional (RODRIGUES, 2002). Contudo, contextos de interlocução das esferas profissionais com espaços de poder, sobretudo com a esfera política, podem ser amplamente atestados em episódios fáticos muito pertinentes, e em particular, no Brasil, esses episódios são bem marcados por fenômenos como o “bacharelismo” (LIMA, 2016a; ADORNO, 1988; LEWIN, 1987) e a formação de redes políticas de base familiar nos séculos XIX e XX, também chamadas de “parentelas” (LEWIN, 1987; PETRARCA, OLIVEIRA, 2017). Esses referidos fenômenos deverão ser melhor descritos ao longo do texto.

De maneira específica, os objetivos dessa dissertação se configuram na pretensão de abarcar, primeiramente, a evidenciação sócio-histórica que atesta o largo convívio recíproco da área profissional jurídica junto ao universo da política, e de forma secundária, analisar a frequência dos recursos sociais que foram mobilizados ao longo do tempo a fim de sagrar um indivíduo enquanto juiz de segunda instância. Perscrutar esses objetivos será fundamental na determinação de como as modalidades de “acesso” ao cargo variaram no decorrer do tempo em termos de mobilização e importância de uso de determinados recursos sociais. Isso quer dizer que, por um lado, se constituem os elementos fáticos que notabilizam a visualização dos entrelaçamentos dos espaços profissionais com diferentes espaços sociais, e por outro lado é compreendida e visualizada a operacionalização efetiva das variações e frequência de uso de certos tipos de recursos sociais ao longo do tempo.

Dessa lógica é que se estabelecerão as bases de análise da presente dissertação. Para melhor esclarecer, é importante descrever que as formas de acesso ao cargo variaram durante o tempo mas nem por isso deixaram de denotar o fator consagratório de “tornar-se” um

desembargador. A título exemplificativo, no período colonial o recrutamento dos desembargadores que compunham o Desembargo do Paço (nome referente à instituição judicial desse período) perpassava necessariamente pela aprovação do rei, haja vista que os mesmos apenas desempenhavam uma função de auxílio em matérias judiciais, pois nesse caso, a justiça era tida como uma encarnação da figura real. Todavia, no período imperial, o judiciário brasileiro já era interpretado como um Poder de Estado, ainda que tivesse de conviver com o paradoxo de uma pretensa autonomia que era antagonizada pelo contrapeso do Poder Moderador, o qual permitia ao monarca brasileiro a faculdade em determinar a nomeação, transferência ou suspensão dos magistrados a comporem as instituições judiciais (SADEK, 2010a; CARVALHO, 1996; BARRETO, 2004). O que se percebe, enfim, é que nos dois períodos apresentados, o poder de influência dos monarcas sob a determinação da justiça variou, de forma a ressignificar até que ponto o recrutamento era competência direta dos mesmos. Nesse sentido, fica exemplificado de maneira básica que as formas de “acesso” variaram, mas nem por isso o cargo de desembargador deixou de representar o topo da hierarquia da magistratura. Ou seja, sempre foi preservada sua dimensão de consagração profissional independentemente da modalidade e o período em que o acesso era operado.

De maneira complementar a essas disposições, vale a mencionar um componente subjacente à configuração desse espaço profissional, que mesmo em diferentes períodos históricos conseguiu transparecer enquanto um componente de extrapolação de um contexto atinente apenas ao espectro profissional. Trata-se das redes de base familiar e sua íntima correlação com os contextos de configuração do espaço jurídico. Por exemplo, pode-se lançar aqui de antemão os casos de desembargadores como Claudio Dinart Déda Chagas, Edson Ulisses de Melo e Artur Oscar Déda, os quais foram respectivamente o irmão, cunhado e tio do ex-governador do Estado, Marcelo Déda Chagas (2007-2013). Esses evidenciam abertamente uma interlocução entre os universos do judiciário e da política, da mesma forma como se constata com o caso do ex-desembargador, Hunald Santaflor Cardoso, o qual foi irmão do então presidente de Estado, Maurício Graccho Cardoso, na década de 1920. Ou seja, esses exemplos aqui previamente lançados permitem compreender inicialmente que há uma articulação marcada entre a dimensão jurídica e política, conjugada nos aspectos familiares de suas relações, mesmo que em períodos históricos distantes entre si. Em outros termos, ainda que sem abarcar detalhes dessas interconexões, é possível perceber simplificadamente que esses contextos de intercâmbio entre espaço profissional e política possui na formação de redes de base familiar um elemento de sua tradução mais particular, ou por assim dizer, a parentela é o

elemento que permite convergir essas duas esferas de dinâmicas e princípios de organização tão distintos.

À vista a disposição preliminar e exemplificativa desses casos, nos é possível elencar pelo menos dois conjuntos de questões que merecem grande atenção. O primeiro está interligado à perspectiva do peso que poderá ser aferido à constituição de redes de influência de base familiar, tanto na dimensão política, quanto na dimensão profissional. Ou seja, o contexto de formação de “parentelas” deve ser aventado para dar maior amplitude na compreensão das dinâmicas de poder em Sergipe. Para tal, será necessário apontar logo mais as especificidades conceituais dessa categoria analítica.

A segunda dimensão de inquietações que podem ser levantadas com os casos exemplificativos acima lançados resguarda, em grande medida, um ponto de inflexão quanto aos limites da ideia de neutralidade, objetividade e uniformidade que pautam o discurso profissional no processo de consagração da elite jurídica como um todo, inclusive a sergipana. Nesse quadro, até que ponto a ideia de “merecimento”², que é um atual dispositivo legal de recrutamento intraprofissional, consegue de fato regular objetivamente a consagração desses indivíduos enquanto juízes de segunda instância, tendo em vista essas interligações entre os espaços profissionais, política e o peso das redes de influência de base familiar?

Esses dois blocos de questionamentos respaldam a hipótese lançada anteriormente de que é insuficiente abarcar as modalidades de recrutamento do espaço jurídico sem se inquirir quanto às interconexões que o espaço profissional jurídico mantém com outras esferas, tal qual a política (naquilo que pode ser preliminarmente traduzido pela influência das redes de base familiar, as parentelas, na composição da dinâmica do judiciário estadual). Nesse caso, alguns aspectos de cunho mais teórico podem nos dar o respaldo necessário de como tratar a problemática aventada. Para tal, vale aqui a compreensão de como abarcar as condições, para além daquelas do universo profissional, que podem ser apropriadas ao processo de reconhecimento e consagração dos magistrados.

A princípio, Rodrigues (2002) parece dar as pistas basilares a esse assunto, na medida em que propõe para os pesquisadores que desejam perscrutar os meandros das esferas

² O artigo 93, inciso II, alínea “c” da Constituição Federal define que “aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e prestação no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento” (BRASIL, 1988). O Conselho Nacional de Justiça, por sua vez, na resolução nº 106 de 06/04/2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau, resolve em seu artigo 4º que os critérios de avaliação de merecimento são: “I - desempenho (aspecto qualitativo da prestação jurisdicional); II - produtividade (aspecto quantitativo da prestação jurisdicional); III - prestação no exercício das funções; IV - aperfeiçoamento técnico; V - adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (2008)” (BRASIL, 2010).

profissionais, como os mesmos devem se posicionar a fim de evitar transformar em teoria aquilo que é pura doutrina profissional; ou como a própria autora descreve:

O sistema de crenças, representações e normas são o principal recurso que permite às profissões manter o mandarinato (autonomia e monopólio); a sociologia das profissões, ao transformar esta doutrina em teoria, cumpriu uma função ideológica, ajudando a legitimar e perpetuar o *status quo* (RODRIGUES, 2002, p. 41).

Nesses termos, a análise dos recursos sociais mais acionados pelos indivíduos que se inserem nesses percursos de consagração profissional, bem como a construção sócio-histórica da formação e consolidação do estrutura jurídica no Brasil, podem ser os caminhos possíveis que nos permitirá “correr por fora” da noção institucionalista, puramente atrelada ao conjunto de crenças do campo profissional de que aspectos como merecimento, autonomia do espaço profissional e neutralidade se constituem por critérios que não transparecem as correlações do espaço profissional com demais esferas do mundo social. Deve-se ter o cuidado em perceber, como colocado previamente pela autora, que esse é o discurso construído pelo universo analisado, é a sua forma de apresentar-se socialmente. Por essa razão interessa-nos aqui compreender como o recrutamento se processara objetivamente, a partir das mobilizações de recursos sociais pelos indivíduos nessa esfera ao longo do tempo, considerando tais mobilizações com elementos extraprofissionais que lhes são significativos.

Para reforçar a argumentação quanto às simbioses entre o espaço jurídico e a política, vale colocar de maneira complementar o entendimento de que o atual modo de acesso ao cargo de desembargador, em perspectiva legal, se dá por mecanismos distintos daqueles que são aplicados para a seleção, por exemplo, de juízes de primeira instância. Enquanto esses só chegam ao cargo por meio de concurso público, aqueles, por sua vez, podem ser nomeados ao cargo por duas vias, são elas: a) por promoção entre os próprios juízes de direito, atendida a já referida ferramenta legal de “merecimento”, ou também pelo critério de antiguidade; b) via a lei do “quinto constitucional”³, que se caracteriza, sobretudo, pela disposição de um quinto das vagas do tribunal para membros do Ministério Público e para advogados de carreira. Trata-se de um acesso lateral à magistratura que visa diversificar a composição social e profissional da corte (PALADINO, 2007).

³ Artigo 94 da Constituição Federal de 1988 que trata da organização do Poder Judiciário, define que “um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais do Estado e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicado por lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para a nomeação” (BRASIL, 1988).

Pelo que é descrito na regra do “quinto constitucional”, é importante nos ater ao caráter decisório do Poder Executivo estadual em confirmar um dos nomes da lista tríplice à alta corte. Sendo assim, ao que se apresenta, o processo de definição dessa elite profissional se coloca de maneira descentralizada, pois não se conjugam, como já dito, unicamente as dinâmicas de acesso que partem de um universo propriamente jurídico. Esse caractere por si só já suscita uma discussão com relação à autonomia do espaço profissional, mas quando colocada em paralelo com os casos exemplificativos de enlaces familiares que circundavam os Poderes Executivo e Judiciário de maneira concomitante, nos reforça a ideia de que as dinâmicas políticas e profissionais possuem uma interlocução muito mais enraizada do que parece transparecer.

Mas retomando um pouco a discussão com relação à diferenciação dos modos de acesso que são percebidos entre um juiz de primeira instância para o de segunda instância, tal constatação permite também tensionar uma discussão de cunho mais teórico acerca da sociologia das profissões, no que diz respeito, principalmente, aos limites explicativos da noção de “profissionalização”. Uma parte da literatura aborda essa noção enquanto um processo evolutivo de autonomização do espaço profissional, de especialização das habilidades e serviços, de institucionalização e controle do acesso à esfera profissional (RODRIGUES, 2002; LIMA, 2016a; BONELLI, 2010a, 2010b). Nesse desenho, como então se encaixaria a perspectiva de descentralização do poder de recrutamento da elite jurídica desempenhada pelas regras do “quinto constitucional”? Simplesmente qualificamos o espaço jurídico como “não profissionalizado”? Ignoramos as causas sócio históricas constitutivas de formação do cargo de desembargador no Brasil? Ignoramos aos processos de especialização desse espaço profissional e sua cultura jurídica?

As respostas para tais questionamentos elencados demandam a tomada de uma posição teórica que preze pelos seguintes caracteres: a) de verificação dos condicionantes sócio históricos que viabilizam o surgimento da figura do desembargador, dado o entendimento de que os modelos analíticos a-históricos (RODRIGUES, 2002) ou centrados unicamente na perspectiva de mercado, não dão conta em “lidar com a diversidade de experiências de profissionalização” (BONELLI, 1999, p. 63); b) de consideração de que os recursos sociais mais mobilizados, ainda que importantes na composição interpretativa do grupo em questão, não devem ser analisados apenas descritivamente enquanto um quadro meramente sociográfico (ALMEIDA, 2010). É extremamente importante que se permita interconectar a análise desses recursos com os processos históricos correspondentes a cada momento analisado, pois dessa forma será possível compreender a profissionalização do espaço não como elemento centrado em si mesmo, mas pelo contrário, enquanto um processo que compreende outras esferas do

mundo social, admitindo sua incorporação e um consequente condicionamento da estruturação do espaço profissional e que, sobretudo, permite abarcar os processos locais de experiência e construção das profissões. Dessa maneira, é possível reforçar ainda mais a perspectiva lançada das possibilidades de interlocução entre um espaço profissional e a política a partir da compreensão dos fenômenos locais que lhe permitem uma tradução objetiva, fática.

Tratando dessa possibilidade de se abarcar experiências de profissionalização locais, vale destacar que alguns autores que lidam com pesquisas de caráter sócio-histórico e de construção da burocracia do Estado Nacional brasileiro atestam, invariavelmente, que há efetivamente impactos nas permutações do universo político sob o âmbito jurídico (e vice-versa), seja em termos de visualização de uma utilização do título acadêmico como recurso para alçar a ocupação de cargos no Estado (ADORNO, 1988), ou ainda mais especificamente em se tratando de um contexto de domínio dos magistrados em cargos eletivos (CARVALHO, 1996).

Isso implica, mais uma vez, que a perspectiva de associação entre profissão e política se torna absolutamente essencial para entendimento de alguns aspectos mais gerais, que fogem ao núcleo de visualização de dinâmicas meramente profissionais ou meramente políticas. A dizer do referido processo de “profissionalização”, que nesse espectro ganha uma roupagem teórica totalmente diferente da definição anteriormente mostrada. A mesma passa a ser entendida a partir dos condicionantes sociais que possibilitam às “profissões ou a certos grupos ocupacionais desenvolverem e manterem situações de privilégio; condições que permitem que se distingam pelo elevado estatuto, grau de controle, organização e influência” (RODRIGUES, 2002, p. 45) e não unicamente como um estágio de desenvolvimento de uma pretensa autonomia profissional. Ou seja, a diferença aqui é a de que a “profissionalização” passa a ser vista a partir dos processos sociais que permitem a um grupo (sobretudo a uma elite profissional) em criar condições de controle (poder) e que tenha a capacidade de configurar o espaço; e não apenas como um estágio de desenvolvimento evolutivo, de um processo que se opera por questões inerentes a dinâmicas intraprofissionais, mas sim que, enfim, compreende as dinâmicas locais de poder para sua construção.

Nesses termos, o exame da alta magistratura estadual se justifica pela possibilidade de empreendimento de uma discussão em que seja colocada a questão estrutural do “poder” como pano de fundo, entendendo nisso as modalidades e estratégias de ação dos grupos dirigentes que disputam entre si nas mais variadas esferas sociais, ambicionando adentrar posições de grande prestígio e mando. Torna-se possível, a partir dessas pretensões de análise, a compreensão dos processos de conservação social e dominação de um grupo dirigente, para o qual Sergipe será um caso exemplificativo dessas operacionalizações.

Fica evidente que o viés de análise aqui proposto não apenas aborda as dinâmicas de um grupo profissional, mas também busca extrair dela os elementos mais substanciais para compreender como se processaram movimentações para além dos limites dessa esfera. Carvalho (1996) exemplifica muito bem no trecho abaixo como os imbricamentos entre profissões e a política são importantes para a compreensão de questões estruturais por onde se processavam as dinâmicas de poder político. No caso da análise do autor em questão, fica notório o peso da formação acadêmica num contexto de dominação e acesso a postos da alta burocracia estatal por parte das famílias de elite, dentro de um recorte temporal centrado no período do império brasileiro (1822-1889); vejamos:

Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição *sine qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio. Em alguns casos, a influência familiar era suficientemente forte para levar o jovem bacharel diretamente à Câmara. O apoio familiar e dos amigos e o patronato dos líderes já estabelecidos era, aliás, presença constante em todos os passos da carreira (CARVALHO, 1996, p. 111).

O trecho acima é sintomático para a visualização de que não é possível explicar suficientemente o processo de constituição do judiciário desconsiderando as simbioses com os interesses familiares, com as disputas pelo poder político, pelo prestígio e conservação de posições sociais ou com as redes de influência formadas – a se dizer, por exemplo, da formação de redes de base familiar e suas dispersões no mundo político. Nesse ponto, a referência exemplificativa que lancei anteriormente quanto aos entrelaçamentos familiares de alguns desembargadores com governadores do Estado, permite aferir o peso que as redes de base familiar, também chamadas de “parentelas”, exerciam nos contornos da dinâmica de concorrência dentro das profissões e nas dinâmicas de poder político a nível do Estado.

Nesse quadro, vale colocar que a categoria analítica “parentela” é descrita como uma rede de relações de base familiar mais fluida do que aquelas que se centram na perspectiva da consanguinidade, na medida em que a parentela, que é conceito intercambiável com a noção de “família extensa” (QUEIROZ, 1976), traz em seu escopo a ideia de uma rede de parentes, sejam esses amigos, filhos, irmãos ou concunhados; enfim, é abarcado não apenas o grupo que se identifica pelos laços de sangue, mas também aquele o núcleo de indivíduos que sustentam laços de amizade muito próximos (LEWIN, 1987). A base da parentela é familiar, mas essa não limitação consanguínea permite que o grupo formado não apenas agregue, mas também diversifique suas redes de solidariedade (PETRARCA; OLIVEIRA, 2017). Fato esse que implica a possibilidade de maior influência em espaços de poder, sobretudo na política e, por

que não, no judiciário. É importante elencar esse tipo de definição para que se torne mais simples a visualização de que as dinâmicas políticas ou profissionais podem estar amplamente assentadas nessas possibilidades de expansão de influência a partir do contexto das “parentelas”.

Dentro desses contornos, também vale dar destaque a um fenômeno social que marcou sobremaneira as dinâmicas políticas na segunda metade do século XIX e quase todo o século XX, o “bacharelismo”. Carvalho (1996) e Adorno (1988) apontam que a formação superior no Brasil foi sinônimo de distinção e ferramenta de acesso ao aparato burocrático do Estado. As carreiras jurídicas ganharam mais destaque nesse quadro, pois exerceram um maior impacto na medida em que delas era prestada a transmissão das habilidades e conhecimentos necessários para a administração da máquina pública e distinção política por meio da oratória. Ou seja, o uso político da titulação acadêmica marcou a constituição do referido fenômeno social na história política brasileira.

O “bacharelismo” tornou-se nomenclatura comum na descrição da predominância maciça dos bacharéis na vida política do país, exercendo funções burocráticas que necessariamente lhes fugia a especialidade da formação superior (LIMA, 2016a; ADORNO, 1988). Alguns outros autores atestam ao mesmo fenômeno, ainda que não fazendo uso extensivo da nomenclatura, percebem que todas as características aqui colocadas quanto à preponderância dos bacharéis na política e nos aparatos burocráticos foram marcantes da vida política brasileira e/ou sergipana, sobretudo no período imperial e início da república. São os casos das produções de Carvalho (1996) e Lewin (1987) – tratando-se de trabalhos a nível nacional –, bem como os de Nunes (2006) e Dantas (2009) – tratando-se de trabalhos a nível regional.

Nesse ínterim, a conjunção entre o contexto de formação das “parentelas” e do fenômeno do “bacharelismo” torna-se a matriz de visualização inicial de que as interlocuções entre a política e a esfera jurídica foram condições correntes e que se alimentavam mutuamente, de maneira a ser percebida tanto em esfera local quanto nacional, marcando assim a percepção de que Sergipe pode ser elencado como um caso sujeito a análise.

Isso infere, em resumo, que se debruçar sobre as modalidades de recrutamento no espectro da alta corte jurídica sergipana pode muito bem se traduzir objetivamente na compreensão de elementos que partem de fora para dentro do espectro profissional, na medida em que se aborde as variações nas modalidades de “acesso” ao cargo que foram desempenhadas ao longo do tempo, como também, pode garantir um contraponto ao discurso de autonomia,

objetividade e neutralidade que é advogada pela esfera jurídica. Mas como, enfim, tratar metodologicamente essas pretensões?

Minha proposta é a de abordar essa temática por duas vias básicas. Na primeira delas serão abarcados os pressupostos constitutivos do objeto de estudo dessa dissertação. Isto é, será feito uso do método sócio-histórico para traçar o mapa dos processos e condições sociais e políticas que viabilizaram o surgimento dos desembargadores no Brasil e em Sergipe. Isso incute a uma tomada analítica que parta para a visualização das condições de estruturação do espaço jurídico desde seus primórdios constitutivos, que se debruce sob os aspectos mais atinentes às interconexões das dinâmicas de poder caracterizadas por uma grande centralização de competências no período colônia, até a consolidação e institucionalização das esferas da justiça no decorrer do período imperial, para enfim, traçar o mapa de construção da justiça sergipana que se desenvolvera no alvorecer da República.

De maneira subsequente, a proposta é a de aplicação da metodologia de análise de biografias coletivas, a prosopografia, para que se compreenda mais detidamente, a partir de recortes temporais em consonância com mudanças substanciais nas condições de exercício jurídico e político, como variou o perfil de construção profissional da carreira de desembargador e como isso foi significativo uma tomada de visualização da frequência de usos de determinados recursos sociais por parte dos indivíduos para alcançar sua consagração adentrando a alta magistratura estadual. Tudo isso denotará conjuntamente a descrição de um perfil das diferentes formas de acesso associadas à alta esfera da desembargadoria sergipana.

Essa última metodologia, em específico, merece algumas considerações preliminares quanto a seus pressupostos de utilização. A prosopografia funciona basicamente com a prévia definição de uma população e o estabelecimento de um questionário biográfico cujas diferentes variáveis servirão à descrição de sua dinâmica em um longo período temporal (CHARLE, 2006a). Ela também permite a convergência desses dados junto aos componentes históricos condicionantes de cada período analisado. Assim, tal perspectiva metodológica se centra não apenas na investigação dos indivíduos em si, mas admite também a construção interpretativa dos elementos que condicionam um grupo em diferentes recortes temporais. Neste sentido, o referido método consegue mobilizar componentes históricos e objetivistas, promovendo a constituição de um quadro interpretativo completo (CODATO, HEINZ, 2015b; CHARLE, 2006a; ROUBAUD-QUASHIE, 2015).

Como observado, é necessária uma prévia delimitação da população a ser estudada para dar seguimento a essa metodologia. Ainda que os pressupostos mais teóricos de sua delimitação

se encontrem melhor explanadas no primeiro e no terceiro capítulo dessa dissertação, vale aqui elencar algumas justificativas mais práticas que respaldam esse recorte do objeto empírico.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao espectro abstrato de “poder” que se enlaça na composição de uma “elite” (seja ela social, econômica ou profissional). Como bem esclarece Saint-Martin (2008), uma elite, em sentido amplo, se define por compor um grupo de indivíduos no topo da hierarquia social, exercendo funções de domínio e poder reconhecidas e valorizadas. Seguindo essa interpretação, a posição de maior dominância no âmbito jurídico estadual se delimita exatamente na figura dos desembargadores. As demais figuras que compõem as outras esferas de destaque na magistratura, tais como os promotores de justiça do Estado, juízes federais e presidentes de Tribunais Regionais, foram desconsiderados à análise por conta das limitações que suas posições lhes impõem. Por exemplo, os promotores de justiça não possuem poder jurídico decisório, os juízes federais atendem a uma lógica de seleção que foge o âmbito estadual, os presidentes dos Tribunais Regionais se limitam a tratar de matérias específicas como “trabalho” e “eleições”. Assim, não atendem aos critérios estabelecidos para a caracterização de uma elite, ainda que sejam cargos de grande visibilidade.

No que tange à segunda etapa de elaboração metodológica para aplicação da prosopografia, que se centra exatamente na construção das fichas prosopográficas, torna-se importante notar, previamente, o porquê de sua aplicação e elaboração. Ou seja, deve-se refletir sobre qual o sentido que a mesma impõe para o alcance dos objetivos de pesquisa aqui pretendidos.

O primeiro elemento a ser colocado faz referência ao problema de pesquisa aqui delineado. Tendo por pressuposto que o acesso à esfera da elite profissional jurídica se concretiza ante a mobilização de diferentes recursos e competências de outras esferas do mundo social - como a política - para se alcançar a consagração profissional ao longo do tempo, torna-se imperativo dispor do conjunto de informações acerca da vida dos desembargadores que compuseram a alta corte sergipana em todo o período republicano, no intuito de efetivamente acessar as informações que possam ser pertinentes nesse tipo de atribuição.

Ou seja, os indicadores devem refletir aspectos que mobilizam as possibilidades de encaminhamento e escolha profissional ou acadêmica, bem como questões atinentes a espaços de socialização que os viabilizaram na articulação de aspectos extra-profissionais para galgar o cargo de desembargador. Enfim, os indicadores devem incidir sobre: a) origem social, tais como profissão e nível de escolaridade do pai e da mãe, escolas em que o indivíduo concluiu os seguintes níveis de ensino: segundo grau e ensino universitário; b) socialização profissional: onde e como começou a se inserir no mercado de trabalho específico a sua profissão (através

de amigos, família, parentes, concursos, etc.), quais os diferentes cargos ocupados, os principais campos de atuação profissional e extra-profissional; c) inserção em outras esferas sociais: participação no movimento estudantil, militância partidária e/ou política em geral. Esses indicadores nos fornecerão as pistas gerais a respeito de aspectos a nível político, acadêmico e profissional dos juristas em análise.

Tal conjunto de atribuições delineadas pelos indicadores acima listados demarcam mais precisamente os encaminhamentos da pesquisa. De maneira objetiva, os dados sobre a vida desses magistrados foram coletados exaustivamente em diferentes fontes, compreendendo desde dicionários biográficos como os de Guaraná (1925) e Barreto (2008); necrológios, notas de falecimento e reportagens dispostos em jornais como o *Gazeta de Sergipe* e *Correio de Sergipe*; livros de cunho biográfico como o de Déda (2015) e de caráter recordatório como o de Beviláqua (1977); livros de caráter historiográfico como os de Dantas (1974, 2004, 2009, 2013) e Nunes (2006); artigos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE (1913, 2014); arquivos biográficos do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe; informações de acervo pessoal e da família dos desembargadores; listas de cadastro (pastas funcionais) do Tribunal de Justiça de Sergipe e Diários Oficiais e de Justiça do Estado. Desses foi possível a formulação de “fichas prosopográficas”⁴ (CODATO, HEINZ, 2015b). Vale mencionar também que, pela disposição dos indicadores, a coleta biográfica atingiu de maneira precisa os dados biográficos da população de desembargadores, de forma que os discursos de enaltecimento que são comuns nesse tipo de produção biográfica puderam ser suprimidos, haja vista a incidência em questões pontuais quanto a vida desses magistrados, a exemplo do “local de formação superior” e “cargos que ocupou ao longo da vida”.

O conjunto das informações biográficas coletadas provou-se suficiente para abranger a totalidade dessa elite jurídica, de forma a compreender aqueles que estiveram no referido cargo desde o período de institucionalização do judiciário aos moldes republicanos no ano de 1891 (DANTAS, 2009; BARRETO, 2004) até o atual corpo de magistrados a exercer tal função na alta corte estadual. O universo total compreende 98 desembargadores, os quais tiveram suas informações biográficas sintetizadas nas já mencionadas fichas prosopográficas. A montagem do banco de dados conta com o suporte do “Statistical Package for the Social Sciences – SPSS” da IBM para a realização das análises de frequência aqui proposta. Tal software permite cruzar os vários nomes dos indivíduos estudados e suas respectivas informações biográficas,

⁴As fichas prosopográficas são definidas como “fichas individuais, saturadas com o máximo de informações disponíveis nas fontes e redigida como um verbete de dicionário histórico-biográfico” (CODATO, HEINZ, 2015b, p. 301).

subdividindo-os de acordo com as referências de análise e recortes sócio-históricos determinantes, facilitando assim o exame longitudinal proposto.

Em resumo, toda a arrumação teórica e metodológica aqui disposta irá ditar a construção lógica dessa dissertação. Isso infere que o primeiro capítulo buscará abarcar os aspectos mais teóricos que entremeiam a discussão sobre a sociologia das elites e a sociologia das profissões para que se possa convergir, a partir da elucidação das dimensões analíticas desses dois marcos teóricos, como que se pôde dar ensejo às formulações sobre as possibilidades de convergência entre as esferas profissionais e a política na composição das formas de recrutamento. Para além disso, o primeiro capítulo também dará conta do aspecto de como a problemática e objeto de estudo dessa dissertação foram trabalhados no âmbito das ciências sociais no Brasil.

Desenvolvida essa discussão, o segundo capítulo se debruçará sobre a aplicação do método sócio-histórico para composição de uma história social dos desembargadores, abarcando a gênese dessa figura nos primórdios da organização jurídica no Brasil. Isso sugere a pretensão de se elaborar um panorama que abranja os componentes que estiveram entremeados à trajetória de institucionalização do judiciário brasileiro desde seus primórdios e que deram ensejo à formação do objeto de análise dessa dissertação, os desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe.

De modo mais específico, serão elencadas as condições de surgimento do referido posto e dos primeiros modelos de organização burocrática e judicial no território Brasileiro, fato esse que obrigatoriamente traz à discussão os aspectos mais marcados da condição colonial brasileira vivida num período que abrange os séculos XVI e XVIII. Devo deixar claro de antemão que todo esse panorama tem por pretensão montar um *background* que evidencie a uma lógica constitutiva dos desembargadores sergipanos, os quais correspondem essencialmente ao período republicano e que são marcados por formas de recrutamento baseadas numa articulação de recursos intra e extraprofissionais, traduzidos inicialmente pelas disputas de parentelas a nível político e pelo fenômeno do bacharelismo jurídico. Dito isto, a partir de tal panorama poderão ser aferidas mudanças longitudinais que marcaram a construção de um perfil dessa profissão, notabilizado pela frequência geral de aparecimento dos recursos sociais na questão do recrutamento profissional, haja vista que se incide na percepção da variação de importância desses no decorrer do tempo, ou seja, será permitido constatar quais eram os mais valorizados e quais perderam valor gradualmente.

O terceiro capítulo, por sua vez, se destinará à promoção detida do método prosopográfico por base no que foi construído no banco de dados e com as informações biográficas dos desembargadores do período republicano (1891-2018). Isto é, se determinará

objetivamente a frequência de aparecimento dos recursos sociais mais acionados pelos indivíduos a fim de se tornarem desembargadores, de maneira a se poder, então, aferir mais objetivamente quais foram os que melhor definiram a construção de perfis de formação profissional desses magistrados e quais correspondem a uma articulação dessa esfera profissional com demais do mundo social, tal como a política. Nessa linha, será também empreendida uma discussão em que se aponte as vantagens e limites da metodologia utilizada, na proporção em que se apresente como ocorrera todo o processo de coleta de dados, como se dera a construção das fichas prosopográficas, como se operara a supressão dos discursos de enaltecimento e como foram processados os dados biográficos para as análises de frequência dos recursos sociais junto ao software da IBM. Só a partir desse itinerário se tornará possível que se debruce sobre a análise dos resultados quanto aos recursos sociais mais acionados de maneira clara e autocrítica.

Estabelecida esta etapa, o quarto capítulo dessa dissertação irá se propor a situar, a partir dos dados do banco, os recortes temporais que se delinearam com as mudanças de perfil de construção profissional pelas frequências com que os recursos se apresentam. Nesse caso, poderão ser descritos alguns casos biográficos exemplificativos, ou seja, de maior pertinência, em que melhor se esboçaram ou em que podem ser visualizadas com maior facilidade as mudanças de utilização de determinados tipos de recursos destacados pela síntese do banco de dados. Nesse caso, é possível de maneira simplificada adiantar que o processo relativo a “tornar-se desembargador”, que é a problemática fundamental deste trabalho e que se conjuga pelas diferentes formas de mobilização de recursos e habilidades ao longo do tempo, encontrará no recurso das parentelas um componente fundamental de interligação da esfera política com a esfera jurídica. Essa será então a ponte de conexão dessas duas dimensões distintas no mundo social.

Concebida essa arrumação estrutural e lógica da dissertação, vale dispor dos componentes bibliográficos que deram ensejo às formulações de pesquisa e que permitem respaldar grande parte das propostas de análise até aqui lançadas. Sendo assim, subdividi a literatura de referência tendo por acordo um esquema que se atenta às problemáticas analisadas por cada autor. Isso porque a disposição dos trabalhos por suas problemáticas mais básicas permite situar, como dito, o debate por onde transcorrerá a presente dissertação. Em termos introdutórios nos vale a apreciação desse esquematismo.

Tratemos primeiramente da literatura que dá respaldo a temáticas que vão desde a sociologia das profissões aos estudos sobre magistratura e o Poder Judiciário no Brasil. O itinerário de pesquisas perpassa os seguintes pontos: a) trabalhos que se inclinam para as

análises de perfil social e ideológico da magistratura - esses são elucidativos quanto à percepção de quais camadas sociais são as que mais compõem esse universo e o que elas compartilham em termos de uma agenda profissional; para tal, Paladino (2007) e Bonelli (2003, 2001) serão autoras fundamentais; b) trabalhos que se centram numa perspectiva mais institucional, abordando suas evoluções e clivagens e os processos de redefinição ou construção da burocracia brasileira serão essenciais para constatações dos processos de mudança nos modos de organização do judiciário, nos modos de recrutamento de seus principais quadros e nas vinculações que esse espaço estabelece junto a outras esferas do mundo social; para tal, as obras de Filho (1999); Wolkmer (2003); Júnior (2016); Souza (2011); Comparato (2015); Sadek (2010a); Schwartz (1979); Bresser-Pereira (2007) e Mathias (2009) serão importantes; c) estudos sobre processos de profissionalização jurídica e dinâmicas intraprofissionais permitem vislumbrar formas alternativas de entendimento da literatura sociológica em torno do judiciário e admitem a constatação de dinâmicas entre as várias esferas e cargos que compõem esta instituição; para tal, as obras de Bonelli (1999, 2010a, 2010b) serão essenciais; d) trabalhos que mesclam as perspectivas das profissões, magistratura e poder, seja em Sergipe ou no Brasil, são fundamentais para a constatação de alguns fenômenos sociais, tal qual o “bacharelismo”, enquanto resultado das vinculações entre os espaços profissionais e as esferas de poder político; para tal, Lima (2016a); Adorno (1988) e Almeida (2010, 2014) serão amplamente utilizados; e) obras que se debruçam sobre os itinerários de pesquisa tanto na sociologia das profissões, como atestado nas produções de Rodrigues (2002); Petrarca (2015a); Bonelli e Nunes (2017), quanto numa perspectiva de estudos sobre justiça no Brasil, visualizado em Sadek (2010b), são extremamente importantes para situar a dissertação em torno de problemáticas mais atuais neste universo temático, garantindo assim maior atualidade nas pretensões de pesquisa que foram lançadas.

No que tange aos elementos de caráter mais sócio histórico, dividiu-se a literatura da seguinte forma: a) em trabalhos que se vinculam aos aspectos referentes à constituição do judiciário e dinâmicas políticas oitocentistas a nível estadual, tal como Dantas (2009); Nunes (2006) e Barreto (2004); e a nível nacional, nas figuras de Lewin (1987) e Carvalho (1996); b) produções de teor biográfico para apreensão abrangente dos dados sobre a elite profissional em questão, seja em se tratando de uma apreciação mais detida à figuras institucionais do judiciário sergipano, como visto em Barreto (2008), ou de modo mais abrangente quanto a figuras de destaque na sociedade sergipana no início do século XX, como apreciado em Guaraná (1925), ou mesmo da trajetória de vida de alguns desses indivíduos como observado em Déda (2015).

Em termos de uma literatura voltada para os estudos sobre elites, poder e política, as pesquisas se aglutinaram nas seguintes perspectivas: a) quanto à formação intelectual da elite sergipana no século XIX, que permite em suma apreender tanto o perfil sociográfico dessa elite no período em questão, bem como tratar das características mais substanciais em termos de “tipos” e locais de formação superior desse grupo, para tal, é utilizado o trabalho de Silva (2004); b) dos aportes metodológicos em torno da caracterização do conceito de “elites” ante a seus usos mais historiográficos, como observado em Renterghem e Leferme-Falguières (2001); c) abordagens de permutações das esferas política e profissional aportado especificamente em Petrarca e Reis (2015b); Loureiro e Abrucio (1999); Dezalay e Garth (2015, 2000), que garantem o empreendimento de uma discussão em que se colocam análises centradas nas interações entre política e bacharelismo, seja abarcando a forma como o caráter técnico profissional impulsiona a criação de “agendas” políticas, seja caracterizando a forma como as elites profissionais se valem de seus recursos sociais para adentrar posições de prestígio no Estado; d) perspectivas de análise voltadas a composição das elites, tomando por referência dinâmicas de resguardo de privilégios sociais a nível regional, nacional e até mesmo internacional - essa última, enquanto modelo comparativo em relação aos estudos nacionais – foram trabalhadas tomando por referência Conniff (2006); Love e Barickman (2006); Le Goff e Saint Martin (1993); e) trabalhos que focalizam a tomada de balanços críticos quanto a produção acadêmica sobre elites, como aventado em Petrarca e Wilson (2016) e Grill (2008); f) caracterizações mais conceituais a respeito de grupos dirigentes, da burocracia e do judiciário, sob o viés de consideração da mobilização do “poder” enquanto elemento estrutural, possibilitam também uma compreensão abrangente da dinâmica de interação das várias esferas das elites, assim como permitiram a visualização dos cuidados específicos no momento de elaboração interpretativa de dados objetivos nessa área de discussão; para tal, Charle (2008, 2006b); Saint Martin (2008, 1992); Dezalay (2013) e Bourdieu (1993, 1997) foram fundamentais.

Esses “blocos temáticos” são elucidativos da posição adotada por mim no campo teórico e evidenciam uma preferência por modelos interpretativos que não visam abarcar meramente o diagnóstico *per se* do objeto estudado. Isso porque a perscrutação da história social e a verificação das próprias condições de implementação das técnicas e métodos ao problema proposto, são fatores fundamentais para que se garanta a necessária vigilância epistemológica e que se permita o rompimento com o senso comum ou as ideologizações feitas pelos próprios indivíduos quanto a seus espaços de sociabilidade, a exemplo do que propus quanto à noção de “profissionalização” a ser adotada nesta pesquisa, que se desvincula de uma visualização

unicamente internalista do mundo profissional para ser correlacionada como um processo aberto, congregada a outras esferas do mundo social, tal qual a política (RODRIGUES, 2002; BONELLI, 1999).

Nesses termos, o “fazer sociológico”, por assim dizer, constitui-se por um caráter reflexivo de suas próprias condições de aplicação (BOURDIEU, 1998). A participação do pesquisador em todas as etapas de elaboração científica permite que se empreenda uma grande vigilância e autocrítica, não apenas para efeitos do produto final da dissertação, mas também no que tange à própria elaboração dos dados a serem utilizados. Sendo assim, evita-se um encarceramento numa perspectiva acrítica pela mera disposição de dados, para, de maneira contrária, fazer uso da metodologia enquanto uma ferramenta que permita uma reflexão sobre o mundo social. A justaposição de um controle de todas as etapas de elaboração dos dados e de uma construção sócio histórica do objeto analisado garantem a “desburocratização” do saber científico e fazem do pesquisador uma espécie de “artesão intelectual” (MARTINS, 2013; MILLS, 1969). Dessa maneira é que se torna possível encontrar alternativas e soluções variadas quando, de forma reflexiva/autocrítica, se percebe no mosaico de possibilidades explicativas o melhor modo de lidar com o problema sociológico lançado.

Enfim, a presente dissertação trata do viés de análise que põe os grupos profissionais como objeto de estudo e que busca extrair deles os elementos mais substanciais para compreender como se processam as transformações nas dinâmicas do poder, seja no Estado ou mesmo nas formas de organização, hierarquização social e profissional, fazendo uso da análise das interconexões da política e do mundo profissional, mais particularmente da elite jurídica sergipana, na figura dos desembargadores. Isso infere que é aqui investigada uma modalidade de estruturação do “poder”, tomando Sergipe como caso exemplificativo dessa operacionalização, de forma a se abarcar aqueles indivíduos que o detém ou o mobilizam ao longo do tempo.

2. CAPÍTULO I – ITINERÁRIOS DE PESQUISA E DIMENSÕES ANALÍTICAS ENTRE A SOCIOLOGIA DAS ELITES E A SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

Este primeiro capítulo tem por objetivo maior focalizar os aspectos de cunho mais teórico que entremeiam tanto a discussão de formulação da problemática de pesquisa, quanto das delimitações em torno objeto dessa dissertação. Isto é, a pretensão é a de abarcar as dimensões analíticas no âmbito da sociologia das profissões e da sociologia das elites que por um lado viabilizaram a delimitação das pretensões de análise na figura dos juízes de segunda instância, como também, permitiram dispor das possibilidades de formulação crítica com relação às convergências entre as esferas profissionais e espaços de poder na composição das modalidades de recrutamento do espaço jurídico. Este primeiro capítulo também buscará dar conta dos aspectos de como a problemática e objeto de estudo dessa dissertação foram trabalhados no âmbito das ciências sociais no Brasil.

2.1 OS ESTUDOS DE ELITES – ITINERÁRIOS DE PESQUISA E COMPONENTES PARA A DELIMITAÇÃO DO OBJETO

“Quem manda”, essa pode ser tida como a expressão mais básica para transmitir a ideia que norteia a classificação de uma elite. Mesmo com tão poucas palavras é possível tornar evidente duas questões, a primeira é a de que são poucos os indivíduos que podem estar circunscritos num espaço com poder de decisão, uma vez que o caractere da hierarquia é elemento primário na distinção tanto entre o lado de “quem manda” quanto o lado daqueles que “obedecem”. A segunda questão é de que uma elite está intimamente ligada à ideia do poder, e como bem observa Saint Martin (2008) em referência a Norbert Elias, “o poder não é um amuleto que um possui e outro não”, é pelo contrário “uma particularidade estrutural das relações humanas, de todas as relações humanas” (ELIAS apud SAINT MARTIN, 2008, p. 59). Cabe ao pesquisador social se debruçar sobre as formas como que se processa essa referida particularidade, abarcando as várias dimensões do mundo social que possam estar correlacionadas aos modos de mobilização de recursos sociais (que traduzem a questão do poder) por parte dos indivíduos que em suas interações de integração ou concorrência, despontam para o acesso aos postos e espaços de mando ou decisão.

De maneira ampla, os estudos em torno da temática das “elites” estão arrançados em quatro grandes blocos temáticos que versam, como Codato (2015a, p. 15) esclarece, sobre “*Backgrounds* sociais, análises de padrões de carreira, *surveys* sobre valores e atitudes de

grupos de elite diante de temas preciosos e pesquisas sobre interações entre grupos e seus graus de competição e integração”.

Nas disposições temáticas apresentadas fica evidenciado que tais estudos buscam abarcar mormente os modos como se delineiam relações de poder entre os indivíduos, pois na medida em que há uma pretensão em se debruçar sobre *backgrounds* sociais, padrões de carreira, ou ainda, quando há uma preocupação em traçar um mapa de valores e atitudes que norteiam o grupo analisado, insurge num primeiro plano o fato de que o elemento que realmente está em jogo é o do exame das condições e particularidades da vida social dos indivíduos que os possibilita se transformarem num grupo dirigente. Em outras palavras, se infere a busca de uma compreensão das “condições sociais de possibilidade, os processos de ingresso e de recrutamento e os princípios de seleção e de hierarquização social e institucional” (PETRARCA, OLIVEIRA, 2016, p. 141).

Exatamente nesse contexto é que se torna pertinente compreender o espectro de produções na sociologia das elites, pois o elemento do “poder”, que é um componente analítico amplamente introjetado nas correntes analíticas de estudos sobre elites, denota a mobilização de recursos e competências que se refletem nas dinâmicas de disputa entre os indivíduos nas mais variadas esferas sociais. Dada a problemática levantada por esta dissertação quanto à discussão em que se coloca quais recursos acionados são mais significativos para que um indivíduo possa tornar-se desembargador, elaborar um panorama de fundo em que se constate as dinâmicas de poder envolvidas permite-nos compreender como esses processos se operam de maneira mais ampla. Ou seja, de forma não encarcerada numa matriz de visualização em que se centre numa única esfera do mundo social, a dizer-se aqui, não apenas vinculada à compreensão internalista das dinâmicas de um ambiente profissional, mas pelo contrário, abrangendo-a aos contextos de interlocução que são possíveis de serem aferidas junto à mesma, em que se compreenda como os grupos e indivíduos disputam posições de mando, prestígio e poder, como é o caso da posição máxima do judiciário a nível estadual, o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça.

Como relatei, a perspectiva do “poder” é componente corrente na tradição de pesquisas nessa área de estudos sobre elites. Autores como Grill (2008), Oliveira e Petrarca (2016, 2008), Renterghem e Leferme-Falguières (2001), fazem um apanhado das produções mais clássicas e as subdividem em dois grandes blocos de paradigmas em que se percebe exatamente esse componente como pano de fundo. O primeiro desses blocos, denominado de corrente “elitista” ou “monista”, tem por pressuposto uma crítica às ideias democráticas e ao socialismo (PETRARCA, 2008) na medida em que coloca à discussão a existência de pequenos grupos

com capacidade de mobilizar competências que lhes infere um poder de mando transcendente à incorporação dos limites em que, teoricamente, o sufrágio universal poderia conter. Ou em outras palavras, se vincula à percepção da concentração de uma minoria de pessoas na assumpção de decisões chave que impactam uma maioria, mesmo numa circunscrição de condições políticas democráticas ou igualitárias. Nesse contexto os autores que são considerados como marcos fundadores são Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels (GRILL, 2008; PETRARCA, 2008; RENTERGHEM & LEFERME-FALGUIÉRES, 2001). Mais modernamente, Wright Mills é tido como um de seus principais representantes, e parte substantiva de suas preocupações analíticas se debruçava na tentativa de entendimento de como os indivíduos, nos altos postos de mando, transcendiam os limites de decisão do “homem comum”, na proporção em que as deliberações dos mesmos afetavam o meio social como um todo.

O segundo grande bloco paradigmático da linha de estudos sobre elites agrega vertentes de produções ligadas a uma perspectiva denominada de “pluralista”. Diferentemente das disposições anteriores quanto à percepção de alguns *locus* de influência e dominação por parte das elites, a corrente pluralista se preza à percepção das mobilizações de “poder” como um elemento mais flutuante, que pode se alastrar às várias esferas do mundo social e se diversifica em variadas experiências do dia-a-dia. O autor Robert Dahl é referenciado mais modernamente como um de seus principais representantes, sendo que parte substantiva das suas preocupações de investigação consideravam, por exemplo, os comportamentos e ações de indivíduos em concorrência ou integração na preparação de um projeto (GRILL, 2008). Ou seja, não se trata de uma perspectiva analítica centrada apenas nas figuras que transcendiam as zonas de influência do “homem comum” (como é constatado, por exemplo, em Wright Mills). Pelo contrário, parte-se para um contexto mais arraigado nas operacionalizações de poder e mando em variadas esferas sociais delineada nas próprias dinâmicas do dia-a-dia.

De maneira paralela aos estudos pluralistas, surgem, principalmente na Europa, os estudos históricos sobre as elites (CHARLE, 2006b; RENTERGHEM, LEFERME-FALGUIÉRES, 2001). Essas se orientam sobretudo pelas investigações de composição social e de captações biográficas dos grupos de elites a fim de se realizar a “apreensão das propriedades sociais e dos deslocamentos dos grupos dirigentes no espaço social e político, bem como sua relação com mudanças e transformações estruturais e diacrônicas” (OLIVEIRA, PETRARCA, 2016, p. 142). Ou seja, as preocupações analíticas dessa corrente incidem nos modos como os indivíduos conseguem mobilizar variados tipos de recursos sociais com vistas

a dominar determinado espaço. Exatamente dessa corrente de desenvolvimento no âmbito dos estudos sobre elites em que se pauta a presente dissertação.

Dada a pretensão de se compreender os recursos que são mais acionados pelos indivíduos a fim de se tornarem desembargadores, no fundo, a ideia é a de compreender os mecanismos pelos quais o poder flui dentro desse processo de acesso a um cargo dirigente, de tornar-se desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe. Para tal, a perscrutação de uma história social das elites garante entender as mudanças referentes aos modos de mobilização de recursos em maneira diacrônica, ou seja, em que se preze a visualização das variabilidades de acionamento de alguns elementos (no caso dessa dissertação, quanto aos recursos sociais) que permitem a alguém ser sucedido na disputa pelos espaços de poder ao longo do tempo. Também vale elaborar que os elementos referentes a uma história social de elites põem em pauta dimensionalidades que não se encarceram meramente a uma esfera do mundo social, seja ela profissional ou política. Pelo contrário, o mapa de visualizações torna-se mais abrangente, haja vista exatamente que se incide sobre o processo de mobilização e não pela mera listagem das propriedades sociais que teoricamente viabilizam a ascensão de um indivíduo num espaço de disputas. Nesse caso insurge uma questão de cunho mais objetivo, a de como, enfim, identificar e delimitar uma “elite”?

A esse aspecto Codato (2015a) adianta a discussão e elucida que há pelo menos três métodos consagrados para sua identificação, que são: a) o “método decisional”, caracterizado por sustentar que elementos como nível de capacidade, extensão do poder de decisão de um indivíduo ou grupo e a dimensionalidade e o impacto da tomada de decisões estratégicas de uma minoria ante toda uma coletividade, devem ser entendidos como fatores de delimitação da elite; b) o “método reputacional”, que basicamente mede a frequência com que um indivíduo ou grupo, previamente listado por base em posições de comando ocupadas, é lembrado ou referenciado pelos seus pares; c) por fim, o “método posicional”, que basicamente se inclina à identificação a partir das posições formais de mando nas quais os indivíduos se inserem.

Tais metodologias de identificação reforçam as razões pelas quais os desembargadores podem ser aqui considerados enquanto um grupo de elite. Objetivamente, o primeiro ponto a ser destacado se correlaciona ao caráter “posicional”, uma vez que os juízes de segunda instância são o alto escalão da magistratura estadual, esses exercem as funções máximas dentro do judiciário. No que tange ao aspecto “decisional”, os desembargadores, diferentemente de outras posições da própria magistratura como os promotores de justiça e juízes de primeira instância, possuem peso maior no que diz respeito a poder jurídico decisório.

Para além dessa delimitação preliminar do objeto, a compreensão de uma elite jurídica centrada na figura dos desembargadores reflete de maneira ampla um grupo ocupando o topo da hierarquia profissional e institucional, exercendo funções de mando, prestígio e poder reconhecidas e valorizadas (SAINT MARTIN, 2008). Também se torna significativo perceber que tal grupo está circunscrito numa esfera em que lhes é possibilitada a tomada de decisões chave sobre o espaço jurídico e que, portanto, analisá-los enquanto um corpo profissional dirigente, necessariamente, permite-nos “penetrar em um dos meios que detém o poder e conhecer seus mecanismos concretos” (CHARLE, 2006b, p. 30). Dessa forma, tratar dos desembargadores como uma elite, sobretudo profissional, é necessariamente caracterizá-los enquanto os indivíduos circunscritos dentro de uma posição de mando, poder e prestígio, ou seja, admiti-los enquanto matrizes de visualização dos modos como o “poder” pode vir a ser mobilizado com vistas ao processo de “tornar-se desembargador”.

Tratar desse mapa de temáticas no campo da sociologia das elites é importante tanto para a percepção da via analítica por onde este trabalho seguirá, quanto para o estabelecimento das justificativas de escolha de investigação. Dado que um dos objetivos específicos desse trabalho é o da montagem de um perfil dos modos de acionamento de recursos sociais por parte dos indivíduos que compõem a elite jurídica sergipana, tomando por base suas frequências de acionamento, fica notório o posicionamento do exame que se centra nos modos de mobilização destes recursos. Contudo, a averiguação desses elementos por si mesmos incorreria numa “tautologia”, haja vista que esta elite estaria sendo explicada unicamente por suas já conhecidas posições privilegiadas (ALMEIDA, 2010). Evitar essa redundância analítica significa em grande parte demarcar uma posição teórica que considere, principalmente, a conexão dos recursos sociais aos períodos históricos em que se inserem os indivíduos pesquisados, pois tratar dos elementos sócio históricos condicionantes às formas de acesso e consagração no meio profissional em questão é uma preocupação basilar e essencial.

Ou ainda, evidenciar contextos fáticos que melhor traduzam a mobilização desses recursos, que representem exemplificativamente como o elemento do “poder” pôde ser aventado, compõe ferramenta explicativa essencial. Nesse caso o fenômeno social das “parentelas”, que marca sobremaneira as dinâmicas de poder num período entre a segunda metade do século XIX e início do século, pode nos servir enquanto elemento fático para evidênciação dessas tratativas aqui colocadas quanto aos modos possíveis de mobilização do “poder” com vistas às disputas por um espaço dirigente.

Mais especificamente, a parentela é definida como uma rede de relações de base familiar de caráter mais fluido em relação às relações familiares pautadas na consanguinidade. Ou seja,

essa é uma categoria analítica intercambiável com a noção de “família extensa”, produzida por Queiroz (1976), a qual traz em seu escopo a ideia de que uma rede de parentes não se identifica apenas pelos laços de sangue, mas também, pelo núcleo de indivíduos que sustentam laços de amizade muito próximos (LEWIN, 1987). A base da parentela é familiar, mas essa não limitação consanguínea permite que o grupo formado não apenas agregue, como também diversifique suas redes de solidariedade (PETRARCA; OLIVEIRA, 2017).

Tais características atestam que a noção de parentela é representativa de uma microunidade política capaz de formar sistemas de alianças bastante articuladas, dada sua fluidez. Delas são abarcados “parentes lineares (pai, irmãos, avós e netos), parentes colaterais (tios, sobrinhos, primos), parentes não consanguíneos integrados pelo casamento (genro, cunhado, concunhado, sogro, tios) ou por laços de compadrio e compadresco (afilhados adotados ou admitidos)” (PETRARCA; OLIVEIRA, 2017, p. 204); para além da dimensão das amizades políticas que incorpora a noção dos agrupamentos políticos integrados a várias parentelas e até mesmo na formatação de oligarquias, a representação máxima dessas articulações de base familiar. Dentro dessas características, fica notória uma forma de organização calcada em uma rede de reciprocidades que excede as dimensões da consanguinidade.

A partir dessas definições mais básicas, vale constatar que os sistemas de parentelas arranjarão, em certa medida, uma confluência entre laços familiares e aliança política que tangenciará as formas de influência e dominação em espaços de poder, como o cargo de desembargador no judiciário ou cargos eletivos no espectro político no início da República em Sergipe. Mais notadamente, as parentelas serão consideradas no período embrionário da justiça republicana em Sergipe enquanto um recurso que se alastra desde o espaço profissional do judiciário até o espectro de afirmação de um contexto político. O sistema de parentelas será, nessas condições, um importante recurso correlacionado às dinâmicas de poder na gênese republicana em Sergipe e que por essa razão será amplamente trabalhada no capítulo subsequente a este.

Para além de uma dimensão de caracterização e identificação das elites, nesse caso, de uma elite jurídica assentada na figura dos desembargadores, há contornos ainda mais interessantes quando se volta a uma discussão em que se tome a sociologia das profissões em perspectiva correlata aos modos de mobilização de poder. Nesses termos, vale mencionar a trajetória de produções nesse campo de estudos para a melhor visualização de como se constitui a tríade entre “elites-poder-profissões”.

2.3 OS ESTUDOS NA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES – DIMENSÕES ANALÍTICAS E A QUESTÃO DO PODER

O presente tópico terá por objetivo maior evidenciar os componentes de estudos na área da sociologia das profissões para que se possa entrelaçar tais dimensões teóricas com a problemática central deste trabalho, relativa às interlocuções entre a justiça e política que permitem compreender os padrões de recrutamento da elite jurídica sergipana, ou seja, que permitem visualizar objetivamente o processo de “tornar-se desembargador” de justiça do Estado.

De modo inicial, Rodrigues (2002) demonstra que as pesquisas na área da sociologia das profissões podem ser elencadas em dois grandes períodos, sendo um primeiro anterior à década de 70, mais exatamente compreendendo os anos entre 1930 a 1970, e uma segunda geração que abarca de 1970 em diante. Dentro desses dois grandes períodos, o divisor de águas, como veremos, estará na constituição de uma corrente analítica voltada à consideração do “poder das profissões”. Contudo, a compreensão dessa via de pensamento se faz por contraposições às demais vertentes analíticas desse campo de estudos. Dada tal condição, centrarei esforços em melhor delinear como se constituiu a trajetória de discussões em torno dessa área de pesquisa.

De maneira preliminar, a gênese das discussões sobre o fenômeno das “profissões” pode ser encontrada em obras de autores clássicos como Weber, Durkheim e Marx. Ainda que com objetivos explicativos distintos, esses autores parecem convergir na tentativa de delineação desse fenômeno que adveio dos modos de organização social junto à modernidade. Mas é sobretudo no seio dos estudos funcionalistas a partir 1930 em que emergem as discussões mais inclinadas a se debruçar especificamente aos mecanismos caracterizadores do fenômeno das profissões (RODRIGUES, 2002). Problemáticas como “o que vem a ser uma profissão?”, “qual a função social que elas exercem?”, deram os primeiros contornos analíticos em torno do tema.

Rodrigues (2002, p. 4) destaca que este primeiro momento será o de “definição do campo ou a procura de um modelo”. Autores como Parsons, Merton, Goode, Carr-Saunders e Wilson irão se destacar nessa fase e a preocupação preliminar se inclinava numa tentativa de delineação do que seria uma “profissão” ou as características mais centrais que lhe permitia se constituir enquanto um fenômeno social moderno. Sendo assim, a literatura funcionalista se assentou em pelo menos três elementos para compreensão dos pilares de constituição de uma profissão, são eles: a) a especialização de serviços e habilidades; b) a emergência de instituições

profissionais; c) a transmissão das habilidades a partir de uma formação padronizada (RODRIGUES, 2002).

Ainda no mesmo período, mas de maneira paralela à proposta funcionalista, surgem também os trabalhos interacionistas que buscaram não se ater meramente aos caracteres que definem uma profissão, mas sim ao que permite explicar as condições com que essas se especializam. Melhor esclarecendo, é atestado ao processo de passagem do estágio das “ocupações” (entendendo nessa terminologia a ideia de uma atividade menos especializada) para o das “profissões” (entendida por um pretensão maior grau de qualificação de uma atividade que esteja sendo desempenhada). Quanto a essas determinações Rodrigues (2002) escreve que:

A abordagem interacionista não incide sobre a análise dos privilégios profissionais, nem sobre as condições estruturais da sua existência; a ênfase é colocada no processo de transformação das ocupações, nas interações e nos conflitos, bem como nos meios e recursos mobilizados nesse processo, chamando assim a atenção para o papel jogado pelas reivindicações e os discursos sobre o saber, na transformação de uma ocupação em profissão (RODRIGUES, 2002, p. 17).

Importante notar nesta abordagem é que, ao contrário da proposta funcionalista, as interações entre os indivíduos assumem maior peso analítico, e desses intercâmbios é que são definidas ou redefinidas as posições dentro dos espaços profissionais. A terminologia “profissionalização” norteará esta perspectiva de dinamismo, de evolução, de uma “história natural” das esferas profissionais.

Tal noção de processo pode ser inclusive interpretada por duas vias, sendo uma primeira que tange aos pressupostos de transformação das ocupações em profissões, ou seja, dos aspectos mais estruturais e organizacionais que perpassam o estabelecimento de uma atividade, bem como daquela a nível individual que pode ser aqui referida quanto a interiorização de certos conjuntos de valores e comportamentos típicos de uma profissão. Mas ao que se observa, a produção desta noção de “profissionalização” está mormente concatenada a atributos que dizem respeito a elementos vinculados aos contornos internos dos espaços profissionais. Nisso vale exatamente constatar que não se trata aqui de qualquer espaço profissional, mas sim aquele referente ao contexto de uma experiência de evolutiva das “profissões liberais”. Nesse ponto é que se concentram as críticas às visões funcionalistas e interacionistas na sociologia das profissões.

A consequência metodológica mais imediata denotou tanto um distanciamento da ideia de mera identificação dos elementos que caracterizam as profissões, bem como significou o afastamento à impertinência de utilização de parâmetros de desvio de uma profissão em relação

ao tipo ideal assentado no modelo das profissões liberais, passando assim, para um desenho mais dinâmico de análise relativa às condições de controle, organização e influência dos espaços profissionais por grupos ou indivíduos a fim de conservar posições de privilégio social. Ou seja, emergem os estudos correlacionados à questão do “poder das profissões”, seja em perspectiva interna (ao abarcar as condições de conservação de posições pelos indivíduos) quanto externa (ao abarcar os fatores extraprofissionais que foram fundamentais para organização daquele espaço profissional).

Esse novo paradigma permitiu uma ampliação de análise das mais variadas experiências de “profissionalização”, uma vez que claramente se contrapunha à delineação das profissões partindo de uma história natural de evolução calcado no arquétipo das profissões liberais. Nesse ponto, a perspectiva do “poder” abriu margem para a visualização das situações de controle, domínio e influência que não necessariamente estavam correlacionadas apenas a dinâmicas intraprofissionais.

A partir dessas proposituras passa a ser compreensível a consideração da análise centrada nos modos de recrutamento da elite jurídica sergipana tanto num contexto internalista de apreensão das condições sociais que garantem a promoção de um magistrado enquanto desembargador, quanto externalista, quando da consideração das condições sociais extraprofissionais de entrada e recrutamento à elite da alta corte sergipana. Como hei de explanar nos próximos capítulos, tanto a construção da figura do desembargador quanto a delineação inicial do judiciário republicano, se deram por uma mescla entre “poder-bacharelismo-redes de parentelas”.

Mas retomando a discussão com relação ao desenrolar das dimensões de análise no universo da sociologia das profissões, Rodrigues (2002) esclarece que o intervalo que vai de 1970 a 1980 torna-se a referência temporal para a centralidade de tais críticas e posicionamentos metodológicos. Em termos mais amplos, esse período marca um deslocamento da balança de influência das grandes escolas, de forma que os estudos norte americanos e anglo saxões sobre profissões perdem um pouco de seu espaço para as investigações de vertente francesa. Nisso vale dizer que a história social dos objetos analisados, bem como a tomada do princípio do “poder” enquanto componente fundamental que se entremeia nas várias esferas do mundo social, contrasta com os prognósticos a-históricos das vertentes funcionalistas e interacionistas.

Um exemplo crítico e muito pertinente a ser demonstrado nessa nova dimensão paradigmática é evidenciado por Bonelli (1999). A autora reforça o julgamento de que modelos focados apenas nas perspectivas de mercado, ou seja, correlacionadas aos modelos das profissões liberais, apresentam certo engessamento analítico pelo fato de não darem conta de

outras modalidades e processos de profissionalização. A autora até vai além na discussão e propõe também que uma das causas centrais para essa “burocratização” dos tipos de experiência de profissionalização estaria atrelada a uma postura reprodutiva de conceitos por parte dos pesquisadores quando esses se submetem ao artifício de “encaixar” suas propostas de análise a modelos teóricos mais hegemônicos. Nisso torna-se imperativo contrapor a capacidade de generalização dos conceitos utilizados numa pesquisa, pois tendo por base as demarcações sócio históricas de transformações dos universos profissionais no espaço e no tempo, fica evidente, em alguns casos, a disparidade entre conceito teórico e realidade social analisada. Por essa razão, vale elencar a ideia de que o cientista social deve ser um “artesão intelectual” (MARTINS, 2013; MILLS, 1969) ou seja, um sujeito disposto a estar imerso em todas as etapas de pesquisa a fim de garantir controle das condições de aplicação metodológica e teórica para exercer uma melhor aproximação com a realidade social examinada. É, enfim, estar em uma relação autocrítica com a própria produção a todo instante para evitar cair nessas situações de falta de autonomia científica.

Bonelli (1999) demonstra no fragmento que se segue, sua posição quanto ao ponto central de tal impasse; vale aqui a apreciação do trecho completo:

Limitar o fenômeno profissional aos países de origem anglo-saxã é mais uma evidência da fragilidade dos modelos analíticos centrados no mercado de trabalho, que não conseguem lidar com a diversidade das experiências de profissionalização. Desta forma, opta-se por uma definição estreita deste processo, visando proteger a abordagem de críticas e tornar a análise aparentemente consistente. Se este caminho resolve o problema da articulação interna de um trabalho ou modelo, ele não colabora para construir um conceito de profissão cujo poder de generalização se sobreponha a barreiras culturais, nacionais e geopolíticas. Na literatura internacional da Sociologia das Profissões é frequente deparar-se com este subterfúgio, que reserva aplicabilidade na terminologia a alguns países e algumas profissões, assemelhando-se mais ao que Bourdieu chamou de disputa pelo poder de nomeação do que à construção de um conceito científico (BONELLI, 1999, p. 63).

A crítica colocada é fundamental para interconectar a visualização das condições teóricas de gênese do paradigma do “poder” junto à crítica da capacidade de generalização dos modelos baseados num único arquétipo e fenômeno profissional. Petrarca e Wilson (2016) também convergem em prognóstico semelhante, ainda que num contexto de estudos sobre elites, ao afirmarem que há certa negligência quanto a “estudos centrados nas condições e processos locais de composição e recomposição de elites e grupos dirigente no Brasil” (PETRARCA; WILSON, 2016, p.143), dado o mencionado caractere de interposição acrítica da dimensão generalizante de determinadas categorias sociológicas.

Nessa rota é importante reforçar que a noção de “profissionalização” anteriormente atrelada a um pretenso processo evolutivo de autonomização, institucionalização e especialização do espaço profissional, passa a ser entendida a partir dos processos sociais que permitem a um grupo (sobretudo a uma elite profissional) em criar condições de controle (poder) e demandas para o espaço em que atuam. Portanto, o processo de “profissionalização” não é aqui relacionado apenas como um estágio de desenvolvimento evolutivo, operado unicamente por questões relativas a dinâmicas intraprofissionais, pelo contrário, ela admite uma dimensão em que se permita se debruçar mais abertamente às interconexões possíveis entre o espaço profissional e a política no que tange, sobretudo, aos processos que envolvam a um controle da configuração do “tornar-se” desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe.

A esse contexto nos vale colocar exemplificativamente como se dera a organização e construção do espaço jurídico no Brasil. Tendo por base o que já foi elaborado na introdução desta dissertação, de que dispositivos legais como o “quinto constitucional” (componente legal de caráter externalista para recrutamento de desembargadores) e o “critério de merecimento” (componente legal para promoção intraprofissional de magistrados ao cargo de desembargador), se analisados por si mesmos, transmitiriam a ideia de total autonomia e de total neutralidade do espaço profissional jurídico. Recorrer a alguns pontos de reconstrução histórico social do judiciário - como a evidenciação concomitante dos fenômenos das “parentelas” e do “bacharelismo” - permitirá clarificar a percepção de que não necessariamente esses modos de recrutamento legal se operaram pelas bases de neutralidade e objetividade em que parecem se assentar.

Vale aqui apreciar exemplificativamente o fenômeno do “bacharelismo” que demarcou as dinâmicas políticas na segunda metade do século XIX e parte do século XX - assim como o sistema de “parentela” que foi tratado no tópico anterior. Tal fenômeno é caracterizado pelo caractere da predominância maciça dos bacharéis na vida política do país, exercendo funções burocráticas que poderia lhes fugir à especialidade de formação superior (LIMA, 2016a; ADORNO, 1988). As carreiras jurídicas, nesse quadro, exercem grande destaque pois denotaram maior impacto na medida em que delas era prestada a transmissão das habilidades e conhecimentos necessários para a administração da máquina pública e distinção política por meio da oratória. Ou seja, o bacharelismo, assim como o sistema de parentelas, se traduz como um elemento fático em que se atesta ao processo de mobilização de poder, mais especificamente operado pelo uso da titulação acadêmica enquanto recurso/trunfo nas disputas com vistas a ascender ou adentrar esferas de mando, prestígio e poder; tal qual o cargo de juiz de segunda instância do Tribunal de Justiça.

Sendo assim, considerar os processos locais de experiência e construção das profissões necessariamente perpassam, no contexto de gênese do judiciário sergipano, pelos fenômenos descritos. É ainda possível reforçar um pouco mais a perspectiva lançada das possibilidades de interlocução entre um espaço profissional e a política a partir da compreensão dos fenômenos locais que lhe permitem uma tradução objetiva, como é o caso aqui já citado da confluência do espaço jurídico com fenômenos sociais como o bacharelismo e a formação de redes políticas de base familiar no período republicano.

Nesses termos, nos vale, enfim, percorrer os meandros da história de constituição do judiciário e da figura dos desembargadores, alternando a isso a consideração do paradigma do poder elencado na dimensão analítica da sociologia das profissões e das elites. Isso quer dizer que se deve partir da noção preliminar de que se torna indispensável avaliar as dinâmicas dos espaços profissionais a partir de elementos intraprofissionais em consonância com as dimensões externas, referentes ao mundo social, que lhes influenciaram nessa constituição.

3. CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA FIGURA DOS DESEMBARGADORES

A proposta desse segundo capítulo é a de se debruçar sobre os componentes sócio-históricos que viabilizaram o surgimento dos desembargadores na tradição jurídica luso-brasileira. A aplicação do método sócio-histórico nesse capítulo permitirá, portanto, compreender a gênese do objeto central de análise dessa dissertação desde os primórdios da organização jurídica no Brasil. Tal pretensão sugere a elaboração de um panorama em que se abranja os componentes que estiveram entremeados à trajetória de institucionalização do judiciário brasileiro desde seus primórdios e que deram ensejo à formação dos desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe.

De modo mais específico, serão dispostas as condições de surgimento do posto de desembargador e dos primeiros modelos de organização burocrática e judicial no território Brasileiro, fato esse que obrigatoriamente traz à discussão os aspectos mais marcados da condição colonial brasileira vivida num período que abrange os séculos XVI ao XVIII. De maneira subsequente, tomando por base o *background* constitutivo das condições de implementação dos primeiros modelos de justiça no Brasil, será aferida a constituição da justiça em Sergipe e o perfil dos primeiros desembargadores a atuar nesse Estado. Ou seja, a partir de tal panorama poderão ser avaliadas as mudanças longitudinais que marcaram os usos dos recursos sociais na questão do recrutamento profissional, haja vista que este cenário incide na percepção da variação de importância desses recursos no decorrer do tempo. Será permitido constatar quais eram os mais valorizados e quais perderam valor gradualmente, de forma, então, a clarificar e tornar possível uma ulterior análise de cunho prosopográfica, para, enfim, denotar de maneira ampla as condições que viabilizam o processo de tornar-se desembargador.

3.1 O SURGIMENTO E TRAJETÓRIA DOS DESEMBARGADORES - DA COLÔNIA AO IMPÉRIO

Para dar conta da pretensão de abarcar o surgimento da figura dos desembargadores e de tratar da trajetória da justiça brasileira do período colonial ao império, torna-se necessário recorrer a autores que, por um lado, abordem especificamente a evolução, institucionalização e organização da justiça no Brasil desde seu período embrionário, tais como Filho (1999), Wolkmer (2003), Júnior (2016), Comparato (2015), Sadek (2010a), Mathias (2009) e Barreto (2004); e que por outro, se inclinam a tratar mais detidamente das origens históricas dos desembargadores juntamente com a cultura jurídica que lhes dera respaldo constitutivo, como

se observa em Schwartz (1979) e em Souza (2011). O roteiro das discussões que se seguem perpassa necessariamente por essas vias.

Ainda que o marco analítico dessa dissertação esteja assentado no período republicano, a formatação da justiça no Brasil e suas instituições é mais antiga que esta época. Remonta a um desenho bastante rudimentar no período colonial, marcado inicialmente pela centralidade do poder dos donatários das capitanias hereditárias, mas que posteriormente ganha contornos mais bem definidos com o estabelecimento das governadorias gerais, com o processo de independência e consolidação do império brasileiro para, enfim, transformar-se num dos poderes republicanos a exercer suas competências hoje conhecidas.

Schwartz (1979) é o autor que apresenta uma das abordagens mais completas no que tange ao processo de constituição da justiça no Brasil. Sua premissa é a de congregar a visualização da formação do judiciário como um estágio incipiente de organização burocrática do Brasil colonial. De fato, o transcurso que ele realiza nos modos de organização da burocracia e da sociedade neste período evidencia muito bem essas interconexões, e até vai além, ao tratar das origens constitutivas das figuras dos desembargadores apresentando-os como personagens essenciais na replicação das formas de organização da metrópole portuguesa no período colonial a fim de promover a extensão do poder centrado na figura do rei. Por esse conjunto de razões sua obra merece ser apreciada com detalhes.

Preliminarmente, Schwartz (1979) destaca que a expansão marítima portuguesa experimentada no século XV fomentou a implementação de instituições burocráticas que garantissem o controle e organização dos territórios anexados. A instituição judicial era, por via de regra, a modalidade mais imediata para estabelecimento de regulações da vida social das colônias, ou seja, era fundamental sua implementação nesses territórios para garantia de organização e dominação, ou por assim dizer, para assegurar a projeção da autoridade real.

A estrutura da justiça portuguesa era subdividida institucionalmente em dois níveis, numa tentativa de viabilizar a solução do grande desafio que era o da gestão da metrópole juntamente com seus inúmeros territórios coloniais na África, Ásia e América, tudo isso sem que se ferisse a centralidade da função do rei na organização e definição dos limites legais, visto que a “justiça é considerada a primeira responsabilidade do rei” (FILHO, 1999, p. 86). Tal condição tornou imperativa a formulação de ordenamentos (Ordenações Afonsinas de 1446, Ordenações Manuelinas de 1521 e Ordenações Filipinas de 1623) que auxiliassem a administração, disseminação e padronização do modelo de organização judicial metropolitana para toda a extensão dos territórios portugueses (WOLKMER, 2003). Nessa lógica, o topo do sistema judicial, a Casa de Suplicação, que se subdividia entre o Desembargo do Paço e a Mesa

da Consciência e Ordens, servia como um modelo a ser reproduzido pelas demais extensões jurídicas.

No século XVI o Desembargo do Paço, diferentemente da Mesa da Consciência e Ordens - que tinha de ser convocada para assuntos emergenciais da coroa portuguesa, a exemplo de casos jurídicos e administrativos que envolvessem as ordens militar e religiosa (FILHO, 1999; SCHWARTZ, 1979) -, exercia a função de “assessoria para todos os assuntos de justiça e administração legal” (SCHWARTZ, 1979, p. 9), fato esse que lhe conferia maior centralidade no trato jurídico e que também lhe prestava destaque enquanto principal órgão da estrutura burocrática portuguesa. Interessante notar desse arranjo é que em nenhum momento a estrutura judicial é descrita enquanto “tribunal” propriamente dito, o que permite assinalar que cabia a tais órgãos apenas a competência de assessoria à Coroa em assuntos litigiosos. Ou seja, os membros da Casa de Suplicação, sobretudo no Desembargo do Paço, surgem sob uma perspectiva de assistência, eram por assim dizer o comitê de conselheiros dos reis em matérias jurídicas.

De maneira mais objetiva, o Desembargo do Paço detinha como competência básica a seleção, promoção e avaliação dos magistrados reais (juízes ordinários, juízes de fora, provedores, corregedores e juízes de órfãos), sejam esses atuantes em colônias ou na própria metrópole. Seus membros, os desembargadores, faziam o exame de apelações e recursos para obtenção da clemência real, de forma que era de iniciativa dos mesmos os despachos (desembargos) das decisões diretamente com o rei. Daí advém a nomenclatura de “desembargadores” que lhes é dirigida até hoje na tradição jurídica luso-brasileira (FILHO, 1999).

Schwartz (1979) acrescenta ao panorama das funções e obrigações do Desembargo do Paço, que havia um costume de realização de reuniões todas as sextas-feiras a tarde entre os magistrados junto ao rei para que fosse discutido desde a correção e criação de leis, até das possibilidades de alocação de juízes, ou mesmo, da realização de análises de conjuntura política e legal. Todo esse desenho e dinâmica de funcionamento institucional garantiu que Portugal efetivasse o controle e centralização do poder nas suas colônias. O corpo de magistrados era, portanto, um “instrumento eficaz e oportuno para a extensão do poder real” (SCHWARTZ, 1979, p. 11).

Em resumo, essas características e modos de funcionamento atestam preliminarmente a dois conjuntos de fatores, sendo um primeiro relativo à própria gênese da figura dos desembargadores, que como descrito, repousava na condição política de auxílio ao rei e de controle das instituições jurídicas; e um segundo fator relativo aos modos de funcionamento da

justiça e poder político português em correlação ao controle e efetivação do poder real nos territórios para além da metrópole.

Nesse panorama inicial, que compreende principalmente os séculos XV e início do XVI, a condição do Brasil colônia variou em importância. Uma preliminar falta de interesse lusitano na exploração das terras tupiniquins no início do século XVI logo deu espaço à necessidade de um rápido povoamento do referido território, pois as antigas rotas de comércio indiano que eram exploradas pelos portugueses estavam paulatinamente sendo saturadas por uma forte concorrência comercial e uma desvalorização dos artigos exportados. Essa condição se agravava junto à vultosa dívida gerada no período de expansão marítima durante o século XV, para a qual os contornos ganhavam um tom dramático, pois haviam ali os elementos suficientes para se instaurar uma crise fiscal (JÚNIOR, 2016). Nessas condições, somando-se ainda o forte receio de invasões estrangeiras ao território colonial brasileiro, a coroa portuguesa aposta no empreendimento colonizador sob a liderança de Martim Afonso de Sousa para exploração da costa brasileira e ataque a outros empreendimentos coloniais que fossem uma ameaça. Em plano seguinte, a opção pelo povoamento da colônia partindo da experiência do modelo das capitânias hereditárias torna-se fundamental para as pretensões lusitanas (JÚNIOR, 2016; MATHIAS, 2009; SCHWARTZ, 1979).

Martim Afonso de Sousa é imbuído de amplos poderes pela Coroa na data em que desembarcou no Brasil, em 1530, juntamente com a expedição colonial por ele comandada. Importantíssimo notar este fator, visto que a ideia de “amplos poderes” tem nesse contexto um alcance em âmbito político e até mesmo jurídico, o que significava a possibilidade de criação de cargos judiciais ou governamentais que fossem necessários para atingir os objetivos de melhor gestão e exploração da colônia (SCHWARTZ, 1979). Nesse quadro, o processo de povoação é iniciado, mas a falta de recursos para financiar esses núcleos populacionais isolados eram onerosos para o momento financeiro de Portugal, fato esse que fomentou o modelo de divisão do território brasileiro em capitânias hereditárias. A efetivação dessa separação territorial em capitânias, ainda que se diferenciasse em termos de controle na divisão das terras em relação ao anterior empreendimento colonial na figura de Martim Afonso de Souza, partiu dos mesmos princípios de assumpção de funções e controle, ou seja, os donatários das capitânias hereditárias tinham amplos poderes sobre os territórios que ocupavam (FILHO, 1999).

Para ser mais específico, Júnior (2016) esclarece que o exercício jurisdicional não era exatamente uma função direta dos donatários, mas sim a administração da capitania e a organização judiciária. Isso infere dizer que o poder investido a esses indivíduos repousava na

faculdade de nomeação dos ingressantes à instituição jurídica, sendo assim, ouvidores de capitania (função que desempenhava a administração da justiça nas capitanias), bem como tabeliões, escrivães e outros funcionários da justiça, perpassavam necessariamente pela apreciação e crivo dos proprietários das capitanias (JÚNIOR, 2016; SCHWARTZ, 1979).

Nesse sentido, o poder de organização jurídica constituiu-se durante o período das capitanias hereditárias de maneira centralizada na figura dos donatários, ainda que fosse de competência dos ouvidores as atividades relativas à fiscalização e aplicação da justiça. Schwartz (1979) descreve que causa substantiva dessa incongruência estava atrelada à formação militar dos donatários que tinha por instrução e característica mais básica a centralização das atividades, ou seja, involuntariamente se fomentava a falta de conciliação e repartição das atividades na proporção em que esses donatários se auto investiam com os poderes de ouvidor - além de outras funções como capitão ou governador – acometendo assim, com certa frequência, em abusos à lei.

A iniciativa das capitanias hereditárias era uma alternativa já experimentada pelos portugueses em outros territórios coloniais como Açores e Madeira. Contudo, a extensão territorial brasileira, os choques de interesses entre donatários - dada a grande autonomia que passaram a dispor sob suas terras - junto aos interesses da Coroa portuguesa e a ineficiência do processo colonizador, tornaram-se componentes sintomáticos para a demanda de uma uniformização administrativa. Wolkmer (2003) reforça, no trecho que segue, a ideia da grande dimensão do poder dos donatários enquanto condição *sine qua non* para reformatar as instâncias de poder das capitanias hereditárias; vejamos:

A administração da justiça, no período das capitanias hereditárias, estava entregue aos senhores donatários que, como possuidores soberanos da terra, exerciam as funções de administradores, chefes militares e juízes. Assim, os donatários, detendo os mais amplos poderes para organizar os seus domínios, não dividiam com outros o Direito de aplicar a lei aos casos ocorrentes, dirimindo os conflitos de interesses e direitos entre os habitantes da capitania (WOLKMER, 2003, p. 51).

Nas circunstâncias descritas, a solução encontrada foi a de aplicação de um modelo administrativo que congregasse mais eficientemente os interesses da Coroa, que fosse, portanto, mais centralizado e uniforme. Neste caso, Portugal considerara o formato das “Governadorias-Gerais” (1549-1572) como o tipo de empreendimento colonial mais adequado.

Sadek (2010a) descreve que o novo desenho administrativo a ser proposto, iniciado em 1549 por Tomé de Souza, trouxe impactos significativos para a os contornos da justiça, pois tornou-a menos personalizada por conta de um novo alinhamento junto às Ordenações Reais,

que eram um corpo uniforme de regras emitida pela Coroa portuguesa. Filho (1999), por seu turno, concede um peso ainda maior a esse novo estágio colonial na medida em que o considera como o “marco inicial da estruturação do judiciário brasileiro” (FILHO, 1999, p. 87). Parte substancial para firmar essas interpretações dos autores está, como dito inicialmente, na perspectiva de uma menor encarnação centralizadora da organização jurídica por conta das disposições das Ordenações Reais e do mandatário real (Governador-Geral) que era uma autoridade comum sobre todas as capitanias (SADEK, 2010a); como também, quando da vinda do desembargador Pero Borges à colônia brasileira neste período para ocupar o posto de Ouvidor-Geral (função que desempenhava a administração da justiça da colônia, sendo superior aos ouvidores de capitania, traduzindo-se então numa espécie de segunda instância judiciária), que representou um marco importante nestas mudanças administrativas (FILHO, 1999). Schwartz (1979, p. 34) sintetiza este quadro de implementação do Governo-Geral como um sistema mais centralizado em que se “realça o crescente controle real na colônia”.

Nesse ínterim, iniciou-se a formação de “uma pequena burocracia composta por um grupo de agentes profissionais” (WOLKMER, 2003, p. 51), sendo o desembargador Pero Borges sua principal representação inicial. Como consequência mais imediata, as antigas capitanias foram “unificadas” ante a autoridade do governador geral e assim puderam ser melhor administradas tendo por base um modelo mais centralizado de justiça. Os pequenos povoamentos cresceram, a indústria do açúcar começava a dar seus lucros e na mesma proporção também aumentaram os litígios e conflitos, trazendo consigo a necessidade de expansão do número de funcionários da justiça. Essa condição permitiu que a organização jurídica na colônia se particularizasse ainda mais, apresentando o nível de primeira instância composta por juízes ordinários, juízes especiais e ouvidores, e uma segunda instância composta por um colegiado de magistrados exercendo suas atividades no emergente “Tribunal da Relação” (WOLKMER, 2003; SCHWARTZ, 1979). A Casa de Suplicação em Portugal, nessas condições, se tornara uma Corte Suprema (terceira instância) encarregada de ser a intérprete máxima das diretrizes do direito português (FILHO, 1999), enquanto o Tribunal da Relação era uma extensão jurídica subordinada (segunda instância), responsável pela administração judicial e execução das leis na colônia como um todo (SADEK, 2010a).

Essa disposição institucional jurídica garantiu maior celeridade na solução dos litígios, permitindo uma diminuição na sobrecarga ao Desembargo do Paço. O primeiro Tribunal da Relação foi fixado na Bahia em 1609 e contava com pelo menos três desembargadores para julgar processos civis em causas que não excedessem a quantia dos dois mil réis, de maneira que quantias que sobrelevassem o referido limite deveriam ser encaminhadas à Casa da

Suplicação em Portugal. Além desses magistrados, haviam também mais dois que eram acionados para os casos em que fosse demandada decisão em colegiado.

Schwartz (1979) explica que o funcionamento do Tribunal da Relação se dava de forma que os desembargadores eram encarregados de presidir audiências de recursos das decisões que proviessem de oficiais menores da justiça, como ouvidores de capitania e/ou do ouvidor geral. Nessas condições, torna-se importante ressaltar que a criação e funcionamento do Tribunal da Relação da Bahia significou um formato de administração da justiça viabilizado por uma burocracia de funcionários judiciais mais ampla, que eram treinados de forma consolidada pela metrópole portuguesa. Mais do que isso, “a estrutura da Relação aqui descrita permaneceu como a forma básica dos tribunais brasileiros durante os duzentos anos que se seguiram” (SCHWARTZ, 1979, p. 53), ou seja, abordá-la é significativo na percepção do tipo de cultura jurídica que foi empreendida no decorrer do tempo e que preserva algumas características até hoje.

Como relatado, o Tribunal da Relação da Bahia marcou uma virada muito importante na vida social da colônia. A chegada dos desembargadores para ocupação dos postos da referida instituição foi absolutamente expressiva do início de uma experiência magistrática no Brasil. Esses indivíduos eram a elite de uma burocracia que se tornava mais especializada na medida em que redefinia os postos e atribuições a que se destinavam. Ou seja, a centralização e investidura de funções além das que de fato eram delegadas aos indivíduos, tal como ocorrera com os donatários de capitanias, passaram a ser menos evidentes. Todavia, esse fator não incute de alguma forma afirmar na independência total dos espaços, pois ainda era, por exemplo, competência do Governador-geral a nomeação de parte substancial da estrutura jurídica da colônia. Também haviam as ocasiões em que os Governadores-Gerais se ausentavam das funções administrativas, assim, muito frequentemente, a máquina administrativa colonial era assumida pelo chanceler do Tribunal da Reação (SCHWARTZ, 1979). Essas atribuições extras dos desembargadores lhes ofereciam certa notoriedade, o que não por acaso refletia em termos de prestígio junto à Coroa, a qual os considerava como “fonte leal e inteligente de informações cuja opinião em assuntos locais sempre levaria em consideração os interesses reais” (SCHWARTZ, 1979, p. 126). Quando retornavam a Portugal, tais magistrados continuavam a exercer a função de aconselhamento real, mas se centralizando, por esse turno, nos assuntos pertinentes ao Brasil.

No decorrer do século XVII a colônia brasileira tornou-se a mais importante do império português. Como efeito direto, a Coroa passou a ampliar as responsabilidades do Tribunal da Relação a fim de que a mesma abarcasse e auxiliasse na gestão de territórios da África

Ocidental, de forma inclusive a dar o título de desembargador da Relação aos juízes que eram enviados a esses territórios mesmo sem nunca terem sido servidores diretos na Bahia. Todo esse acréscimo de responsabilidades administrativas exercia grande peso aos próprios magistrados que, nessas disposições, deveriam dar conta das demandas de correições e investigações nas capitanias e nos territórios além-mar sob sua alçada. Nessas condições é que começa a ser requerida a instalação de mais tribunais e órgãos administrativos no território brasileiro.

Para tal, foi criada a Junta de Conselho da Fazenda em 1652, que era operacionalizada por dois desembargadores, um procurador e um juiz; a Casa da Moeda, que foi criada em 1694, foi chefiada pelo chanceler do Tribunal da Relação; também foi realizada a criação da Casa de Inspeção, que era o órgão responsável pela regulamentação dos preços e a qualidade de produtos agrícolas exportados como açúcar e tabaco, sendo tal instituição chefiada também por um desembargador (SCHWARTZ, 1979). Mas para além desses órgãos de competência administrativa da colônia, foi determinada a criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro em 1751, a qual era formada por dez desembargadores exercendo funções iguais aos magistrados da Relação baiana (FILHO, 1999). Apesar dos esforços de expansão das instituições judiciais, algumas localidades sofriam com as grandes distâncias a serem percorridas para se ter acesso às competências desses Tribunais localizados apenas no Rio de Janeiro e na Bahia. Foram criadas as Juntas de Justiça nas capitanias mais distantes, como a do Pará (criada em 1758), a fim de dar maior celeridade e auxílio na administração judicial aos Ouvidores-Gerais. Apenas no século XIX é que surgirão mais outros Tribunais da Relação, como foram os casos do Maranhão no ano de 1812 e em Pernambuco no ano de 1821 (BARRETO, 2004; FILHO, 1999).

Ou seja, o final do século XVII e todo o século XVIII foram marcados sobremaneira pelo processo de expansão e interiorização das instituições judiciais. No século XIX essa dinâmica é intensificada pelo fator político da vinda da família real ao Brasil em 1808. A antiga colônia tupiniquim é elevada à categoria de “Reino Unido a Portugal e Algarves”, de forma que suas instituições jurídicas ganham nova roupagem por conta da importância de representação da nova sede da Coroa. Tal condição foi fundamental na determinação de ganhos de poder e novas funções (SADEK, 2010a; FILHO, 1999). A modificação mais substancial operada nesse novo período foi a de transformação do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro em Supremo Tribunal de Justiça (1808), ou seja, a mesma passara a exercer funções análogas às da antiga Casa de Suplicação de Lisboa. De modo mais direto, essa modificação pode ser interpretada como a formulação de uma “terceira instância” em território brasileiro que incumbia a seus 23

novos desembargadores a competência do exame de recursos e uma jurisdição que definitivamente se estendia a Açores e Madeira (FILHO, 1999).

As reviravoltas políticas do período foram fundamentais para esse conjunto de transformações a serem experimentadas nos primórdios do século XIX pelas estruturas judiciais, contudo, ainda estavam reservados episódios mais expressivos neste período tal como o do processo de proclamação de independência do Brasil no ano de 1822. A respeito desse tópico, Barreto (2004) explica que uma carta de lei declarou como extintos os Tribunais criados por D. João VI e atribui essa atitude às Cortes portuguesas quando emitiram ordem de regresso de Dom Pedro a Portugal em 1821. O efeito dessa decisão foi o da aceleração do processo de independência do Brasil.

Valeu a disposição desse panorama de agitação política para que fossem clarificados os caminhos trilhados e as mudanças causadas com a outorga da Constituição de 1824 por Dom Pedro. A referida constituição deu “nova feição à justiça brasileira, elevando-a, pelo constitucionalismo montesquiano, a um dos Poderes do Estado” (FILHO, 1999, p. 92). O judiciário finalmente ganhava feições institucionais mais intrínsecas a um poder de Estado. Mas apesar de ter-lhe sido conferida maior independência, o Poder Moderador garantia paralelamente amplos poderes ao imperador, fato esse que se refletia na possibilidade de interferência e controle sobre o judiciário, como por exemplo, da faculdade de nomeação, transferência ou suspensão dos magistrados a comporem as instituições judiciais (SADEK, 2010a; CARVALHO, 1996; BARRETO, 2004).

O período regencial, que foi estabelecido ante o impasse da menoridade de Dom Pedro II para assumir o trono brasileiro, se estendeu entre os anos de 1831 a 1840. Marcou não apenas um estágio de grandes agitações políticas, como também significou efetivamente a dissolução dos últimos vestígios das estruturas judiciais do período colonial. Filho (1999) explica que nesse período os antigos postos jurídicos de ouvidores e corregedores deram espaço para a figura dos juízes de primeira instância. Nisso vale também constar que o território brasileiro estava “dividido em 11 circunscrições, às quais correspondiam relações, isto é, tribunais provinciais, com funções de segunda instância” (SADEK, 2010a, p. 3-4). Esse novo arranjo se prolongou por entre o século XIX, de forma a sofrer uma reformulação apenas em 1873, quando se definiu a criação de mais sete tribunais de Relação por todo o território.

O ânimo em realizar a descrição da estrutura judicial nesse período permite captar de maneira paralela em quais condições se encontrava a justiça em Sergipe. Mesmo depois da independência política e administrativa sergipana em relação ao território baiano em 1820, as questões de justiça em Sergipe ainda estavam relegadas a terem sanadas suas demandas

litigiosas junto à segunda instância do Tribunal de Relação da Bahia. Tal sujeição prolongou-se até a instauração da República no ano de 1889, período esse em que foram realizados novos rearranjos do Estado e que resultaram na formação de um tribunal propriamente sergipano.

Nessas linhas mais gerais, fica clarificado o pano de fundo das lógicas que desencadeiam a formação do primeiro corpo de desembargadores em Sergipe, a pretensão é a de abarcá-los devidamente no tópico subsequente, haja vista que sua evidenciação estará congregada a proposta de análise das condições de implementação da justiça em Sergipe e com as biografias do primeiro corpo de magistrados a integrar a alta corte sergipana, o que remete necessariamente ao processo de transição da monarquia para a república. De todo modo, fica claro que o esforço em elencar um panorama mais amplo em que se abarca os elementos que se entremearam num processo constitutivo da figura jurídica dos desembargadores e da trajetória de estruturação do judiciário desde seus primórdios, possibilitou deflagrar a pelo menos dois conjuntos de questões que nos servirão para elaboração das discussões que se seguem.

A primeira delas é referente à falta de uma total autonomia das instituições judiciais brasileiras que, da colônia (século XVI) até o império (século XIX), estiveram relegadas ao julgo de figuras que centralizavam as disposições de poder, fator esse que ficou bem evidenciado com a competência dos donatários das capitanias hereditárias (século XVI), dos Governadores-Gerais (século XVI ao XIX) e do imperador (século XIX) em nomear, realocar ou suspender os membros das Cortes de justiça. Ainda que os magistrados dispusessem de algumas ferramentas que lhes possibilitasse exercer certa contraposição a essa inequidade de poderes, a mesma não tinha extensão e o impacto suficiente para ser totalmente eficaz.

Portanto, o fato é o de que o judiciário brasileiro tem sua gênese num conjunto de interconexões/simbioses/interferências com o espaço político e que esse marcadamente lhe exercia grande influência no controle organizacional. Mas a nível de visualização da influência dos magistrados em questões de competência política (na perspectiva da metrópole lusitana), o “aconselhamento real” assinalou não apenas a gênese dos desembargadores, como também pôde ser compreendida como um *locus* de influência que trafega num sentido que parte dos magistrados em direção ao estabelecimento de um grau de influência sobre questões sensíveis no desenho de justiça a ser empregada em Portugal e nas colônias.

O segundo ponto a ser destacado reserva em certa medida uma mesma coerência com as descrições anteriores, pois diz respeito à evidenciação do uso das instituições de justiça e de seus membros como um elemento garantidor de uma extensão do poder político da Corte. Os episódios em que desembargadores substituíam governadores gerais nas atribuições executivas

refletem a perspectiva de que não cabiam a esses indivíduos apenas os assuntos referentes à justiça, exatamente porque as instituições judiciais eram compreendidas como uma modalidade eficaz de representação do poder real, delas emanavam as formas de organização social que garantiam a extensão do poder do monarca. Ser desembargador denotava a importância de um conselheiro/servidor de íntima confiança do rei em missão de representação da Coroa. Por essa razão, os mesmos eram investidos em alguns momentos de funções que exacerbavam o mero exercício burocrático. Ou seja, mais uma vez o universo jurídico e a política se encontram.

Esse conjunto de questões permite constatar os “desembargadores” como produto de toda uma tradição jurídica lusitana. Envolver essa dimensão histórica não significa querer forçosamente atribuir qualidades anacrônicas ao atual modelo jurídico e aos juízes de segunda instância. Pelo contrário, tal panorama permite inferir que há uma lógica, um sentido, que deu fundamentos constitutivos para o aparecimento da referenciada instituição e figura jurídica. Por exemplo, como não se inquietar com as características do atual dispositivo legal do “quinto constitucional” (que diz respeito a um acesso lateral ao Tribunal de Justiça) na seleção dos desembargadores, tendo em vista as semelhanças que a mesma possui com o teor de dependência e vinculações políticas que o judiciário mantivera anteriormente junto a figuras administrativas centralizadoras nos períodos anteriores à República? Ou ainda, a transformação do judiciário em um Poder de Estado ganhou seus primeiros contornos apenas em 1824 com a outorga da constituição por parte do monarca D. Pedro I; contudo, a existência paralela do Poder Moderador inviabilizava a autonomização total do Poder Judiciário na medida em que aquela facultava ao imperador a nomeação, transferência ou suspensão dos magistrados da alta corte (SADEK, 2010a; CARVALHO, 1996; BARRETO, 2004).

Esse prognóstico contrapõe preliminarmente as noções de “profissionalização” baseadas numa experiência invariável de autonomização das instituições do espaço e uniformização das práticas profissionais, na medida em que demonstra que é possível atribuir um sentido de formação jurídica recorrendo aos seus pressupostos constitutivos. Partir para o julgamento meramente qualitativo do judiciário brasileiro (num andamento de trezentos anos que compreende o período colonial e o império), atestando-o como um modelo de profissionalização “incompatível” ou “incompleto”, necessariamente, negligencia as possibilidades de visualização de uma outra experiência de profissionalização que congrega as condições de exercício jurídico ante a submissão colonial e replicação não totalmente idêntica das instituições da metrópole lusitana.

Evidentemente faz grande sentido, nesse quadro, afirmar que os traços sócio históricos descritos são característicos de uma lógica constitutiva, de toda uma tradição que dera respaldo

à composição de um tipo de modelo de justiça no Brasil. Vale ilustrar nesse aspecto que a figura do desembargador não existe da mesma maneira em tradições jurídicas anglo-saxãs, como nos casos da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, que contam com uma figura mais aproximada daquilo que seria um juiz federal no Brasil atualmente. Nessa perspectiva, a situação colonial brasileira - que é um marco embrionário de implementação das instituições jurídicas nacionais - transmite a visualização de condições atinentes ao contexto local que são importantes para a compreensão do desenvolvimento e organização do judiciário brasileiro e suas figuras constitutivas. Por essa razão mereceu toda a apreciação aqui dada.

Importante destacar também que para além desses aspectos mais objetivos, que há outras contribuições que podem ser ressaltadas. Em termos de um aporte propriamente teórico, a apreensão desses processos locais de produção das instituições jurídicas e das condições de formação da figura dos desembargadores, atrelada à composição de uma tradição jurídica luso-brasileira, permite questionar o alcance de determinados conceitos a problemáticas teóricas amplamente hegemônicas e quase que “automaticamente” utilizadas no campo das produções sociológicas no Brasil.

As abordagens bourdieianas, por exemplo, quando tratam do processo de gênese de “campos” jurídicos e burocráticos inferem a um acúmulo lento, mas sistemático, de conquistas históricas interligadas às “ações dos agentes em disputa por princípios de divisão e organização do mundo social” (ALMEIDA, 2010, p. 15). É, portanto, imperativo para esse tipo de abordagem que haja um esforço de entendimento sobre o conjunto dos processos a nível institucional e social que permitem a formatação do “campo” e do “objeto” que se proponha analisar. Exatamente nesse quesito é que se tornam problemáticas algumas dessas produções que aventam a estudar o campo temático sobre o judiciário e os magistrados brasileiros. As pesquisas parecem confluir na desconsideração do caractere “colonial” que esteve entremeada na organização do Estado brasileiro por mais de três séculos.

O que quero dizer é que a proposta de alguns desses trabalhos em abarcar os processos de formação do campo jurídico no Brasil, a meu ver, se precipitam na realização desta etapa na medida em que pressupõem a ideia de “campo” como um “sistema claro de relações objetivas dentro do qual as posições ou tomadas de posições se definem relacionalmente e que domina as lutas que visam transformá-lo” (LIMA, 2016, p. 23). Essa condição significaria pressupor o “campo” jurídico como um espaço bem definido e com particularidades relacionais de disputa muito próprias, perspectiva essa que se contradiz ante a realidade sócio histórica da justiça, dos magistrados e das condições de exercício profissional ao longo do tempo, tal qual no período

colonial abordado nesse capítulo que significou não só um transplantar das instituições judiciais como também esteve correlacionada a ideia de controle e domínio da metrópole sobre a colônia.

Parte substancial para tais incongruências repousa no fato de que processos históricos de longa duração podem produzir configurações diferentes nos modos de estabelecimento do poder de Estado (DEZALAY, 2013). O caso do processo colonial brasileiro que perdurara por três séculos é significativo de uma produção alternativa de exercício de poder do Estado e de uma carência de ampla autonomia do espaço jurídico. Ou seja, tratar da formatação de um “campo” jurídico no Brasil sem correlacioná-lo ao aspecto colonial que lhes fora condição constitutiva é precipitar-se no acolhimento da ideia do Estado colonizador lusitano como um “metacampo” (STEINMETZ, 2014) absolutamente capaz de controlar e dominar as esferas sociais no Brasil de maneira totalmente uniforme. Tal perspectiva desconsideraria as dificuldades lusitanas em reproduzir o poder real em todas as extensões populacionais vigentes e sob seu julgo no Brasil, ou ainda, desconsideraria grande parte das condições de exercício jurídico que estiveram fortemente imbrincadas no processo de consolidação do poder da Coroa portuguesa. O contexto de centralização administrativa e política atestado no decorrer desse capítulo torna-se, portanto, fator de antagonismo ante o purismo teórico da ideia de “campo jurídico” aos termos automatizados com que a mesma é empregada em algumas produções, sobretudo nacionais, a respeito do judiciário e os seus magistrados.

Ao que se apresenta, a proposta de Bourdieu (1998) de estabelecimento de uma sociologia reflexiva que se debruça sobre suas próprias condições de análise e que toma como princípio de exame a evidenciação das características sócio históricas de seus objetos de investigação, parece se chocar bruscamente com o posicionamento de alguns de seus operadores teóricos, os quais, de maneira puramente automatizada, consideram a construção de um “campo jurídico” no Brasil sem se debruçar sobre as condições de formação desse no mapa de subordinação e exploração que tanto caracterizam o período colonial brasileiro. Ou ainda, a não consideração desses pressupostos de caracterização colonial aqui já elencados deslocam a discussão sobre o processo de profissionalização brasileiro a um contexto maniqueísta e valorativo de “certo” ou “errado”, de atipicidade ou normalidade, de maneira que a percepção média em relação a tal experimento de profissionalização se vincularia à ideia de que a mesma não se concretizara “como deveria”. Tal aspecto, de maneira ampla, delega à não constatação de que o processo de formação do judiciário e do aparecimento dos seus magistrados pode corresponder a uma das experiências possíveis de profissionalização, mas para a qual defendo ser merecedora de toda a atenção e dedicação analítica possível.

Nesse caso, Bourdieu deve ser utilizado contra ele mesmo, na proporção em que sua ideia de um preliminar estabelecimento das evidências sócio históricas se antagonizam com a ideia de padronização teórica da formação de um “campo jurídico”, haja vista que essa se assentara numa perspectiva de gradual acúmulo de conquistas de capitais sociais, mas que no Brasil esteve caracterizada pelo transplante não idêntico das formas de organização de Portugal.

Como também tratei anteriormente, a postura de uma mera reprodução de conceitos por parte dos pesquisadores pode ser evitada com a disposição autocrítica em relação à própria produção desempenhada. O já referido “artesanato intelectual” (MARTINS, 2013; MILLS, 1969) é elemento fundamental na garantia não só do controle das condições de aplicação metodológica ou teórica, mas também no ensaio de uma melhor aproximação com a realidade social.

A crítica aqui apresentada e exemplificada só reforça a necessidade de consideração dos processos históricos associados à formação da figura dos desembargadores, bem como da trajetória de constituição das instituições jurídicas do período colonial até o império, em que se leve em consideração paralelamente o peso das condições de exercício de poder e autonomia de funcionamento nesses espaços. Dessa maneira, a disposição das dimensões analíticas previamente analisadas tomam sentido maior com os contornos até aqui delineados quanto aos desembargadores e o espaço jurídico, sem com isso incorrer numa utilização acrítica das categorias analíticas que as mesmas dispõem. Sendo assim, foram construídas, até o momento, as bases interpretativas do objeto de estudo dessa dissertação, os desembargadores de Sergipe.

Enfim, o tópico subsequente buscará abarcar as condições de estruturação do judiciário aos moldes republicanos em Sergipe, de forma a tratar desde o surgimento dos primeiros magistrados a atuar no Estado, até mesmo a elencar os casos mais significativos dos desembargadores que estiveram atrelados a esse processo de gênese da justiça sergipana.

3.2 OS DESEMBARGADORES E O JUDICIÁRIO SERGIPANO NO SURGIMENTO DA REPÚBLICA

O período republicano iniciado em 1889 introduziu uma nova perspectiva no que tange a uma arrumação e competência do sistema de justiça brasileiro. Como descreve Sadek (2010a), a justiça passou a ser operada em duas esferas, sendo uma de âmbito e competência dos Estados, e outra de responsabilidade federal. Apesar dos rearranjos, toda essa estrutura judicial nos Estados ainda resguardava os contornos mais gerais da antiga forma de organização imperial, que só foram efetivamente reformulados, ainda de acordo com a autora, apenas no ano de 1926,

na ocorrência do surgimento de garantias aos juízes como a questão da inamovibilidade, da irredutibilidade de vencimentos e vitaliciedade no cargo.

Importante ressaltar nessas transformações é que no período de redefinição do Poder Judiciário aos moldes republicanos, coube aos Estados a competência de organização da justiça, de forma que para cada uma das unidades federativas haveria um Tribunal de Apelação e juízes de comarcas. Exatamente dentro dessas possibilidades de organização da justiça a nível estadual é que vale destrinchar os acontecimentos e processos que se entremearam ao modelamento da justiça em Sergipe. É possível adiantar que alguns bacharéis se destacarão nesse período e se tornarão peças-chave na composição (evidentemente enquanto desembargadores) do que viria a ser o Tribunal de Justiça de Sergipe.

Como já tratado, as estruturas de justiça em Sergipe antes do advento da República eram ainda subordinadas ao julgo do Tribunal da Relação da Bahia, condição essa que em parte era fruto de circunstâncias políticas bem específicas, que dizem respeito exatamente à falta de independência política do território sergipano em relação à Bahia. Apenas em 1820 é que se inicia o processo de independência efetivamente, haja vista a redação da Carta Régia (documento oficial que é elaborado pelo monarca) por Dom João VI em que se determinava que toda a região que hoje compreende o estado de Sergipe se tornaria autônoma da metrópole baiana. Mas apesar da consolidação do processo de independência em 1824 (em face da divisão territorial que foi empreendida), a justiça sergipana continuaria por toda a extensão do século XIX a exercer apenas uma competência em primeira instância, se limitando ao espectro municipal (BARRETO, 2004). Importante ressaltar essa questão porque ela reflete um ponto muito pertinente, o de que não existia uma esfera de segunda instância em Sergipe, pois essa continuava relegada ao antigo Tribunal da Relação da Bahia, o que infere que a figura dos desembargadores (juízes de segunda instância) ainda não poderia ser correlacionada às tímidas estruturas jurídicas de Sergipe.

Toda essa conjuntura se estendera do ano de 1820 (quando da independência de Sergipe) até o ano de 1889 (quando do advento da república e consequente rearranjo da estrutura da justiça por todo o país). Barreto (2004) inclusive elenca uma cronologia de organização judiciária sergipana na qual se percebe a tentativa de interiorização das pequenas estruturas judiciais pelo território. Ou seja, os primeiros sessenta e nove anos de formação da justiça em Sergipe se resumiam num movimento de tentar alcançar os povoamentos que se formavam e se estendiam para além da capital. Nessas condições, se limitava à institucionalização de comarcas como por exemplo a de Laranjeiras em 1836, a de Maruim em 1854, a de Japaratuba em 1875, a de Boquim em 1881 e a de Riachuelo em 1882. Apenas com a República é que se passa a

efetivamente surgir os primeiros juízes de segunda instância no Estado em face à criação dos Tribunais de Justiça (naquele período, chamados de Tribunais de Apelação) em cada unidade federativa. De qualquer forma, nos vale a evidenciação desses elementos que permearam ao estabelecimento definitivo do modelo de justiça sergipano para clarificar o porquê da composição de um primeiro perfil de magistrados de segunda instância totalmente atrelados à esfera política de Sergipe.

Para tal, é preciso elencar, previamente, que para se firmar uma estrutura republicana no Estado era também necessário estabelecer uma Constituição que respaldasse seus princípios. Tal fator agrega a condição de que, a depender do que fosse definido pelo texto constitucional, o judiciário necessariamente deveria estar de acordo para não incorrer num desequilíbrio de competências entre os Poderes de Estado. Todo esse processo demandava um grande esforço de conciliação e depreendia certo tempo para maturação. Nessas condições, tinha de ser decretada uma Constituição provisória para Sergipe até o momento em que estivesse pronto o novo texto constitucional, o qual seria votado em assembleia para aprovação definitiva (BARRETO, 2004).

Exatamente nesse quadro essencialmente político que passam a emergir alguns bacharéis a fim de ditar os primeiros rumos organizacionais e institucionais do judiciário sergipano. Homero de Oliveira, Gumercindo Bessa e Guilherme de Souza Campos serão os principais protagonistas desse período de disputas, mas não só isso, serão também os casos mais exemplificativos do perfil dos primeiros desembargadores sergipanos. Vale dizer que esses indivíduos tangenciarão a associação entre o título acadêmico (haja vista que eram bacharéis em Direito) e o cargo eletivo (em razão do fato de também terem sido deputados), ou seja, serão marcas representativas do que significou o fenômeno do “bacharelismo” e das “parentelas” em Sergipe, traduzindo objetivamente as interlocuções entre a política e a esfera jurídica de maneira a denotar um fenômeno percebido tanto num contexto local quanto nacional, marcando assim a evidenciação de que Sergipe pode ser elencado como um caso expressivo para tangenciar essas duas dimensões.

Mas retomando o quadro histórico, vale dizer que a formulação da Constituição Provisória ficou a cargo do então bacharel Homero de Oliveira - o qual futuramente se tornaria Presidente do Poder Judiciário de Sergipe. Num período de dois anos é mantido o texto provisório de forma que somente no ano de 1891 é convocada uma assembleia para deliberar sobre a definição de uma constituição. Nessa assembleia foram apresentados diferentes projetos constitucionais, sendo um de autoria do deputado Luiz Freire e outro de autoria do também deputado e bacharel em Direito, Gumercindo Bessa.

Barreto (2004) descreve que as discussões que pautaram a apresentação desses projetos foram bastante acirradas e resultaram na escolha do texto final de Gumercindo Bessa, que apesar da vitória aparente, não conseguiria dar andamento a sua gestão à frente do nascente judiciário sergipano em face aos desdobramentos políticos a nível federal, e sobretudo estadual, que inviabilizaram sua permanência na presidência da instituição, pois foram declaradas nulas as decisões da assembleia em que se conclamara o texto constitucional de Gumercindo Bessa. As motivações por trás desse processo anulatório dialogam com uma série de dilemas e desajustes inerentes a qualquer processo de transição política. Não foi diferente com a passagem do império para a república.

O marechal Deodoro da Fonseca, até então presidente republicano, se isolava no poder federal na medida em que insistia na indicação dos nomes a ocupar os cargos executivos das unidades federativas, posição essa que era considerada por demais centralizadora e que em certo grau rememorava o falido sistema monárquico. A situação em Sergipe se desajusta em 1891 quando uma das figuras menos cotadas para alçar o poder do Estado, o coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro (1852-1895), é indicado diretamente pelo marechal à presidência do governo estadual.

Essa improvável nomeação é arranjada pelo coronel a partir das amizades políticas que o mesmo mantinha junto a figuras importantes da política nacional, que eram exatamente o Barão de Lucena (até então ministro da justiça) e o senador Rosa Júnior. Contudo, a queda do marechal Deodoro possibilitou a formação de uma nova Junta Governativa (apoiada pelo novo presidente da república, Floriano Peixoto) em que se estabeleceu a anulação dos atos da constituinte em que se promulgava a Constituição Estadual vigente. Ou seja, se dissolvia ali o texto constitucional de Gumercindo Bessa, e consequentemente ele era afastado de suas funções enquanto desembargador e primeiro presidente da referida instituição (DANTAS, 2009; LIMA, 2016a).

Nesse panorama é interessante notar os nomes dos indivíduos que figuraram no primeiro desenho da alta corte de justiça sergipana (pré-dissolução), eram eles: João Batista da Costa Carvalho, Cândido de Oliveira Ribeiro (irmão do Presidente de Estado, ao momento, o coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro), João Gomes Barreto, José de Barros Accioli de Menezes e, evidentemente, Gumercindo Bessa (LIMA, 2016a; BARRETO, 2004). A partir das informações biográficas desses cinco nomes será possível construir o perfil médio dessas primeiras figuras que compunham o quadro republicano de justiça em Sergipe, que apesar de não terem dado a devida continuidade a suas atividades enquanto desembargadores,

representaram, em certa medida, o perfil do indivíduo que conseguiu acessar o cargo de maior notabilidade no meio jurídico estadual nesse período inicial.

Dada a dissolução do primeiro desenho institucional, retorna-se aos pressupostos definidos pela Constituição transitória de Homero de Oliveira. Mas ainda no mesmo ano, em 1891, é convocada uma nova assembleia para definir, finalmente, o texto substituto e definitivo para os primeiros anos de república em Sergipe. O então padre e deputado, Olímpio de Souza Campos, que presidira a referida constituinte e que era irmão de um daqueles indivíduos que seria o novo integrante da alta corte jurídica sergipana, Guilherme de Souza Campos, aprova, em 18 de maio de 1892, a mais nova Constituição Estadual (BARRETO, 2004; LIMA, 2016a).

Com a reformulação do Tribunal, novos nomes surgiram para compor a corte, foram eles: João Batista da Costa Carvalho (o único nome a ser preservado da composição anterior à dissolução), Guilherme de Souza Campos (irmão do então deputado Olímpio de Souza Campos, que presidira a constituinte pós-dissolução), Gustavo Gabriel Coelho Sampaio, Francisco Alves da Silveira Brito e José Sotero Vieira de Melo. A disponibilidade das informações biográficas desses magistrados, se articulados com os outros indivíduos que compunham a Corte antes da dissolução, pautará, ainda que exemplificativamente, os perfis dos desembargadores a integrar o primeiro período de vigência do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Sendo assim, devo agora apontar as características que se apresentam de maneira mais comum entre os referidos desembargadores. Adianto desde já que essas características coadunam em grande medida com a problemática mais específica de associação entre o judiciário e as dinâmicas de poder político traduzidas em redes de influência familiar e utilização da titulação acadêmica como recursos essenciais para efetivação do caractere de recrutamento no judiciário sergipano e na política estadual. Ou seja, tanto a formulação de parentelas, como a utilização política do título acadêmico (que é marca de uma das características do “bacharelismo”), adentram nesse campo de disputas como um trunfo importante para interconectar uma esfera de articulação entre o direito e os cargos eletivos na política. São esses desembargadores, portanto, um grupo de elite político-jurídica (LIMA, 2016a). Seguem seus nomes e verbetes biográficos correspondentes; vejamos:

| DESEMBARGADOR | VERBETE BIOGRÁFICO |
|-----------------------------------|---|
| José de Barros Accioli de Menezes | Nasceu no ano de 1862 no engenho Murta, município de Capela (SE). Coursou a Faculdade de Direito do Recife, recebendo o grau de bacharel em 1884. Voltando ao Estado após a formatura exerceu os seguintes cargos: promotor público das comarcas de Itabaiana e Maruim em 1885 e da de Aracaju em 1889; juiz municipal do termo de Riachuelo em 1890; juiz de Direito de Itabaianinha |

| | |
|----------------------------|---|
| | em 1891; Chefe de polícia no mesmo ano e ainda em 1894 e 1895, sendo juiz de Direito da comarca de Laranjeiras no mesmo ano. Foi nomeado desembargador em 1896 e 2º vice-presidente da Relação no mesmo mês. |
| Gumercindo Bessa | Nasceu no ano de 1859, no município de Estância (SE). Cursou a Faculdade de Direito de Recife, bacharelando-se no ano de 1885. Ao retornar a sua terra natal, foi nomeado promotor público da comarca de São Cristóvão, cargo que exerceu até 1886. Posteriormente, em 1891, ocupou os lugares de Juiz de casamentos, Desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação do Estado, sendo dissolvido do cargo por conta da já referida Junta Provisória. Ainda foi Chefe de Polícia no ano de 1894, mas se elegera Deputado Provincial na última legislatura do antigo regime e repetira o feito com nova legislatura em 1909. Chegou a reger a cadeira de direito criminal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. |
| Guilherme de Souza Campos | É o irmão mais velho de Olímpio de Souza Campos, nasceu no Engenho Periquito, no município de Itabaianinha (SE), no ano de 1850. Cursou a Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se no ano de 1871 no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Iniciou a carreira profissional como promotor público na Comarca de Lagarto, no ano de 1872. No ano seguinte, atuou como juiz municipal de Jeremoabo (BA). Posteriormente atuou como juiz de Direito da Comarca do Riachão (MA), nos anos de 1887 e 1888. Também atuou como Chefe de polícia do Espírito Santo, no ano de 1889. Retornou a Sergipe na vigência da República, para a Comarca de Lagarto enquanto juiz de Direito, entre os anos de 1890 e 1892. Atuou como deputado em dois mandatos, pelos anos de 1872-1873 e 1878. Em virtude da dissolução do primeiro quadro de desembargadores de Sergipe, conseguiu nomeação com o processo de reformulação. Tornou-se desembargador em 1892, sendo que, depois da gestão do Desembargador João Batista da Costa Carvalho como Presidente do Tribunal de Relação, Guilherme Campos foi eleito para chefiar o Poder Judiciário do Estado de Sergipe no ano de 1895. |
| Jose Sotero Vieira de Melo | Nasceu em Rosário do Catete (SE), no ano de 1856. Era sobrinho de João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, que foi deputado geral, senador, presidente e vice-presidente de província. Em 1873, cursou a Faculdade de Direito do Recife. Bacharelou-se na turma de 1878, retornando a Sergipe para iniciar sua carreira jurídica. Foi promotor público na Comarca de Japaratuba em 1879, função que exerceu por 10 anos até ser exonerado de sua função. Exerceu, em Rosário do Catete, a Curadoria Geral dos Órfãos, sendo também Promotor de Capelas e Resíduos. Com a Proclamação da República, foi nomeado Juiz Municipal e de Órfãos, em 1889, por ato do Governador do Estado federado de Sergipe, Felisbelo Freire. Em 1890, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Rosário do Catete, já em 1892 foi nomeado Desembargador em Sergipe. |
| Homero de Oliveira | Nasceu em Recife (PE) no ano de 1858, contudo, viveu maior parte da sua vida em Laranjeiras (SE). Seus primeiros anos de vida na capital pernambucana só aconteceram por conta dos estudos em Direito de seu pai, o qual inclusive bacharelou-se ainda no ano de 1860. Depois desses dois anos a família Oliveira Ribeiro retorna para o município sergipano de Laranjeiras. Bacharelou-se no Recife, na turma de 1879. De volta a Sergipe, advogou, foi promotor em Aracaju, |

| | |
|--------------------------------|---|
| | <p>e, com a Proclamação da República, ingressou na política como candidato a Deputado estadual à Assembleia Constituinte de 1891. Foi o Relator do Projeto de Constituição do Estado de Sergipe promulgada provisoriamente em 1890. No ano de 1891, ingressou na magistratura do estado de Sergipe, assumindo como Juiz de Direito a Comarca do Rio Real, sendo removido em 1896 para Gararu (SE). Posteriormente é lotado na Comarca de Capela, passando depois pelas Comarcas de Laranjeiras (1897) e de Maroim (1898), para ser nomeado desembargador, em 1899. De logo foi nomeado Procurador Geral do Estado, tomando posse em 1900. Homero de Oliveira foi eleito Presidente do Tribunal de Relação em 1908.</p> |
| João Batista da Costa Carvalho | <p>Nasceu em Santa Luzia (SE), no ano de 1840. De uma família de usineiros e proprietários rurais, ligado por parentesco ao Barão de Timbó, resolveu fazer o curso jurídico, seguindo-se para o Recife. Bacharelou-se na turma de 1864. Começou sua carreira jurídica sendo nomeado Juiz de Direito para atuar nas Províncias de Sergipe, Mato Grosso e Santa Catarina. Foi promotor em Itabaiana (SE), no ano de 1865, juiz municipal e ao mesmo tempo Delegado de Polícia em Divina Pastora no ano de 1866. Exerceu as mesmas funções em Estância (SE), em 1870, ano em que concorreu a uma cadeira na Assembleia Legislativa Provincial. Em 1874 tornou-se juiz de Direito em Corumbá (MS), mas retorna para novos mandatos de Deputado Provincial nas legislaturas de 1874 e 1876. Ao concluir o mandato é nomeado Chefe de Polícia da Província do Amazonas.</p> <p>Volta a Sergipe para ser, em seguida, Juiz de Direito de Itabaianinha (Comarca do Rio Real), nomeado pelo magistrado José Martins Fontes, que àquela data, 1877, estava no exercício da Presidência da Província. Em 1882 foi para a Província de Santa Catarina, como Juiz de Direito de Itajaí, regressando no ano seguinte, 1883, para assumir as funções de Juiz de Direito de Atalaia, na Província de Alagoas. Passa aproximadamente dois anos em Alagoas, e de lá vai para a Capital do Império, como Delegado Especial da Instrução Pública. Não demora muito, pois é no mesmo ano de 1885 nomeado, Chefe de Polícia da Província de Alagoas. Ainda em 1885 volta a Sergipe, para ser Chefe de Polícia na administração temporária de Manoel de Araújo Góes. Retoma a carreira na magistratura sergipana como Juiz de Direito da Comarca de Maroim, em 1886, de onde sai para ser Desembargador no ano de 1892, nomeado pelo general José Calasans, e presidiu o Tribunal de Relação de dezembro de 1892 até 1895.</p> |
| Cândido de Oliveira Ribeiro | <p>Filho do segundo casamento do coronel Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro com D. Cândida Britto de Oliveira Ribeiro, nasceu no ano de 1859 no engenho Campo Grande, município de Laranjeiras e faleceu em 1903. Era irmão consanguíneo de Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro e Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro. Fez o curso de Direito na Faculdade do Recife, recebendo o grau de bacharel em 1880. Foi promotor público da comarca do Rio Real e juiz de Direito da comarca de Gararu. Na vigência do governo de seu irmão, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, foi nomeado membro do Tribunal de Apelação do Estado até a dissolução desse governo pela junta governativa. Posteriormente ocupou interinamente a chefia de polícia.</p> |
| João Gomes Barreto | <p>Filho do coronel José Sotero Barreto e D. Maria Clara de Azevedo Barreto, nasceu em 1861 no município do Rosário do Catete e faleceu em 1914 em</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>Mococa (SP). Bacharelou-se em Recife no curso ciências jurídicas e sociais no ano de 1883. Foi nomeado promotor público da comarca de Maruim em 1885, foi removido em 1889 para a do Aracaju, exonerando-se após seis meses de serviço. No ano seguinte foi eleito deputado da Assembleia Constituinte do Estado, juiz de direito na comarca do Rio Real (Itabaianinha) e membro do Tribunal de Apelação. Ao ser dissolvido o governo do coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, João Gomes Barreto também foi deposto do cargo de desembargador. Retornou para Mococa (SP) onde exerceu as atividades de advogado, administrador e político, tornando-se prefeito municipal.</p> |
| <p>Gustavo Gabriel Coelho Sampaio</p> | <p>Natural de Salvador/BA, nasceu no ano de 1834, filho de Francisco Sabino Coelho Sampaio e de Jesuína Carolina Alves Sampaio. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1855. Iniciou sua vida profissional em 1857, como promotor público nas Comarcas de Estância e em Aracaju em 1858. Nesse mesmo ano, assumiu a magistratura nos Termos reunidos de Maruim e Santo Amaro. Foi delegado de polícia no município de Maruim/SE em 1859 e Deputado Provincial em 1863. Em 1873 foi Juiz Municipal de Japarutuba, para onde foi reconduzido em 1881. Vale ressaltar que foi Juiz de Direito no Ceará, nas Comarcas de Lavras, Quixeramobim e Aquiraz e, no Pará, na Comarca de Cametá. Voltando para Sergipe em 1892 para assumir a comarca de Riachuelo. Em 1892, foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação de Sergipe, fazendo parte da primeira composição. Foi Procurador-Geral do Estado em 1896. Aposentou-se em 1897 e faleceu no ano de 1902.</p> |
| <p>Francisco Alves da Silveira Brito</p> | <p>Natural de são Cristóvão/SE, nascido em 15 de agosto de 1844, filho de Francisco Alves de Brito e de Maria Jesuína da Silveira teles. Graduiu-se em ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1868. Nomeado Promotor Público em 1869 para Itabaiana, sendo removido meses após para a Comarca de Laranjeiras. Em 1872, assumiu a judicatura como Juiz Municipal de Órfãos do Termo de Simão Dias e em seguida, Lagarto. Deixou a carreira da magistratura em 1885 e foi nomeado Procurador Fiscal do Tesouro Provincial até o ano de 1890, quando retorna à magistratura sendo nomeado para a Comarca de Itabaiana como Juiz dos Casamentos, função recentemente criada naquela época.</p> <p>Em 1892, foi nomeado Desembargador da primeira composição do Tribunal da Relação de Sergipe, sendo também, no mesmo ano, escolhido e designado como Procurador Geral do Estado. Assumiu interinamente a Presidência do Estado em 1901 e 1903. Aposentou-se em 1904 e faleceu em no ano de 1909</p> |

Fonte: Guaraná (1925); Barreto (2004, 2008); IHGSE (1913); Acervo do Memorial do Poder Judiciário

Como se nota das informações biográficas acima listadas, os primeiros indivíduos que se tornaram desembargadores nesse período de gênese institucional em Sergipe apresentam pontos em comum em suas biografias. A se constatar primeiramente, todos esses magistrados, sem exceção, bacharelaram-se pela Faculdade de Direito de Recife, correspondendo então a um importante sinal de padrão de formação intelectual. De acordo com a tese de Adorno (1988), as escolas de Direito neste período desempenhavam um papel fundamental para o atendimento da

demanda de uma formação burocrática de um emergente Estado Nacional brasileiro; à vista dessa necessidade, a formação nesses cursos superiores, sobretudo no Recife, privilegiava os aspectos mais notadamente políticos da formação em oposição aquelas que fossem exclusivamente jurídica. Não por acaso o impacto da Faculdade de Direito do Recife na vida política sergipana é facilmente notado, pois nomes como Martinho Garcez (que chegou a ser deputado provincial, senador e presidente de Estado), Leandro Maciel (que foi senador e deputado federal), Coelho e Campos (que foi senador) e Fausto Cardoso (que chegou a ser deputado federal), não apenas compuseram os quadros da referida faculdade (BEVILÁQUA, 1977) como também formataram as alianças e disputas políticas do início da república em Sergipe.

Nessas condições, calha muito bem a expressão atribuída por Adorno (1988) ao fato de que os bacharéis do início da república no Brasil eram “aprendizes do poder”, pois a se pensar o contexto sergipano naquela época, coaduna a perspectiva de visualização de um “apoderamento” dos cargos do Estado por parte desses bacharéis recém-formados, seja enquanto juízes de Direito, chefes de polícia, desembargadores, promotores públicos, ou mesmo como senadores, deputados federais, etc.

Mais do que isso, a utilização política do título acadêmico notabiliza o fenômeno do “bacharelismo”. Ou seja, num período em que se descreve (mais especificamente a segunda metade do século XIX) em que pelo menos 89% da população sergipana era analfabeta (NUNES, 2006), cursar o nível superior, por si só, significava adentrar num espectro de alta distinção, ou por assim dizer, no universo daqueles que se põem como “capazes” de gerir a máquina pública.

Se soma a esse quadro o fato de que as famílias mais abastadas eram aquelas capazes de financiar os estudos desses primeiros magistrados haja vista a falta do ensino superior na região e os elevados custos para realização dessa tarefa em outra localidade. Nesse espectro, vale elencar as origens sociais das biografias aqui destacadas. A começar por João Batista da Costa Carvalho, é possível notar, por exemplo, que o mesmo era proveniente de uma família de usineiros e proprietários rurais ligados ao Barão de Timbó na Bahia; Homero de Oliveira, por sua vez, era filho de advogado formado também no Recife; José Sotero Vieira de Melo era sobrinho de João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, uma das figuras de maior influência política e econômica do período em Sergipe, que nesse caso compunha uma rede de parentelas articulada com a família Rollemberg que “dominava quatro municípios do eixo Cotinguiba” (PETRARCA; OLIVEIRA, 2017, p. 210), mais exatamente as municipalidades de Siriri, Santo Amaro das Brotas e Japarutuba. Guilherme de Souza Campos, por sua vez, pertencia a uma

linhagem do coronel José Vicente de Sousa, sem contar que era o irmão mais velho de uma das figuras de maior destaque político no período entre a monarquia e a república, o Olímpio de Souza Campos, que por sua vez compunha uma rede de parentelas articulada no agrupamento dos “Cabaús”, que contava também com uma articulação dos Rollemberg na figura da liderança política Coelho e Campos (PETRARCA; OLIVEIRA, 2017). Gustavo Gabriel Coelho Sampaio, por seu turno, advinha da família do médico Francisco Sabino Coelho Sampaio, seu pai. João Gomes Barreto era filho do coronel e dono de engenho no município de Rosário do Catete, José Sotero Barreto. Cândido de Oliveira, por sua vez, era filho do também coronel e dono de engenho em Laranjeiras, Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro, e era irmão do Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, que como já relatado anteriormente, foi o Presidente de Estado indicado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 1891, mas que em virtude das agitações políticas daquele período fora destituído do cargo pela junta de governo apoiada pelo então presidente da República, Floriano Peixoto – vale dizer também que pertencia a um grupo articulado com o político Siqueira de Meneses (presidente de Estado entre 1911 e 1914, senador entre 1915 e 1923).

A montagem desse quadro prévio reforça de antemão duas dimensões reflexivas. A primeira de que a origem social abastada conta nesse momento como elemento objetivo para a projeção do indivíduo na vida acadêmica, e a segunda de que a titulação superior era fator de distinção, uma espécie de trampolim social e político. Tais dimensões são fundamentais para a percepção de que o já aventado fenômeno do “bacharelismo” (que ocorrera tanto em escala nacional quanto regional) possui raízes formativas associadas a um direto investimento das famílias abastadas na carreira de seus membros enquanto bacharéis, pois como atesta Petrarca (2017, p. 5), a partir desse investimento era possível “colocar seus membros no alto funcionalismo público e manter o controle dos cargos políticos, garantindo a sua sobrevivência econômica”.

Tal evidenciação do componente bacharelesco ganha ainda mais força ao se constatar que a partir da segunda metade do século XIX já havia se iniciado uma gradual entrada de bacharéis na vida política. Nunes (2006) demonstra que na legislatura de 1872/1873 ao menos 19 dos 24 deputados provinciais eram bacharéis ligados a alguma rede familiar – a exemplo do médico José de Barros Pimentel, sobrinho do importante chefe político Sebastião Gaspar de Almeida Boto (também conhecido como o “Napoleão do Poxim”), que por quatro legislaturas representou os interesses do tio na esfera política.

Outro aspecto importante que deve ser analisado, tendo por norte os verbetes dos desembargadores apresentados e que mantém correlação com a reflexão que evidenciei acima,

diz respeito aos cargos que tais desembargadores acessaram. Primeiramente vale atestar que, todos eles, sem qualquer exceção, iniciaram a carreira profissional enquanto promotores públicos. A razão para tal está associado ao fato de que não era necessária a realização de qualquer concurso público para ingressar nessa carreira, ou seja, o processo de nomeação resguardava as possibilidades de afiliações políticas e de amizade do indivíduo postulante ao referido cargo. As demais esferas de atuação, como por exemplo, juiz de Direito em comarcas e chefe de polícia, aparecem como elementos mais dispersos nas trajetórias desses indivíduos.

Contudo, vale destacar nesse prognóstico que a participação em cargos eletivos pôde ser amplamente notada nos casos de João Batista da Costa Carvalho (deputado em 1874, tornou-se desembargador em 1892), Homero de Oliveira (deputado em 1891, tornou-se desembargador em 1899), Guilherme de Souza Campos (se inseriu na política em 1878, tornando-se desembargador em 1892), João Gomes Barreto (deputado em 1890, tornou-se desembargador em 1891), Gustavo Gabriel Coelho Sampaio (deputado em 1863, tornou-se desembargador em 1892) e Gumercindo Bessa (deputado em 1891, tornou-se desembargador e presidente da instituição no mesmo ano). Nos casos de Homero de Oliveira e Gumercindo Bessa, a ascensão profissional deles é marcadamente atrelada às suas atuações em âmbito político, visto que o primeiro foi responsável pela elaboração da Constituição Provisória, e o segundo, pela elaboração do texto constitucional que foi dissolvido pela Junta Governativa. Ou seja, nesse momento o padrão de recrutamento ao cargo de desembargador se entrelaça numa articulação entre formação acadêmica e atuação política.

Chama atenção nas biografias de Guilherme de Souza Campos e Gumercindo Bessa os aspectos referentes ao *background* político dessas duas figuras. O primeiro era apoiado por antigos sustentadores do regime monárquico, pertencentes ao antigo Partido Conservador do Império, mas que ao fim desse regime aderiram ao movimento republicano e compuseram um bloco de influência liderado pelos políticos Coelho e Campos e Olímpio de Souza Campos (esse último, irmão mais novo de Guilherme Campos e ex-deputado provincial, ex-senador, ex-presidente de Estado), em que se mobilizavam os setores sociais ligados às lideranças da região dos engenhos de açúcar no interior do Estado, por isso a alusão a esse grupo enquanto “Cabaús” – uma referência direta ao mel escuro que era produzido nessas propriedades. O segundo, por sua vez, era apoiado pelos setores médios urbanos, sobretudo da capital aracajuana, e os antigos bacharéis que haviam liderado o movimento republicano (os não adesistas, ou “republicanos clássicos”, por assim dizer), sob a liderança de figuras como o general Oliveira Valadão e Martinho Garcez; eram conhecidos nessa época como os “Pebas” (BARRETO, 2004; DANTAS, 2004). Esses dois agrupamentos políticos dentro do movimento republicano

protagonizaram os desequilíbrios do início da República em Sergipe, desde as imposições do marechal Deodoro, até a formação das Juntas Governativas que rearranjaram o poder estadual.

Como elencado anteriormente, a assembleia que dissolveu a disposição constitucional do texto de Gumerindo Bessa também significou a eleição de um novo presidente de Estado, nesse caso, assumiu José Calazans em 1892, apoiado pelos setores ligados ao florianismo e aos “Cabaús” (grupo olimpista). Entretanto, José Calazans é deposto do cargo em 1894, a mando do então presidente da República Floriano Peixoto, por não atender a uma série de imposições da esfera federal no que tange especificamente ao fato de não ter apoiado o candidato ao senado, Oliveira Valadão (uma das lideranças do grupo dos “Pebas”), que era figura militar fortemente ligada a Floriano Peixoto e que tinha batalhado junto ao mesmo na Guerra do Paraguai. O não apoio de Calazans ao postulante ao senado indicado por Floriano se deu pelo fato da candidatura da referida figura ter sido considerada ilegal ao momento. “Após uma eleição marcada pela violência, o governo de Calazans passou a ser atropelado pelo grupo valadonista” (DANTAS, 2004, p. 27). Ou seja, os “Pebas” acirram as disputas e ânimos com o lado dos “Cabaús” e criam-se dois poderes paralelos, um situado em Aracaju sob o comando dos “Pebas” e outro que migrara para o interior do Estado, mais especificamente em Rosário do Catete, onde Olímpio e os “Cabaús” passaram a se articular.

No auge da crise, sobe ao poder, em 1894, Oliveira Valadão. Mas a carência de legitimidade marcou o apelo a “arbitrariedades e perseguições políticas, afastamento de magistrados, brigas prolongadas com o judiciário” (DANTAS, 2004, p. 27). O governo de Oliveira Valadão durou até 1896, momento em que seu aliado Martinho Garcez assume a presidência do Estado até o ano de 1899. Mas a fim de dar cabo às violências e abrir margem política para pleitear uma vaga no senado, Garcez começa a se aproximar dos líderes “Cabaús”, sobretudo com Olímpio Campos, com o qual firma um acordo de mútuo apoio, onde por um lado ele garantiria sua própria entrada ao Senado e, por outro, viabilizaria a eleição de Olímpio Campos à presidência do Estado de Sergipe.

Nesse quadro, a balança de poder se altera e o grupo olimpista (“Cabaús”) volta ao poder e exerce seu domínio por pelo menos 10 anos. A inserção de Guilherme de Souza Campos à alta corte sergipana pode ser compreendida, nesse momento, como uma forma de distribuição da influência do grupo para o judiciário, pois em 1899, Guilherme Campos consagra-se presidente pela segunda vez do Tribunal de Justiça, quando da ascensão concomitante de Olímpio Campos ao poder executivo estadual, permanecendo no cargo até 1905 quando ele mesmo é lançado politicamente ao Poder Executivo.

Apesar das alianças e o pacto entre os dois grupos, o equilíbrio mostra-se meramente momentâneo e as agitações ainda eram crescentes, ao ponto de que os episódios de repressão, agora vinculados a um controle dos “Cabaús”, originarem a prisão de três cunhados do ex-desembargador Gumerindo Bessa (ligado aos “Pebas”). Tal fato colocou o frágil acordo sob tensão, haja vista que o magistrado não apenas passou a exercer forte campanha contra o novo predomínio olimpista como também mobilizou todo seu grupo de apoio a advogar por sua causa. A nível nacional, Gumerindo Bessa era respaldado por Sílvio Romero, o qual põe à linha de frente o então deputado Fausto Cardoso que agita ainda mais a revolta anti-olimpista. O fim das revoltas só se deu em 1906, com a morte das duas figuras de proa desses movimentos, ou seja, se deu com os assassinatos de Fausto Cardoso (em que seus aliados alegam que o mesmo foi morto a mando do bloco oposicionista) e Olímpio Campos (morto pelas mãos dos filhos de Cardoso em tom de vingança).

Todo esse desequilíbrio de forças que abrange pouco mais de uma década da República sergipana (entre 1891 e 1906), pôde ser constatado ante o *background* dos dois desembargadores aqui mencionados, o Gumerindo Bessa (dos “Pebas”, próximo a Oliveira Valadão, Martinho Garcez e Sílvio Romero) e o Guilherme Campos (dos “Cabaús”, irmão de Olímpio Campos). O caso retratado, em que se abarcam as duas figuras, dá uma ideia da dimensão de como esses desequilíbrios não se fecharam apenas na arena de disputas políticas, significaram também a expansão para os domínios da esfera burocrática como o judiciário. No caso do bloco olimpista, esse domínio mostrou-se mais eficaz e mais nítido, haja vista a inserção dos irmãos tanto na esfera jurídica quanto política, o que aferiu não por acaso que esse bloco político gozasse de maior predominância e estabilidade no decorrer da década. No tocante ao bloco valadonista, do agrupamento “Pebas”, a figura de Gumerindo Bessa não conseguiu congregiar estabilidade suficientemente para permanecer no cargo no período inicial de institucionalização do judiciário. Contudo, suas conexões de apoio com os “Pebas”, sobretudo com Sílvio Romero e Fausto Cardoso, o notabilizaram em termos de agitação política anti-olimpista, fato esse que não conseguiria empreender sozinho pela mera revolta da prisão de seus cunhados.

Nesses casos, tanto Guilherme de Souza Campos quanto Gumerindo Bessa são representativos de como as dinâmicas de poder em Sergipe podiam se alastrar para as várias esferas de influência. De maneira exemplificativa, o grupo dos “Cabaús”, representados na parentela dos Campos (Guilherme e Olímpio), recorreu a uma ramificação nas esferas de influência dentro do Estado (dominando o cargo executivo e judiciário) para poder continuar a competir com o grupo dos “Pebas”. Esses últimos, por sua vez, foram ferramentas essenciais

de apoio a Gumerindo Bessa em fazer valer um poder de voz contra a prisão arbitrária de seus três cunhados. Gumerindo por si só talvez não obtivesse o mesmo sucesso, como de fato se provou quando de sua queda da esfera de mando do judiciário ao momento de dissolução do primeiro formato constitucional experimentado em Sergipe.

Esse conjunto de características (tanto o perfil do primeiro corpo de desembargadores a assumir a instituição judiciário, bem como os casos biográficos em que se demonstrara a força do *background* político) permitem afirmar, preliminarmente, que o primeiro corpo de magistrados a assumir a alta corte de justiça de Sergipe eram formados essencialmente por uma elite político-jurídica e que o título acadêmico, nesse quadro, era um trunfo que garantia o acesso dos indivíduos aos mais variados cargos na esfera burocrática. No que diz respeito aos arranjos das parentelas, essa condição de uso político da titulação acadêmica se postava como uma forma de variar as redes de influência, na medida em que se acessava os mais variados cargos burocráticos no Estado e, portanto, se ampliavam as margens de influência em que podiam se ramificar as parentelas – a exemplo do que relatei quanto aos blocos dos “Cabaús” (olimpistas) e “Pebas” (valadonistas).

Vale esclarecer o fato de que tanto os Cabaús quanto os Pebas eram agrupamentos que agregavam diferentes parentelas internamente. No caso dos Pebas em específico, as lideranças políticas de Sílvio Romero, Fausto Cardoso e Martinho Garcez, eram representativas dessas diferentes composições de parentelas dentro do agrupamento; mais particularmente, Sílvio Romero era filho de comerciantes e possuía na composição familiar as figuras de seus irmãos, o Benilde Romero (que se tornou desembargador em 1895), Nilo Romero (promotor e bacharel pela Faculdade de Direito do Recife) e Joveniano Romero (médico); Fausto Cardoso, por seu turno, era filho de um proprietário de engenho no município de Divina Pastora e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife; Martinho Garcez, por sua vez, mantinha amizade próxima com Sílvio Romero e também com uma outra liderança, João Vieira Leite, o qual era representante de uma forte parentela aportada como os “Leite de Estância” (PETRARCA; OLIVEIRA, 2017, p. 215).

No que diz respeito ao agrupamento Cabaú, esse era formado principalmente pelas lideranças de Olímpio Campos, Coelho e Campos e Leandro Maciel. De maneira específica, esse bloco contava com a integração das parentelas dos Costa Dória, na figura do médico (e presidente de Estado anos depois), José Rodrigues da Costa Dória; contava com a parentela dos Maciel na figura da liderança de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, o “Patriarca da Serra Negra” (DANTAS, 2009), que foi senador e deputado federal, além de proprietário rural no município de Rosário do Catete; e contava com a parentela dos Rollemberg, que estavam

articulados mais particularmente na figura de Coelho e Campos em face dos arranjos matrimoniais que mantiveram com a família Dias Coelho, assim como dominavam naquele período os municípios de Siriri, Santo Amaro das Brotas e Japaratuba (PETRARCA; OLIVEIRA, 2017).

Foram dessas interconexões de parentelas, ou seja, das alianças de base familiar e de amizade política, que se permitiu não apenas a formação desses agrupamentos, como também permitiu que houvesse uma disputa de forças entre esses dois agrupamentos que marcaram as agitações e formações políticas do início da república em Sergipe.

Reitero a posição de que esse mapa de disposições é fundamental para uma compreensão não imobilizada apenas nos recursos sociais que se vinculavam e eram acionados pelos desembargadores. Ou seja, tratar das trajetórias biográficas dos desembargadores que deram passagem da monarquia para a república, de forma a se ressaltar o peso de suas origens sociais associativamente ao quadro político instaurado e seus respectivos *backgrounds* políticos é, em grande medida, uma forma de romper o imobilismo teórico centrado numa investigação meramente sociográfica/descritiva dos recursos sociais dispostos por tais indivíduos. O esforço nesse sentido será contínuo.

Enfim, o próximo capítulo buscará, a partir do referencial sócio-histórico aqui elencado e com a aplicação do método prosopográfico, compreender como variaram a média dos recursos sociais em termos de utilização e importância ao longo do tempo. Por ora, o importante é entender que tanto o fenômeno do “bacharelismo” quanto o dos arranjos das “parentelas” foram traduzidos como importantes recursos sociais de interconexão entre a política e a esfera da justiça nesse primeiro momento de implementação do judiciário sergipano, ou seja, denotaram o primeiro padrão e perfil de recrutamento de uma elite político-jurídica. São as primeiras formas atinentes ao processo de “tornar-se” desembargador que se operaram em Sergipe.

4. CAPÍTULO III – ANÁLISE DE FREQUÊNCIA DOS USOS DOS RECURSOS SOCIAIS DOS DESEMBARGADORES SERGIPANOS PELO MÉTODO PROSOPOGRÁFICO

Tomando por referência a problemática fundamental desta dissertação que está assentada na compreensão dos elementos que permitem a um indivíduo “tornar-se desembargador”, o objetivo mais geral se delineia na pretensão de examinar os padrões de recrutamento da elite jurídica sergipana a partir de uma análise dos recursos sociais mais mobilizados e acionados, sendo esses de natureza intra ou extraprofissionais, pelos desembargadores sergipanos ao longo do tempo. Dentro desse contexto, o presente capítulo se destinará a promover a aplicação detida do método prosopográfico tendo por base as informações dispostas no banco de dados biográficos construído, o qual está arranjado em 98 fichas prosopográficas da população total de desembargadores aqui definidos. Ou seja, a pretensão mais imediata é a de apresentar objetivamente a frequência dos usos de recursos sociais mais acionados pelos desembargadores que abarcam o período republicano em Sergipe (1891-2018), traduzidas de maneira ampla em perfis de construção profissional da carreira de desembargador. Esse movimento permitirá aferir em perspectiva a longo prazo, tendo por referência as considerações do capítulo anterior em que se evidenciou os primeiros arranjos e condições de exercício da justiça em Sergipe, como variaram os usos e acionamentos dos variados recursos sociais que denotaram o processo de tornar-se desembargador ao longo do período referenciado.

Nisso vale mencionar que os aspectos já aventados quanto aos modos de operacionalização da metodologia prosopográfica demandam, num primeiro turno, a construção de fichas prosopográficas que devem se atentar ao pressuposto de que o acesso e a promoção intraprofissional na esfera da elite jurídica se concretizam ante a mobilização de diferentes recursos e competências de outras esferas do mundo social, sobretudo na política, para se alcançar esse objetivo. Tal condição torna imperativa a dedicação ao conjunto de informações acerca da vida dos desembargadores que compuseram a alta corte sergipana em todo o período republicano, no intuito de efetivamente acessar as informações que possam ser pertinentes nesse tipo de atribuição. Isto é, os indicadores devem refletir elementos que mobilizam as possibilidades de encaminhamento e escolha profissional e acadêmica, bem como questões atinentes a espaços de socialização que os viabilizaram na articulação de aspectos extra-profissionais para galgar o acesso ao cargo de desembargador. Essas informações permitirão mapear os traços gerais a respeito de aspectos a nível político e profissional dos juristas em análise.

No tópico que segue, será pautada uma discussão em que se aponte as vantagens e limites da metodologia utilizada, na proporção em que se apresente todas suas etapas de elaboração, ou seja, que se descreva como ocorrerá toda de coleta de dados, como se derá a construção das fichas prosopográficas, como se operará a supressão dos discursos de enaltecimento e como foram processados os dados biográficos para as análises de frequência dos recursos sociais junto ao software da IBM, o SPSS. A partir desse itinerário se tornará possível dedicar-se à análise dos resultados quanto aos recursos sociais mais acionados de maneira clara e autocrítica. Vale mencionar que o capítulo anterior forneceu não só um referencial sócio-histórico de formação do judiciário a nível nacional e local, como também proporcionou elencar componentes para um futuro uso comparativo, mais especificamente de como variaram os perfis de construção profissional ao longo de todo o período republicano.

4.1 A CONSTITUIÇÃO E CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO PROSOPOGRÁFICO

Nascida fundamentalmente no campo das pesquisas históricas, a prosopografia é conceituada como o método de “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Em outras palavras, trata-se de um método que visa abarcar os traços biográficos mais comuns e significativos a respeito de uma coletividade. Suas origens, como dito, remontam a tradição das pesquisas históricas, de maneira a ter sido notabilizada inicialmente por aportar estudos sobre as figuras e/ou grupos de grande notoriedade histórica (CHARLE, 2006^a), a exemplo das investigações que se dedicavam aos indivíduos que figuravam no topo da hierarquia do império romano, que faziam parte da elite política inglesa ou que integravam a esfera da aristocracia francesa pré-revolução de 1789.

No campo sociológico, a partir das décadas de 1950 e 1960, o crescente número de trabalhos com interesse investigativo atrelado à questão das “elites” (cujo itinerário fora tratado anteriormente nesta dissertação, mais especificamente no capítulo I) encontraram ressonância nessa modalidade metodológica, haja vista a característica formativa da prosopografia, a qual consegue abarcar a perscrutação das trajetórias biográficas de indivíduos/grupos que ocupam ou ocupavam postos de grande poder e prestígio (vide exemplo assinalado no parágrafo anterior). Ou seja, de modo muito significativo, a concepção da prosopografia na tradição das pesquisas históricas confluiu com as emergentes construções teóricas ligadas às investigações das “elites” e grupos dirigentes no campo da sociologia. Mas é sobretudo a partir da década de

1970, na França, que a prosopografia ganha ainda maior notoriedade e relevância enquanto método de aplicação sociológica, visto que a mesma passara a auxiliar as emergentes construções teóricas e estudos relativos aos modos de reprodução de grupos dirigentes nas diversas esferas sociais. Isso implicou numa gama de trabalhos que se estendiam para a investigação das características biográficas de elites políticas, econômicas, administrativas, intelectuais, religiosas, artísticas, etc. (CHARLE, 2006a); de modo a extrair delas as formas como ocorrem os processos de mobilidade social dentro de um largo período temporal. Ou em outros termos, mostrou-se capaz de “descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior” (STONE, 2011, p. 116), partindo da análise dos indivíduos que em algum momento estiveram circunscritos em espaços de poder e/ou em posições de mando.

À vista tais características, a compreensão relativa aos limites do aporte metodológico da prosopografia pode ser melhor clarificada. Muito notadamente, o primeiro elemento limitador de suas atribuições se correlaciona com o tipo de objeto que a mesma pode abarcar, pois o caractere “biográfico” é elemento fundamental na sua constituição. Dessa maneira, a documentação biográfica deve ser vasta para dar respaldo, profundidade e maior precisão analítica. Não por acaso, é muito mais comum abarcar-se apenas os grupos de elite que disponham dessa vasta produção biográfica como objeto central das análises prosopográficas, fato esse que evidentemente exclui em grande parte outros estratos sociais, a se dizer aqueles com menor ou escassa produção biográfica, geralmente indivíduos e grupos que figuram em menor posição na estrutura social. Um segundo elemento limitador nas abordagens dessa metodologia se enquadra na esfera da mera descrição dos recursos sociais analisados, pois a averiguação desses elementos por si mesmos incorre naquilo que Almeida (2010) enquadra como uma “tautologia” analítica, visto que a explicação proposta estaria se confinando em unicamente respaldar e descrever as já conhecidas posições privilegiadas dos indivíduos analisados.

Dentro de tais condições, a prosopografia para funcionar com a maior precisão possível demanda uma boa definição da população investigada, uma vasta produção biográfica que dê respaldo à análise dos indivíduos a serem estudados e, enfim, demanda a produção de “fichas individuais, saturadas com o máximo de informações disponíveis nas fontes e redigida como um verbete de dicionário histórico-biográfico” (CODATO, HEINZ, 2015b, p. 301), para que se permita abarcar objetivamente as trajetórias biográficas dos indivíduos analisados. Sem tais componentes, o método prosopográfico torna-se muito mais suscetível a imprecisões analíticas em virtude da amplitude histórica com que normalmente trabalha na construção das

informações. Portanto, a atenção a esses elementos é fundamental para uma construção coesa e detalhada em relação a aplicação prosopográfica. É dessa preocupação preliminar em que se pautará a formulação da abordagem metodológica nesta dissertação.

De maneira objetiva e coadunando com o desenho do objeto definido no capítulo I, o tamanho total da população estudada nessa pesquisa se definiu em 98 desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe que atuam/atuaram na instituição desde o período de formulação republicana da justiça em Sergipe (1891) até o corrente ano (2018). Esclareço que a consideração do ano de 1891 como período analítico inicial mantém correlação com o fato de que não está sendo considerado apenas o marco legal de institucionalização do judiciário sergipano, pois se assim o fosse, as análises deveriam se iniciar efetivamente com os desembargadores que tomaram posse no cargo em 1892, fato esse que incorreria numa séria desconsideração dos magistrados que integraram a primeira turma em 1891 e que foram depostos do cargo no ano seguinte pela junta governativa alinhada ao florianismo (como aventado no capítulo anterior). Sendo assim, a ideia é a de manter a coesão com a problemática fundamental desta pesquisa, relativa a compreender “como um indivíduo torna-se desembargador”. Portanto, vale abordar a primeira turma de desembargadores, dado o entendimento de que os mesmos obtiveram sucesso na lógica de acessar o referido cargo, ainda que não tenham logrado em sua efetiva manutenção a longo prazo.

Na pretensão de poder extrair objetivamente os dados biográficos dos 98 desembargadores que integraram/integram a alta corte sergipana, foram estabelecidos, preliminarmente, indicadores que dessem conta de tangenciar aspectos da vida desses indivíduos que indicassem as possibilidades de encaminhamento e escolha profissional ou acadêmica, bem como questões atinentes à integração desses indivíduos em espaços de socialização que os viabilizaram na articulação de aspectos extra-profissionais para galgar o cargo de desembargador. De modo mais específico ficaram assim definidos os indicadores: a) origem social, tais como profissão e nível de escolaridade do pai e da mãe, escolas em que o indivíduo concluiu os seguintes níveis de ensino: segundo grau e ensino universitário; b) socialização profissional: onde e como começou a se inserir no mercado de trabalho específico a sua profissão (através de amigos, família, parentes, concursos, etc.), quais os diferentes cargos ocupados, os principais campos de atuação profissional e extra-profissional; c) inserção em outras esferas sociais: participação no movimento estudantil, militância partidária e/ou política em geral.

A partir da delimitação desses critérios, foi possível codificar no software da IBM, o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), um total de 48 variáveis que refletem as

dimensões propostas por tais indicadores gerais. Vale ressaltar que algumas dessas se repetiram, pois a exemplo das variáveis “cidade natal” e “cidade em que se formou”, apesar tratarem de um mesmo elemento de análise relativo a um componente geográfico, não necessariamente um desembargador forma-se na mesma cidade em que nasce. Por essa razão, torna-se válida a repetição e adequação desses elementos para uma melhor classificação das trajetórias biográficas, de maneira então a se evitar grosseiras generalizações e permitindo que cada caso seja tratado da maneira mais fiel e apropriada possível.

Um outro fator importante a ser ressaltado na construção prosopográfica dessa pesquisa tem relação com a propriedade das variáveis construídas. Essas, em sua grande maioria, são de natureza “categórica”, ou seja, apresentam valores nominais e por isso podem ser constituídas por categorias, classificações (IBM-SPSS, 2016). Isso indica a dois caminhos básicos para as análises que serão logo mais esmiuçadas. Primeiramente, as realizações de frequência estatística tratarão, em grande parte, da “moda” dos valores dessas variáveis, ou seja, abarácará quais são as categorias mais frequentes em cada caso; segundo que é possível a construção de tabelas de contingência (*crosstabs*), permitindo então realizar o cruzamento de dados de diferentes variáveis categóricas abordadas.

Faço referência a essas questões não apenas para detalhar a forma como se constituiu a abordagem prosopográfica, mas também para esclarecer a capacidade de alcance analítico da presente pesquisa. Nesse caso, o referenciado cruzamento de dados permitirá descrever, a partir dos desembargadores, uma dinâmica social e de poder mobilizado em perspectiva longitudinal, visto que será possível convergir os dados mais objetivos dessas biografias com componentes histórico-políticos condicionantes de cada período analisado. Assim, tal perspectiva metodológica se centrará não apenas na descrição sociográfica dessa população, mas admitirá também a construção interpretativa dos elementos que condicionam o grupo de desembargadores em diferentes recortes temporais, admitindo averiguação de componentes exteriores ao campo profissional que lhes sejam significativos.

No capítulo anterior, por exemplo, foi apresentado o peso que o bacharelismo e o sistema de parentelas exerceram na consolidação do espaço jurídico sergipano e nas movimentações políticas da virada do século XIX para o XX, exatamente por ter sido notabilizado o fato de que esses foram utilizados enquanto recursos sociais, que apesar de não necessariamente estarem dimensionados na esfera jurídica, compreendiam peso e influência na mesma. Eram, portanto, recursos extraprofissionais prontamente acionados. O desafio no presente capítulo será o de averiguar tais mobilizações de recursos de modo mais amplo, abarcando todo o período republicano e a totalidade dos desembargadores que compunham e

compõem a alta corte sergipana. Para tal, a metodologia prosopográfica exercerá um papel duplo, pois permitirá tanto descrever sociograficamente a totalidade da população em perspectiva longitudinal, como também permitirá compreender como o acesso e a promoção intraprofissional na esfera da elite profissional jurídica se concretizam ante a mobilização de diferentes recursos e competências de outras esferas do mundo social para concretizar essa tarefa.

No que faz referência aos recortes temporais que podem ser desenhados nessa montagem, baseei-me nos períodos propostos por Sadek (2010a) que incorporam não apenas diferentes momentos histórico-políticos significativos do Brasil, mas que também fazem referência aos períodos de vigência das Cartas Magnas (Constituições) nacionais. Tudo isso permite melhor equacionar o processo de evolução do judiciário a nível nacional, de tal modo que ficaram definidos os seguintes períodos: 1889-1934; 1934-1937; 1937-1945; 1945-1967; 1967-1988; 1988-2018. Tais subdivisões, ainda que devam estar em consonância com a disposição dos dados que serão providos pela aplicação prosopográfica, já nos permite situar as futuras análises, haja vista que as mesmas compreendem episódios e momentos políticos que impactaram as estruturas de organização do Estado ao longo do tempo, a exemplo do que foi assinalado no capítulo anterior com relação às turbulências políticas da passagem da monarquia para a república em Sergipe, e que consequentemente influíram em grande medida nos modos de funcionamento e nas lógicas de recrutamento do judiciário. Por esse conjunto de razões se faz pertinente abarcá-los. Mas adianto que devo esmiuçá-los apenas mais à frente. Por ora vale compreender como se operaram a coleta dos dados biográficos e a montagem das fichas prosopográficas que estruturam o banco de dados.

De maneira objetiva, os dados relativos às trajetórias biográficas dos desembargadores possuem farta produção e tiveram de ser coletadas em variadas fontes. Esse esforço compreendeu uma investigação em dicionários biográficos como os de Guaraná (1925) e Barreto (2008); necrológicos, notas de falecimento e reportagens dispostos em jornais como o *Gazeta de Sergipe* e *Correio de Sergipe*; livros de cunho biográfico como o de Déda (2015) e de caráter recordatório como o de Beviláqua (1977); livros de caráter historiográfico como os de Dantas (1974, 2004, 2009, 2013) e Nunes (2006); artigos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913, 2014); arquivos biográficos do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe; informações de acervo pessoal e da família dos desembargadores; listas de cadastro (pastas funcionais) do Tribunal de Justiça de Sergipe e diários oficiais e de justiça do Estado. Enfim, desses foi possível realizar a formulação das já referenciadas “fichas prosopográficas” (CODATO, HEINZ, 2015b), o que implica que tais informações foram sintetizadas em verbetes

biográficos que dessem conta de tangenciar as dimensões dispostas pelos indicadores, que por sua vez se traduziram em 48 variáveis. Toda essa sintetização biográfica permitiu que os discursos de enaltecimento, que são comuns nesse tipo de produção, pudessem ser suprimidos por se incidir mais objetivamente em questões relativas ao “local de formação superior” e “cargos que ocupou ao longo da vida”, por exemplo.

Vale aqui destacar que nesse processo de coleta de material biográfico, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe exerceu papel fundamental. Como o próprio nome sugere, tal instituição está encarregada de organizar toda a produção relativa à memória da justiça sergipana, de modo a exercer uma função correlata à de museu. O acervo biográfico dos desembargadores que esta instituição dispõe foi formulada em razão de uma iniciativa não concluída de lançamento de uma série biográfica sobre tais magistrados. Parte desse material chegou a ser publicado em 2008, mas a iniciativa não teve continuidade. Contudo, todo o material biográfico acumulado estava à disposição para consulta, de modo que a mim foi dada total liberdade de investigar o acervo, o que facilitou enormemente a produção do banco de dados sobre os desembargadores.

Esses materiais biográficos estavam individualizados em pastas, as quais continham desde matérias jornalísticas em que os magistrados eram citados, artigos publicados em revistas do IHGSE ou pelo próprio memorial e até mesmo com informações do acervo pessoal e das famílias dos referidos desembargadores. Nessas condições, meus esforços se centraram em dar maior profundidade às informações que estivessem escassas em tal acervo, procurando então ampliar o mapa de referências utilizadas para cada produção biográfica, somando, por exemplo, informações do Diário Oficial e do Diário de Justiça, notas de falecimento e necrológios lançados em jornais – que como exemplificam Codato e Heinz (2015b), podem servir como fontes sintéticas da trajetória pessoal e profissional dos indivíduos –, bem como o material disposto tanto em Guaraná (1925) quanto em Beviláqua (1977) – esse último, por exemplo, foi responsável por formular algumas notas biográficas dos indivíduos que compunham as antigas e tradicionais turmas da Faculdade de Direito do Recife (1827-1977).

A produção das fichas prosopográficas, como já dito, se pautou numa sintetização do material biográfico extraído dessas variadas fontes, de modo a confluir conjuntamente com as dimensões da vida desses indivíduos elencadas pelos indicadores. Sem essa sintetização seria inviável investigar a coletividade de desembargadores em razão do grande volume de informações num prazo curto para sua avaliação. A crítica que geralmente é feita, com razão, aos discursos de “enaltecimento” de produções biográficas, não denotaram um empecilho para a coleta de dados nesta pesquisa, visto que a formulação das variáveis foram fundamentais para

driblar o problema do enaltecimento biográfico, pois nesse caso interessou objetivamente a trajetória intra e extraprofissional dos desembargadores analisados, o que inferiu, por exemplo, apenas a consideração do local em que o desembargador chefiou uma instituição jurídica e não necessariamente a forma “enaltecida” com que desempenhou a função.

No que tange à natureza das fontes biográficas, como já expus, as mesmas variaram entre fontes oficiais (pastas funcionais, Diário Oficial e Diário de Justiça) e não-oficiais (acervo pessoal e familiar, livros biográficos e historiográficos, jornais, notas de falecimento, dicionários biográficos, etc.). Aquelas tiveram papel fundamental em erigir, por exemplo, o conjunto de informações relativas aos postos profissionais ocupados, períodos de entrada e saída do cargo, período de ascensão à presidência e à vice-presidência institucional e locais em que trabalhou. Essas, por seu turno, foram fundamentais para apreender dimensões variadas da vida dos desembargadores, seja em âmbito pessoal ou até mesmo político, uma vez que nesse ponto foram abarcadas fontes historiográficas que desenham o período histórico-político vividos por vários desses magistrados e pôde-se ter contato, em alguns casos, com arquivos pessoais e informações fornecidas por familiares dos próprios desembargadores.

Enfim, o conjunto de etapas aqui elencado buscou demonstrar as origens e condições de formulação do método prosopográfico. Destrinchar passo a passo as características mais básicas que o norteiam, bem como a natureza das fontes e sua variabilidade, a natureza das variáveis construídas e as condições de coleta dos dados biográficos, são componentes fundamentais para clarificar a aplicação de tal método e permite que se garanta a realização de um esforço autocrítico da produção dos dados. Nesses termos, o próximo item desse capítulo se dedicará a esmiuçar a análise dos referidos dados, tendo por base a totalidade do banco formulado e agregando à mesma uma classificação temporal que tenha por orientação períodos histórico-políticos condicionantes, tal como assinala quanto aos recortes de Sadek (2010a).

4.2 ANÁLISE DE DADOS PROSOPOGRÁFICOS DOS DESEMBARGADORES SERGIPANOS (1891-2018)

Tomando por referência a noção de que a problemática fundamental desta dissertação está atrelada à compreensão dos elementos que permitem a um indivíduo “tornar-se desembargador”, o objetivo mais geral traçado foi o de examinar os padrões de recrutamento da elite jurídica sergipana a partir de uma análise dos recursos sociais mais mobilizados e acionados pelos desembargadores sergipanos ao longo do período republicano (1891-2018). Somando a tais condições a evidenciação das etapas de aplicação metodológica acima

detalhadas, o esforço nesse momento se pautará na aplicação da prosopografia em si, promovendo uma preliminar descrição sociográfica da totalidade dos desembargadores (98 casos ao todo) para, mais à frente, poder ser agregada uma análise pormenorizada e contemporizada de contextos históricos e políticos que viabilizem compreender a estruturação das lógicas de funcionamento do “poder” dentro do espaço jurídico de maneira confluída. Portanto, iniciemos as análises abarcando os aspectos mais gerais na descrição sociográfica dos desembargadores; vejamos:

4.2.1 Dados sociográficos gerais:

Os dados sociográficos gerais a serem aqui considerados dizem respeito a dimensões mais básicas como sexo, idade e região de nascimento. A visualização desse conjunto de dados será importante para traçar as considerações mais preliminares sobre a população analisada. Para tal, o primeiro item que faço referência nessa descrição será o “sexo” e sua respectiva incidência na ocupação do referido cargo.

Como pode ser notabilizado na tabela abaixo, a presença masculina na alta corte de justiça é bastante alta nesses 127 anos de formação do judiciário sergipano, representando 88,8% das ocupações do referido cargo. As mulheres, em contrapartida, apresentam uma mínima incidência na alta corte de justiça, representando apenas 11,2% dessas ocupações.

Tabela 1 – Sexo dos desembargadores

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Masculino | 87 | 88,8 | 88,8 | 88,8 |
| | Feminino | 11 | 11,2 | 11,2 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Tomando por referência o trabalho de Paladino (2007), que se debruça numa análise de perfil social dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, fica notório que a dominação masculina não se restringe apenas ao caso sergipano, pois a autora atesta que pelo menos 91,5% da alta corte de justiça paranaense era composta por homens, enquanto que apenas 8,5% dessas ocupações diziam respeito a uma incidência feminina. São, portanto, números muito próximos daqueles dispostos acima, o que não apenas notabiliza um domínio masculino, mas também diz respeito ao fenômeno amplo de tardia inserção feminina em postos de chefia e poder dentro do Estado e pode sugerir uma característica comum às altas cortes de segunda instância jurídica no Brasil.

Ampliando essas perspectivas, se torna imperativo compreender em que momento é que as mulheres começam a acessar efetivamente o referido posto. Para tal, as informações cruzadas entre as variáveis “sexo” e “período em que se tornou desembargador”, verificáveis na tabela e gráfico abaixo, indicam que apenas depois da redemocratização do estado brasileiro em 1988 é que esse movimento de acesso e integração feminina à alta corte de justiça sergipana passou a ser melhor operado. Apenas a desembargadora Clara Leite de Rezende integrou o Tribunal de Justiça na década de 80, mais exatamente no ano de 1984. As demais desembargadoras (dez ao total), só acessaram o cargo posteriormente na década de 90 e início dos anos 2000; vejamos:

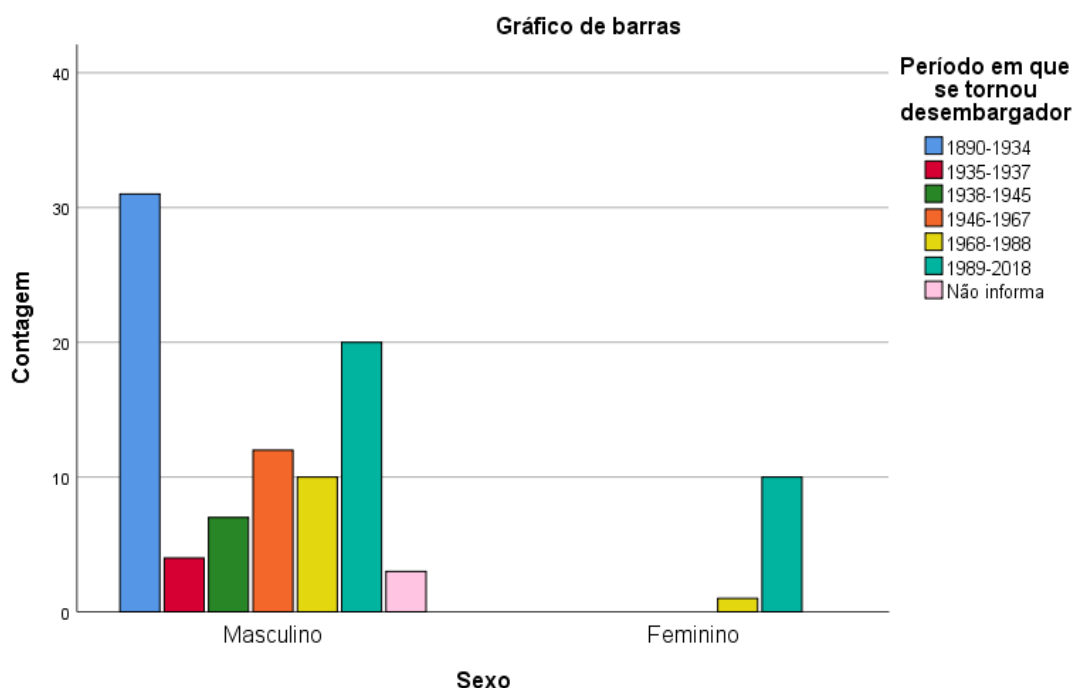
Tabela 2 – Cruzamento entre “Sexo” e “Período em que se tornou desembargador”

Contagem

| | | Período em que se tornou desembargador | | | | | | Total |
|-------|-----------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|
| | | 1890-1934 | 1935-1937 | 1938-1945 | 1946-1967 | 1968-1988 | 1989-2018 | |
| Sexo | Masculino | 31 | 4 | 7 | 12 | 10 | 20 | 87 |
| | Feminino | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 10 | 11 |
| Total | | 31 | 4 | 7 | 12 | 11 | 30 | 98 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 1 – Distribuição por Sexo



Fonte: Elaborado pelo autor

O fenômeno de maior incidência masculina já era algo esperado em razão da tardia inserção feminina aos postos de chefia e mando institucional no Brasil. Entretanto, é importante notar que esse movimento de integração das mulheres à alta corte de justiça sergipana só se dá efetivamente após a redemocratização do Brasil no final da década de 1980, o que é um

indicativo de que houve nesse período uma importante mudança no padrão de recrutamento dos desembargadores sergipanos, ou ainda, uma mudança de perfil de construção da carreira magistrática em perspectiva a longo prazo. Devo melhor aportar a essas mudanças no tópico relativo à formação profissional, pois nela se encontrará os demais elementos que norteiam esse processo de construção profissional de maneira longitudinal. Por ora, o importante é notar que a totalidade dos dados está integrada e indicando a mudanças estruturais nesse espaço profissional de maneira conjunta.

Em perspectiva complementar a tais descrições, vale aqui elencar as médias de idade dos referidos magistrados em diferentes recortes, tanto em se tratando da média de idade com que acessaram o cargo de desembargador, ou mesmo com que se bacharelaram no curso de Direito, ou ainda com que se tornaram desembargadores. Tais informações possuem um caráter mais descritivo, mas serão importantes para acrescentar uma perspectiva de visualização do processo de “escalada” desses indivíduos até o topo da carreira magistrática.

Nessas condições, observamos no quadro abaixo três recortes para compreensão das médias de idade da população analisada; vejamos:

Tabela 3 – Idade dos desembargadores

| | | Idade do Desembargador (anos) | Idade na primeira formação | Idade que o desembargador começou a trabalhar | Idade em que se tornou desembargador |
|--------|--------|-------------------------------------|-------------------------------|---|--|
| N | Válido | 59 | 83 | 76 | 92 |
| | Omisso | 39 | 15 | 22 | 6 |
| Média | | 71,53 | 24,06 | 25,04 | 50,18 |
| Mínimo | | 40 | 21 | 17 | 30 |
| Máximo | | 98 | 32 | 34 | 69 |

Fonte: Elaborado pelo autor

A princípio, é possível observar que a totalidade dessa população apresenta uma idade média de 71,53 anos, de modo a ser compreendido em alguns casos biográficos um máximo e mínimo de 98 e 40 anos respectivamente. De maneira secundária, importa notar que essa população se inseria no mercado de trabalho quase automaticamente à finalização da formação acadêmica, isso porque a média de idade de inserção profissional compreende os 25,04 anos, o que lhe confere uma grande aproximação com 24,06 anos de idade que se constata quanto à idade em que tais indivíduos se bacharelavam.

Tangenciar esse componente descritivo da idade de inserção profissional em paralelo com a média de idade da formação acadêmica, permite indicar de antemão que a rápida incorporação para a esfera de atuação profissional é um componente que alude à capacidade do Estado em incorporar esses recém-formados. Soma-se a isso, tal como veremos de maneira

agregada e detalhada mais adiante nas análises prosopográficas, que essa rápida inserção também irá corresponder às possibilidades de capilarização das parentelas com a inserção desses indivíduos em diferentes estruturas burocráticas, sobretudo municipais, pelo Estado de Sergipe.

No que diz respeito aos aspectos geográficos ligados aos desembargadores, tais como cidade, estado e região natais, há uma gama de informações muito interessantes que podem atestar a características muito significativas no tocante a aspectos fundantes dessa elite jurídica. A se destacar inicialmente, uma imensa maioria dos desembargadores, mais exatamente 88,8% deles, são naturais de Sergipe. Esse dado indica previamente a uma mínima abertura de integração de indivíduos de outras localidades ao posto mais prestigioso do judiciário sergipano, ou ainda, aponta à formação de uma elite jurídica essencialmente sergipana ainda que os dados de formação acadêmica, como veremos, não necessariamente apontem para o mesmo padrão.

Mesmo a Bahia, com sua influência inicial no judiciário sergipano, tal como atestado do período monárquico e de independência sergipana até o início da república, não necessariamente conjugou essa influência em termos de integração à alta corte no período republicano, representando apenas 6,1% da composição do Tribunal de Justiça de Sergipe. Vejamos com mais detalhes a frequência de distribuição do local de nascimento dos desembargadores sergipanos com a tabela que segue:

Tabela 4 – Estado natal do desembargador

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sergipe | 87 | 88,8 | 88,8 | 88,8 |
| | Bahia | 6 | 6,1 | 6,1 | 94,9 |
| | Pernambuco | 1 | 1,0 | 1,0 | 95,9 |
| | Minas Gerais | 1 | 1,0 | 1,0 | 96,9 |
| | Rio Grande do Norte | 1 | 1,0 | 1,0 | 98,0 |
| | Espírito Santo | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Alagoas | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Esses dados, como já indicam, traduzem uma concentração de magistrados não apenas sergipanos, mas sobretudo nordestinos, na alta corte. Vale dizer que ainda que esperado que sua composição estivesse atrelada a essa característica de formação geográfica, tal visualização se torna contrastante quando posta em comparação com aquela atestada por Paladino (2007), a qual inferiu que 64,8% da alta corte de justiça paranaense era composta por indivíduos nascidos no Paraná, recebendo portanto mais influência dos paulistas, os quais corresponderam 14,1% da formação da mesma. De maneira sintética, a composição do judiciário sergipano em mais de

100 anos de sua formação republicana se conjuga em uma absoluta maioria de nordestinos, correspondendo a 98% da população total, ante uma minoria de apenas 2% de indivíduos nascidos na região sudeste do Brasil. Ou seja, a variabilidade de Estados e regiões é mínima; vejamos:

Tabela 5 – Região natal do desembargador

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Nordeste | 96 | 98,0 | 98,0 | 98,0 |
| | Sudeste | 2 | 2,0 | 2,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Outro aspecto que vale ser notabilizado dentro desse contexto mais geral de compreensão geográfica de nascimento de tais magistrados, ressoa no fato de que, seja na região nordeste ou na região sudeste, 80,6% dos mesmos advém de cidades do interior, enquanto apenas 19,4% são naturais das capitais.

Tabela 6 – Região natal distribuído entre capital/interior

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Capital | 19 | 19,4 | 19,4 | 19,4 |
| | Interior | 79 | 80,6 | 80,6 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Essa característica pode ser essencial para a visualização da força das famílias concentradas no interior, vinculadas a grandes propriedades rurais e/ou à produção do açúcar. Pois tal como sustenta Petrarca (2017) em sua análise relativa à reestruturação das elites sergipanas a partir do estudo dos bacharéis da medicina e a contínua inserção desses nas esferas política e burocrática no Estado, o movimento de passagem da representação política das parentelas “de coronéis a bacharéis” é qualificado como uma forma de diversificação dos investimentos que as bases familiares realizavam, nesse caso, apostando-se e mobilizando o título acadêmico como uma modalidade de acesso a postos médicos importantes no Estado, desprendendo-se de uma dependência ao contexto de decadência econômica ligada à grande propriedade rural e ao açúcar no final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido vale atestar aos recortes temporais que possam dar sustentação a tal afirmativa, vejamos:

Tabela 7 – Cruzamento entre “Região natal – capital/interior” e “Período em que se tornou desembargador”

| Contagem | | Período em que se tornou desembargador | | | | | | | Total |
|---------------------------|----------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| | | 1890-1934 | 1935-1937 | 1938-1945 | 1946-1967 | 1968-1988 | 1989-2018 | Não informa | |
| Região – capital/interior | Capital | 4 | 0 | 0 | 3 | 0 | 11 | 1 | 19 |
| | Interior | 27 | 4 | 7 | 9 | 11 | 19 | 2 | 79 |
| Total | | 31 | 4 | 7 | 12 | 11 | 30 | 3 | 98 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Como indicado, o período de transição do século XIX para o XX é marcado por uma maior incidência de desembargadores com origens ligadas ao interior, o que reforça a tese acima assinalada e também dá respaldo a toda análise realizada no capítulo anterior, onde se demonstrou o peso do bacharelismo e do sistema de parentelas naquele contexto de transição política. Como observado no quadro acima, a lógica de sobreposição de desembargadores advindos do interior é proporcionalmente mantida até pelo menos o final da década de 1980, pois a partir daí ocorre maior equilíbrio nessa distribuição entre capital e interior.

De modo complementar à disposição dessas informações, vale considerar a dispersão das origens geográficas dos desembargadores através dos recortes temporais já propostos. Como suscitado, há uma grande concentração dessas origens em Sergipe, mas é possível de maneira paralela observar que, ainda que tímida, ao menos ao início da formação do judiciário sergipano a variabilidade de origem geográfica foi mais significativa que nos períodos posteriores, de modo a denotar que cinco do total sete estados aparecem nesse período inicial. Vejamos:

Tabela 8 – Cruzamento entre “Estado natal do desembargador” e “Período em que se tornou desembargador”

| Contagem | | Período em que se tornou desembargador | | | | | | | Total |
|-------------------------------|---------------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| | | 1890-1934 | 1935-1937 | 1938-1945 | 1946-1967 | 1968-1988 | 1989-2018 | Não informa | |
| Estado natal do desembargador | Sergipe | 24 | 3 | 7 | 11 | 10 | 29 | 3 | 87 |
| | Bahia | 3 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| | Pernambuco | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Minas Gerais | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Rio Grande do Norte | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Espírito Santo | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Alagoas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Total | | 31 | 4 | 7 | 12 | 11 | 30 | 3 | 98 |

Fonte: Elaborado pelo autor

No que diz respeito aos municípios de origem, a variabilidade mostrou-se como regra. Nenhum município parece conseguir sobressair enquanto principal matriz de formação de quadros para a alta corte do Tribunal de Justiça de Sergipe. Ainda que figure como primeira colocada, a capital Aracaju apresenta uma “moda” muito menor daquilo que se poderia esperar da mesma, visto que apenas 15,3% da totalidade da população de desembargadores possuem naturalidade aracajuana. Vejamos como efetivamente fora distribuída, a partir do recorte dos municípios, a origem geográfica dos magistrados de segunda instância em Sergipe:

Tabela 9 – Cidade natal do desembargador

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|--------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Aracaju | 15 | 15,3 | 15,3 | 15,3 |
| | Lagarto | 7 | 7,1 | 7,1 | 22,4 |
| | Laranjeiras | 6 | 6,1 | 6,1 | 28,6 |
| | Capela | 5 | 5,1 | 5,1 | 33,7 |
| | Estância | 5 | 5,1 | 5,1 | 38,8 |
| | Simão Dias | 5 | 5,1 | 5,1 | 43,9 |
| | Itabaiana | 4 | 4,1 | 4,1 | 48,0 |
| | Japaratuba | 4 | 4,1 | 4,1 | 52,0 |
| | Riachuelo | 4 | 4,1 | 4,1 | 56,1 |
| | Rosário do Catete | 4 | 4,1 | 4,1 | 60,2 |
| | Boquim | 3 | 3,1 | 3,1 | 63,3 |
| | Porto da Folha | 3 | 3,1 | 3,1 | 66,3 |
| | Propriá | 3 | 3,1 | 3,1 | 69,4 |
| | Araúá | 2 | 2,0 | 2,0 | 71,4 |
| | Jeremoabo | 2 | 2,0 | 2,0 | 73,5 |
| | Maruim | 2 | 2,0 | 2,0 | 75,5 |
| | Salvador | 2 | 2,0 | 2,0 | 77,6 |
| | Santo Amaro das Brotas | 2 | 2,0 | 2,0 | 79,6 |
| | Abadia | 1 | 1,0 | 1,0 | 80,6 |
| | Brejo Grande | 1 | 1,0 | 1,0 | 81,6 |
| | Canindé do São Francisco | 1 | 1,0 | 1,0 | 82,7 |
| | Cristinápolis | 1 | 1,0 | 1,0 | 83,7 |
| | Frei Paulo | 1 | 1,0 | 1,0 | 84,7 |
| | Itabaianinha | 1 | 1,0 | 1,0 | 85,7 |
| | Itapicuru | 1 | 1,0 | 1,0 | 86,7 |
| | Itaporanga | 1 | 1,0 | 1,0 | 87,8 |
| | Mimoso do Sul | 1 | 1,0 | 1,0 | 88,8 |
| | Natal | 1 | 1,0 | 1,0 | 89,8 |
| | Neópolis | 1 | 1,0 | 1,0 | 90,8 |
| | Pão de Açúcar | 1 | 1,0 | 1,0 | 91,8 |
| | Pinhão | 1 | 1,0 | 1,0 | 92,9 |
| | Recife | 1 | 1,0 | 1,0 | 93,9 |
| | Riachão do Dantas | 1 | 1,0 | 1,0 | 94,9 |
| | Ribeirópolis | 1 | 1,0 | 1,0 | 95,9 |
| | Sabará | 1 | 1,0 | 1,0 | 96,9 |
| | Santa Luzia | 1 | 1,0 | 1,0 | 98,0 |
| | São Cristóvão | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Tobias Barreto | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Apenas municípios como Sabará (MG), Pão de Açúcar (AL), Mimoso do Sul (ES), Itapicuru (BA), Abadia (BA), Jeremoabo (BA) e capitais como Salvador (BA) e Recife (PE), dizem respeito às regiões fora dos limites sergipanos. Ao todo, essas compreendem apenas 10% das localidades analisadas.

A evidenciação de uma característica distributiva dessa natureza é absolutamente importante para compreender um perfil geral da dinâmica de poder no Estado. A variabilidade regional de nascença dos desembargadores é indicativo de uma descentralização do poder das famílias, pois diferentemente do que atesta Lewin (1987) ao tratar, por exemplo, do tronco familiar dos “Pessoa” na Paraíba, Sergipe não apresenta em toda a sua historiografia uma conjuntura familiar com essa mesma envergadura de dominação a longo prazo. Vale ilustrar que a promoção de quadros que possam integrar uma posição prestigiosa como a de desembargador do Estado demanda uma teia de processos de investimento familiar na formação de bacharéis, por exemplo. Nesse caso, não são quaisquer famílias que possuem dos meios de realização desta tarefa. Tal elemento associado à descentralização geográfica de nascimento dos indivíduos aqui considerados, compreende uma arena de possibilidades de disputa e alianças entre as mais variadas parentelas.

É possível inclusive fazer uma alusão exemplificativa das parentelas que compunham alguns dos municípios interioranos mais destacados. Lagarto e Estância compreendiam, por exemplo, as parentelas de Benilde Romero e Hunald Santaflor Cardoso. O primeiro era irmão do intelectual e deputado entre 1900 e 1902, Sílvio Romero, o qual não apenas compunha as bases do agrupamento dos “Pebas” como também atuou diretamente nas agitações anti-olimpistas no início da república aqui já relatadas, sendo assim, integrava uma base de política associada a Oliveira Valadão e Martinho Garcez. O segundo, por sua vez, era irmão do presidente de Estado na década de 1920, Graccho Cardoso, o qual integrou uma rede de alianças que tinha o então senador e ex-Presidente de Estado, Pereira Lobo, como figura de frente, mas que necessariamente descendia das bases de apoio que Oliveira Valadão havia articulado no início do século XX, ainda quando integrava o agrupamento dos “Pebas”. É possível exemplificar também o município de Laranjeiras nas figuras dos desembargadores Fernando Ribeiro Franco e Cândido de Oliveira Ribeiro, de forma que o primeiro integrava uma parentela que contava com o primo Albano Franco (governador na década de 1990), e o tio Augusto Franco (governador na década de 1980); já o segundo era irmão de Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, o qual não apenas havia integrado uma das juntas governativas em 1889 e governado o Estado em 1891, como também era articulado com o político Siqueira de Meneses (presidente de Estado entre 1911 e 1914, senador entre 1915 e 1923).

Enfim, tais características relativas às origens geográficas são, sobretudo, importantes para a visualização de um significativo grau de concentração das origens dos desembargadores em Sergipe, ainda que absolutamente heterogênea num contexto interno da esfera de influência das municipalidades. Isso sustenta a ideia de que o cargo de desembargador, dada sua notabilidade, poder e influência no desenho do Estado sergipano, esteve, como vimos no capítulo passado, intimamente atrelada às disputas e/ou alianças das parentelas sergipanas na tentativa de controlar seu acesso e conseguir concentrar postos de poder e influência no aparato burocrático estatal. Também vimos nesse tópico aspectos atinentes ao sexo e idade da população total de desembargadores que permitiram articular uma prévia reflexão sobre alguns padrões que a longo prazo serão manifestados, mais particularmente, numa heterogeneidade no perfil de acesso ao cargo a partir da década de 1980 e numa capacidade de rápida incorporação dos bacharéis recém-formados aos quadros da burocracia estatal.

4.2.2 Formação Acadêmica:

No que diz respeito à formação acadêmica, as variáveis buscaram incidir em informações que abrangessem a trajetória intelectual dos desembargadores o máximo possível. Para tal, procurou-se tangenciar desde o período escolar de formação em segundo grau até o período universitário de formação em pós-graduação.

Como ficará notabilizado, as trajetórias de formação acadêmica, diferentemente do que se constata com os aspectos geográficos anteriormente assinalados, apresentam uma descentralização menos acentuada em relação ao contexto de formação sergipana, ainda que absolutamente arraigadas na região nordeste. Parte substancial dessa condicionante se deve ao fato de que o curso superior em Direito no Estado sergipano só foi institucionalizado na década de 1950 com a Faculdade de Direito de Sergipe. Antes disso, o investimento numa formação acadêmica, como também explicado no capítulo anterior, demandava o deslocamento dos bacharéis sergipanos a Estados que fossem polos de formação superior. Desses se destacavam a Faculdade de Direito do Recife e a Faculdade de Direito da Bahia, que como veremos, marcam um período inicial da formação intelectual dos principais quadros do judiciário sergipano e são anteriores à institucionalização da graduação em Direito nesse território. Vejamos:

Tabela 10 – Instituição da primeira formação superior

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Faculdade de Direito do Recife | 29 | 29,6 | 29,6 | 29,6 |
| | Faculdade de Direito da Bahia | 24 | 24,5 | 24,5 | 54,1 |
| | Faculdade de Direito de Sergipe | 15 | 15,3 | 15,3 | 69,4 |
| | Universidade Federal de Sergipe | 14 | 14,3 | 14,3 | 83,7 |
| | Faculdade de Direito do Rio de Janeiro | 6 | 6,1 | 6,1 | 89,8 |
| | Faculdade de Direito de Alagoas | 2 | 2,0 | 2,0 | 91,8 |
| | Não informa | 2 | 2,0 | 2,0 | 93,9 |
| | Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre | 1 | 1,0 | 1,0 | 94,9 |
| | Faculdade de Direito do Ceará | 1 | 1,0 | 1,0 | 95,9 |
| | Universidade Federal de Pernambuco | 1 | 1,0 | 1,0 | 96,9 |
| | Faculdade Braz Cubas | 1 | 1,0 | 1,0 | 98,0 |
| | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Universidade Católica de Pernambuco | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Como se percebe dos dados acima, tanto a Faculdade de Direito de Sergipe quanto a Universidade Federal de Sergipe devem ser interpretados de modo correlato, visto que tratam de uma mesma realidade de formação superior. A subdivisão das duas é meramente relativa à compreensão da passagem/integração da Faculdade de Direito para a estrutura da Universidade Federal de Sergipe, visto que essa última é institucionalizada 10 anos depois, na década de 1960, em relação à primeira. Desse modo, podemos aferir cumulativamente que o nível de frequência de desembargadores formados em Sergipe é da ordem de 29,6%, ou seja, mesma porcentagem constatada quanto ao número de bacharéis da Faculdade de Direito do Recife. Para melhor clarificar, vale dispor da distribuição da formação dos juristas analisados nos recortes temporais dispostos e posteriormente de maneira congregada com os dados relativos aos municípios de conclusão da primeira graduação; vejamos:

Tabela 11 – Cruzamento entre “Instituição da primeira formação superior” e “Período de formação superior”

Contagem

| Instituição da primeira formação superior | | Período de formação superior | | | | | | Não informa | Total |
|---|--|------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| | | 1841-1889 | 1890-1934 | 1935-1937 | 1938-1945 | 1946-1967 | 1968-1988 | | |
| Instituição da primeira formação superior | Universidade Federal de Sergipe | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 12 | 1 | 14 |
| | Faculdade de Direito do Recife | 20 | 6 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 29 |
| | Faculdade de Direito do Rio de Janeiro | 0 | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 6 |
| | Faculdade de Direito da Bahia | 0 | 13 | 3 | 2 | 4 | 0 | 2 | 24 |
| | Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Faculdade de Direito do Ceará | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Faculdade de Direito de Sergipe | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 2 | 3 | 15 |
| | Universidade Federal de Pernambuco | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | Faculdade de Direito de Alagoas | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| | Faculdade Braz Cubas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | Universidade Católica de Pernambuco | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | Não informa | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| | Total | 20 | 25 | 3 | 2 | 20 | 16 | 12 | 98 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação aos dados sobre os municípios em que tais magistrados concluíram sua graduação em Direito, a tabela a seguir detalha a distribuição desse dado; vejamos:

Tabela 12 – Município de conclusão da primeira graduação

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Recife | 31 | 31,6 | 31,6 | 31,6 |
| | Salvador | 24 | 24,5 | 24,5 | 56,1 |
| | Aracaju | 15 | 15,3 | 15,3 | 71,4 |
| | São Cristóvão | 14 | 14,3 | 14,3 | 85,7 |
| | Rio de Janeiro | 7 | 7,1 | 7,1 | 92,9 |
| | | 2 | 2,0 | 2,0 | 94,9 |
| | Maceió | 2 | 2,0 | 2,0 | 96,9 |
| | Fortaleza | 1 | 1,0 | 1,0 | 98,0 |
| | Mogi das Cruzes | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Porto Alegre | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Antes de tecer qualquer análise, vale justificar inicialmente que a lacuna em branco na tabela sobre o “município de conclusão da primeira graduação” se refere aos valores omissos dessa variável, ou seja, diz respeito aos dados que não foram informados em algumas biografias, o que no caso em questão infere essencialmente a apenas dois casos biográficos.

De maneira secundária, vale também justificar o porquê de tal distribuição se iniciar com um período não previamente estabelecido, abarcando 1841-1889. A razão para tal é bastante simples, se dá por conta do fato de que os primeiros desembargadores a compor a alta corte sergipana possuíam uma formação atrelada ainda ao contexto monárquico. Não por acaso, é verificado no capítulo anterior que muitas figuras que foram Deputados Provinciais (cargo eletivo do período monárquico) estavam intimamente ligados ao processo de passagem da monarquia para a república, eram os então chamados de “adesistas”; mesma lógica se aplica ao caso da formação acadêmica, onde se percebe um grande número de bacharéis formados no período monárquico ocupando cargos de destaque e poder, como é o caso dos desembargadores, no período republicano.

Esclarecidos tais pontos, vale ressaltar o peso que a Faculdade de Direito do Recife exercera no primeiro movimento de institucionalização do judiciário sergipano aos moldes republicanos, pois àquele tempo era ela o grande polo de formação superior na região nordeste, não por acaso se contabiliza ao menos 26 desembargadores ligados a tal instituição em um período que abrange a segunda metade do século XIX e início do século XX. Beviláqua (1977) complementa ainda que ao menos 196 sergipanos compuseram as turmas da Faculdade de Direito do Recife entre os anos de 1827-1977, de modo a destacar figuras como Tobias Barreto, intelectual de grande envergadura que compusera o período de ouro da referida faculdade de Direito. Desse modo, fica ainda mais evidente a notória influência dessa instituição na modelação intelectual do judiciário sergipano ao longo do tempo, para além de sua influência na esfera de composição política anteriormente destacado.

Nos decênios posteriores, mais especificamente entre os anos de 1890-1934, a Faculdade de Direito da Bahia ganha destaque. O deslocamento dessa matriz de influência, antes centrada em Pernambuco e agora deslocada para a Bahia, parece indicar a possibilidade de minimizar o impacto do custo de vida dos bacharéis que eram mandados por suas famílias para esses polos, e também por conta da menor distância geográfica que há entre os dois Estados, o que permitia um menor deslocamento do bacharel em relação a sua terra natal.

Os cursos de graduação em Direito em solo sergipano, por seu turno, só começam a exercer força realmente, como anteriormente colocado, quando da institucionalização da Faculdade de Direito de Sergipe na década de 1950, o que representou mais especificamente a formação acadêmica de 10 desembargadores entre 1946-1967. Posteriormente, com a

integralização dessa faculdade à Universidade Federal de Sergipe na década de 1960, ocorreu a diplomação de 12 bacharéis entre os anos de 1967-1988. Em outros termos, a formação em Direito em Sergipe só se opera efetivamente na segunda metade do século XX, antes disso a influência da composição dos quadros da alta corte de justiça sergipana estava intimamente atrelada às faculdades de Direito do Recife e da Bahia, o que tornava imperativo o deslocamento do bacharel para esses outros Estados.

Vale destacar a ausência de desembargadores com formação advinda da Academia de Direito de São Paulo, que como destaca Adorno (1988), era juntamente com a Faculdade de Direito do Recife, sobretudo entre os séculos XIX e início do XX, o principal centro de formação jurídica do país. Ainda que à primeira vista pareça contraditório, a ausência da mesma até reforça as atribuições dadas pelo referido autor a tal instituição, pois o mesmo alude à Academia de Direito de São Paulo como aquela de caráter mais liberal no conteúdo formativo de seus estudantes. Esse antecedente indica a razão dos poucos os indivíduos que figuraram em carreiras magistráticas ligadas ao Estado, visto que em sua maioria esses bacharéis se notabilizaram por se “dispersaram pela vida pública, nas carreiras políticas, nas artes e no jornalismo. Poucos foram aqueles que se distinguiram como jurisconsultos ou magistrados” (ADORNO, 1988, p. 137).

Ou ainda, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro mesmo estando situada no cerne do poder republicano no início do século XX, não parece ter exercido grande destaque na composição dos quadros da alta corte de justiça em Sergipe. Em consonância com a ausência da Academia de Direito de São Paulo, é possível destacar que a elite jurídica sergipana, ainda que apresente alguns episódios de deslocamento no que tange à formação acadêmica, é sobretudo concebida ante um altíssimo grau de concentração no nordeste (como pode ser verificado na tabela abaixo) quando posta em comparação com o grau de influência do sudeste, por exemplo. Tal característica dá um desenho inicial quanto aos padrões de recrutamento da alta corte sergipana, em que se percebe um perfil consolidado na concentração de seus quadros a uma formação em Sergipe ou centros de formação mais próximos, sobretudo na região nordeste. Nesse ponto, uma formação acadêmica regionalizada avulta como um recurso social importante na compreensão da formação dessa elite jurídica sergipana.

Tabela 13 – Região de conclusão da primeira graduação

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Nordeste | 87 | 88,8 | 88,8 | 88,8 |
| | Sudeste | 8 | 8,2 | 8,2 | 96,9 |
| | Não informa | 2 | 2,0 | 2,0 | 99,0 |
| | Sul | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda nesse contexto de formação acadêmica, é importante destacar que na sua esmagadora maioria os magistrados não possuem uma segunda formação superior, ou por assim dizer, um segundo curso que fosse alternativo à formação em Direito. Apenas em alguns casos isolados é possível encontrar uma área de graduação diversa, que se distribui mais exatamente pela odontologia, economia, educação e contabilidade. Todas essas áreas juntas descrevem apenas 5% do total da população de magistrados; vejamos:

Tabela 14 – Outras áreas de graduação

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|---------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não possui | 93 | 94,9 | 94,9 | 94,9 |
| | Odontologia | 2 | 2,0 | 2,0 | 96,9 |
| | Economia | 1 | 1,0 | 1,0 | 98,0 |
| | Educação | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Contabilidade | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

O mesmo ocorre com a titulação em pós-graduação, pois apenas 8,1% da população de desembargadores apresenta deter da mesma (como disposto na tabela abaixo). Isso indica que não necessariamente a pós-graduação exerça um peso simbólico para a composição da alta corte dentro de sua formatação republicana nesses mais de 100 anos. Os atuais critérios de recrutamento, que remontam a dispositivos legais existentes desde 1934, se notabilizam, por exemplo, por se valer de critérios atinentes a avaliação de desempenho e produtividade para concepção da ideia de “merecimento” como requisito de acesso ao cargo de desembargador. Como consta no artigo 93, inciso II, alínea “c” da Constituição Federal de 1988, a aferição do merecimento se dá “conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento” (BRASIL, 1988).

O Conselho Nacional de Justiça, por sua vez, na resolução nº106 de 06/04/2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau, resolve em seu artigo 4º que os critérios de avaliação de merecimento são:

“I – Desempenho (aspecto qualitativo da prestação jurisdicional); II – produtividade (aspecto quantitativo da prestação jurisdicional); III – presteza no exercício das funções; IV – aperfeiçoamento técnico; V – adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (2008)” (BRASIL, 2010).

Tabela 15 – Área de formação na pós-graduação

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|--------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não possui | 87 | 88,8 | 88,8 | 88,8 |
| | Direito Processual Civil | 5 | 5,1 | 5,1 | 93,9 |
| | Não informa | 3 | 3,1 | 3,1 | 96,9 |
| | Política e Estratégia | 1 | 1,0 | 1,0 | 98,0 |
| | Direito Público/Privado | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Direito Penal | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Ou seja, esse conjunto de questões indicam que o elemento simbólico da pós-graduação, mesmo figurando enquanto titulação mais alta no universo acadêmico, o que teoricamente deveria lhe conferir uma esfera simbólica muito mais influente, não parece se notabilizar como tal nesse contexto. Não corresponde, de maneira geral, a um recurso social importante para as dinâmicas de composição e recrutamento da elite jurídica sergipana.

Os dados que fazem referência à titulação em pós-graduação só surgem no banco de dados a partir do recorte que abarca 1968-1988 e 1988-2018, ou seja, se vinculam a um período muito mais recente. Associado a isso, como bem apresenta Santos (2017), o processo de recrutamento dos juízes de segunda instância que são baseados no componente do “merecimento”, apesar de comportar classificações pretensamente objetivas no que tange a elementos de rendimento e produtividade, é realizado por votação secreta e sem fundamentação do voto, abrindo margem para uma subjetivação de todo o processo. Isso não apenas contrasta diretamente com o ideário meritocrático que envolve áreas profissionais, como também indica que a pós-graduação não é uma via tão fundamental para a explicação das configurações da alta corte sergipana, ou em outros termos, é um recurso social que não abarca amplamente os modos de recrutamento desse agrupamento.

No que diz respeito à formação acadêmica em primeiro e segundo grau, o número de informações relativas a esse campo é bastante escasso, de modo que, por exemplo, apenas em 17 casos biográficos são referenciados os colégios de segundo grau formadores. Desse total, chama atenção apenas o colégio Atheneu Sergipense, em virtude de sua maior frequência apresentada, em que se contabilizou 5 citações da mesma.

Enfim, o conjunto de dados aqui estabelecidos quanto à formação acadêmica do conjunto da população de desembargadores permitiu descrever, num desenho geral, os movimentos mais significativos da totalidade da população dos desembargadores no universo acadêmico. Em primeiro plano, constatou-se o peso exercido pela Faculdade de Direito do Recife e a Faculdade de Direito da Bahia na formação dos primeiros quadros de a integrarem o Tribunal de Justiça de Sergipe, o que permitiu atrelar concomitantemente a percepção de que

esse padrão formativo foi bastante arraigado na região nordeste. Num segundo momento foi possível descrever a transição de influência desses polos de formação acadêmica para um contexto sergipano, visto que a institucionalização da Faculdade de Direito de Sergipe e, posteriormente, da Universidade Federal de Sergipe, foram essenciais para dar as bases e efetivar essa transição. Num terceiro e último plano, elencou-se o fato da titulação na pós-graduação não figurar como um recurso simbólico significativo de recrutamento para a elite jurídica, dado o contraponto de que os processos de recrutamento baseados na concepção legal de “merecimento” abarcam sobremaneira critérios pretensamente objetivos, mas que incidem unicamente na avaliação de desempenho e produtividade do jurista que pleiteia o cargo, isso sem contar o desenrolar do processo que é amplamente criticado por dispor de votação secreta e não obrigar a fundamentação de tal voto por parte dos desembargadores que estão a escolher aquele que será seu par na alta corte de justiça estadual.

4.2.3 Formação Profissional:

Os dados relativos à formação profissional buscaram tangenciar informações intra e extra-profissionais da população analisada. Tal esforço se traduziu, por exemplo, na tentativa de abarcar aspectos atinentes à primeira área de atuação profissional, cargos de chefia e direção de instituições jurídicas que ocupou, a profissão do pai e da mãe, o grau de parentesco de familiares que atuaram na área jurídica; enfim, foi formulada uma série de questões que permitiram desvincular uma visão engessada unicamente ao espaço do Tribunal de Justiça de Sergipe enquanto principal universo de atuação dos juízes de segunda instância, o que correspondeu então a uma compreensão abrangente da construção da carreira magistrática desses indivíduos.

A primeira dessas dimensões que assinalo, faz referência à iniciação dos magistrados na vida profissional. Parte significativa daqueles que se tornaram juízes de segunda instância começaram sua participação no universo jurídico enquanto promotores de justiça, o que de modo mais exato reflete 46,9% da população total analisada. Em seguida, o cargo de juiz de Direito desponta com uma representação absoluta de 18,4%, acompanhada da carreira de advogado com 17,3%. As demais esferas de atuação profissional, que conjuntamente correspondem a apenas 13,3%, se distribuem entre os cargos de delegado, escrevente, assessor de desembargador, comissário de menores, técnico judiciário, defensor público, juiz pretor e juiz preparador.

As três principais carreiras aqui mencionadas (promotor, advogado e juiz de direito) representam cumulativamente 82,7% das áreas de atuação profissional em que os

desembargadores eram iniciados. Isso infere que há fundamentalmente um padrão na trajetória de iniciação no mundo profissional jurídico, que se traduz muito claramente numa íntima interlocução dessa população com carreiras atreladas ao Estado. Evidentemente, apenas a “advocacia” desponta de modo significativo enquanto esfera destacada dessa lógica, visto que se constitui enquanto profissão liberal, portanto, exterior do íntimo foro estatal. Contudo, tal como veremos mais à frente, a atividade advocatícia só ganhará peso e notoriedade nesse padrão de iniciação profissional num momento mais específico da formação da justiça sergipana, não notabilizando assim um marco a longo prazo no padrão de iniciação ao universo profissional pelos desembargadores.

Para melhor visualizar tais informações relativas à distribuição das primeiras áreas de atuação profissional, segue o quadro abaixo:

Tabela 16 – Primeira área de atuação profissional

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|--------------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Promotor | 46 | 46,9 | 46,9 | 46,9 |
| | Juiz de Direito | 18 | 18,4 | 18,4 | 65,3 |
| | Advocacia | 17 | 17,3 | 17,3 | 82,7 |
| | Não informa | 4 | 4,1 | 4,1 | 86,7 |
| | Juiz Pretor | 3 | 3,1 | 3,1 | 89,8 |
| | Solicitador (estagiário – advocacia) | 2 | 2,0 | 2,0 | 91,8 |
| | Delegado | 2 | 2,0 | 2,0 | 93,9 |
| | Juiz Preparador | 1 | 1,0 | 1,0 | 94,9 |
| | Escrevente | 1 | 1,0 | 1,0 | 95,9 |
| | Comissário de Menores | 1 | 1,0 | 1,0 | 96,9 |
| | Assessoria de Desembargador | 1 | 1,0 | 1,0 | 98,0 |
| | Técnico Judiciário | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Defensoria Pública | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Tal como apresentei no capítulo II dessa dissertação, os primeiros desembargadores que compuseram a estrutura do nascente Tribunal de Justiça de Sergipe, sem exceção, iniciaram a vida profissional enquanto promotores públicos. A razão para esse fenômeno ser marcante dentro do contexto histórico de inicial formação institucional jurídica em Sergipe se deve, sobremaneira, à facilidade do acesso a tal cargo. Até a década de 1930 não havia uma padronização nacional para a realização de concursos para ingresso nessa carreira, o que deixava a cargo dos Estados e das municipalidades a função do recrutamento para a promotoria. Isso implica que o processo de nomeação resguardava as possibilidades de afiliações políticas e de amizade do indivíduo postulante ao referido cargo, condição que só muda decisivamente,

como dito, depois da década de 1930, em razão da renovação burocrática a nível nacional operacionalizada naquela década (VIANNA, 2013).

Nesse contexto de descentralização e possibilidades de interconexão política nos modos de recrutamento dos promotores, se soma a perspectiva de que as funcionalidades da promotoria estiveram íntima e historicamente atreladas à lógica de sustentação política de governos e em aporte burocrático ao Estado. Até as décadas de 1920 e 1930, os promotores “além de exercerem a acusação criminal eles também funcionam como instrumento acusatório contra opositores do regime” (VIANNA, 2013, p. 26). Logo, são aqui colocados enquanto importante ferramenta dentro da burocracia estatal na sustentação dos governantes da hora.

Entretanto, vale elucidar que a funcionalidade profissional hoje conhecida dos promotores reflete uma imagem totalmente diferente dessa retratada em seus primórdios, pois se assenta num desenho concatenado à tarefa abstrata de defender os interesses sociais difusos, ou por assim dizer, de defender o Estado democrático e de direito. Tal imagem de representação social é consolidada e respaldada conjuntamente com o processo de redemocratização do Brasil no final do século XX e a promulgação da Carta Magna de 1988, a qual viabilizou maior autonomização institucional e renovou as funcionalidades da esfera do Ministério Público. Antes disso, reitero, as funções da promotoria se limitavam a uma representação acusatória que sustentava o governo e a estrutura de Estado.

Emendado a tal espectro, mas evidenciado de modo secundário, a iniciação profissional dos desembargadores como “juiz de Direito” e suas variantes, juiz Preparador e juiz Pretor, permite reforçar ainda mais tal característica de formatação de um padrão de iniciação profissional aportado em carreiras magistráticas dentro do Estado. Pode-se inclusive resgatar a prévia reflexão assinalada quanto aos dados de formação acadêmica dos desembargadores. Tal como já expus, Adorno (1988) sustentava a tese de que a formação bacharelesca ligada à Faculdade de Direito do Recife, diferentemente da Faculdade de Direito de São Paulo que apresentava maior força na formação de indivíduos na esfera de atuação nas carreiras liberais, era mormente associada com uma formação magistrática, ou seja, se agregava mais intrinsecamente à ocupação de postos na estrutura burocrática estatal.

Evidentemente as constatações de Adorno (1988) possuem um apelo a um período histórico mais marcado, pois como já esclarecido, o autor realiza uma reflexão do desenrolar do século XIX e início do século XX, onde essas duas referidas faculdades exerciam maior peso e influência nacional por serem compreendidas enquanto principais polos de formação superior em Direito no Brasil. O que nos interessará nesse momento, entretanto, é compreender, tendo por referência inicial a tese de Adorno (1988) e os dados que serão e que já foram aqui

elencados, como tal padrão de formação acadêmica e profissional variou com o tempo e/ou como essa se retraduziu nesse processo. Em tais condições, vale entender, por ora, que a definição que melhor evidencia a dimensão da iniciação dos desembargadores no universo profissional está assentada fundamentalmente no notório acesso desses magistrados a carreiras dentro do aparelho do Estado.

Para clarificar tais afirmações, fazamos uma análise pormenorizada das variações dessas esferas iniciais de atuação profissional a partir dos recortes históricos anteriormente propostos; segue o quadro abaixo:

Tabela 17 – Cruzamento entre “Primeira área de atuação profissional” e “Período da primeira atuação profissional”

Contagem

| | | Período da primeira atuação profissional | | | | | | | Não informa | Total |
|---------------------------------------|--------------------------------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| | | 1841-1889 | 1890-1934 | 1935-1937 | 1938-1945 | 1946-1967 | 1968-1988 | 1989-2018 | | |
| Primeira área de atuação profissional | Promotor | 16 | 18 | 2 | 0 | 8 | 1 | 0 | 1 | 46 |
| | Solicitador (estagiário – advocacia) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| | Juiz Pretor | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | Juiz de Direito | 2 | 8 | 0 | 1 | 3 | 3 | 0 | 1 | 18 |
| | Delegado | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | Juiz Preparador | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Escrevente | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Advocacia | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 13 | 0 | 1 | 17 |
| | Comissário de Menores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | Assessoria de Desembargador | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | Técnico Judiciário | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | Defensoria Pública | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | Não informa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| Total | | 18 | 28 | 2 | 3 | 17 | 21 | 1 | 8 | 98 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Como se percebe acima, mais uma vez é necessário recorrer a adaptação do recorte histórico para abranger o período que vai de 1841 a 1899, visto que a variável em questão compreende uma dimensão da vida de alguns casos biográficos anterior à institucionalização do judiciário sergipano aos moldes republicanos. Dito isto, vale notar que os recortes de 1841-1899 e 1890-1934 demonstram claramente o peso da promotoria como esfera de iniciação profissional, a qual inclusive sustenta seu alcance até pelo menos 1946-1967. De modo paralelo e acompanhando a tendência verificada, o cargo de juiz de Direito representa uma influência

conjunta nos mesmos períodos verificados, ainda que com menor notabilidade. Todavia, é do exame da carreira advocatícia que vale elencar maior destaque nesses recortes.

Como se verifica, sua influência enquanto primeira dimensão de entrada ao universo jurídico só se opera efetivamente no período que abarca 1968-1988. Isto é, há uma mudança muito significativa no modo de entrada no universo profissional por parte de tal população, pois, anteriormente associada com as carreiras formadas dentro do aparelho do Estado, o “boom” da advocacia notabiliza uma mudança neste perfil de iniciação profissional dos futuros desembargadores, exatamente por ser desassociada de uma construção dentro do Estado. Importante notar também é que essa mudança se opera essencialmente no período do regime militar brasileiro (1964-1985), para o qual Dantas (2004) se refere como momento histórico de ascensão da classe política do “empresariado urbano”.

De modo complementar a tais disposições, vale constatar um dado particularmente interessante relativo aos Estados em que tais indivíduos mais se concentravam ao momento de acessar as primeiras áreas profissionais. Em sua esmagadora maioria, a iniciação profissional se vinculava aos postos de trabalho em Sergipe, refletido mais objetivamente em 88,8% da população total de desembargadores analisados. Apenas 6% dessa totalidade se distribui entre os estados da Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Isso reforça a perspectiva de que essa elite jurídica, apesar de ter migrado em alguns períodos históricos para outros estados brasileiros a fim de adquirir o título de bacharel por falta de uma instituição local para tal, em regra, retornava para Sergipe e aqui se concentrava ao contexto de formação do espaço jurídico. Vejamos:

Tabela 18 – Estado em que começou a trabalhar

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sergipe | 87 | 88,8 | 88,8 | 88,8 |
| | Não informa | 5 | 5,1 | 5,1 | 93,9 |
| | Bahia | 2 | 2,0 | 2,0 | 95,9 |
| | Pernambuco | 2 | 2,0 | 2,0 | 98,0 |
| | São Paulo | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Rio Grande do Sul | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere aos municípios em que essas áreas de iniciação profissional foram ocupadas, é possível destacar seus contornos observados; analisemos o quadro abaixo:

Tabela 19 – Cidade em que começou a trabalhar

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------------------------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | | 25 | 25,5 | 25,5 | 25,5 |
| | Aracaju | 11 | 11,2 | 11,2 | 36,7 |
| | Capela | 6 | 6,1 | 6,1 | 42,9 |
| | Itabaiana | 5 | 5,1 | 5,1 | 48,0 |
| | Neópolis | 5 | 5,1 | 5,1 | 53,1 |
| | Estância | 4 | 4,1 | 4,1 | 57,1 |
| | Lagarto | 4 | 4,1 | 4,1 | 61,2 |
| | Itabaianinha | 3 | 3,1 | 3,1 | 64,3 |
| | Japaratuba | 3 | 3,1 | 3,1 | 67,3 |
| | Propriá | 3 | 3,1 | 3,1 | 70,4 |
| | Simão Dias | 3 | 3,1 | 3,1 | 73,5 |
| | Gararu | 2 | 2,0 | 2,0 | 75,5 |
| | Laranjeiras | 2 | 2,0 | 2,0 | 77,6 |
| | Porto da Folha | 2 | 2,0 | 2,0 | 79,6 |
| | Riachuelo | 2 | 2,0 | 2,0 | 81,6 |
| | São Cristóvão | 2 | 2,0 | 2,0 | 83,7 |
| | Siriri | 2 | 2,0 | 2,0 | 85,7 |
| | Aquidabã | 1 | 1,0 | 1,0 | 86,7 |
| | Boquim | 1 | 1,0 | 1,0 | 87,8 |
| | Cachoeira | 1 | 1,0 | 1,0 | 88,8 |
| | Campo do Brito | 1 | 1,0 | 1,0 | 89,8 |
| | Garanhuns | 1 | 1,0 | 1,0 | 90,8 |
| | Itaporanga D'Ajuda | 1 | 1,0 | 1,0 | 91,8 |
| | Maruim | 1 | 1,0 | 1,0 | 92,9 |
| | Nossa Senhora da Glória | 1 | 1,0 | 1,0 | 93,9 |
| | Paripiranga | 1 | 1,0 | 1,0 | 94,9 |
| | Recife | 1 | 1,0 | 1,0 | 95,9 |
| | Riachão do Dantas | 1 | 1,0 | 1,0 | 96,9 |
| | Ribeirão Preto | 1 | 1,0 | 1,0 | 98,0 |
| | Rio Real | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Tobias Barreto | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Como se percebe, apenas as regiões de Cachoeira (RS), Garanhuns (PE), Paripiranga (BA), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP) e Rio Real (BA) irão compor as municipalidades fora dos limites sergipanos, o que objetivamente se traduz em apenas 6% da totalidade da população analisada. Importante notar, entretanto, é que há a incidência significativa de uma variabilidade regional na distribuição dos municípios sergipanos observados, uma descentralização em relação à capital aracajuana tal como se constatou anteriormente com a variável relativa aos municípios de nascimento dos desembargadores. Mesmo com uma taxa relativamente mais elevada de dados omissos quando em comparação com outras variáveis aqui trabalhadas, os demais 74,5% da população observada indicam que a capital sergipana não é necessariamente uma matriz de destino das áreas de iniciação profissional dessa elite jurídica.

Tal dispersão constatada tanto na regionalidade de nascença, quanto nos municípios de iniciação profissional, associada ainda ao perfil básico de que essas primeiras áreas de atuação profissional são necessariamente ligadas à estrutura do Estado, permitem aferir que o período republicano, como um todo, simbolizou um processo amplo de estruturação do judiciário em Sergipe. Isso se prova, por um lado, pela capacidade do referido Estado em incorporar os bacharéis recém-formados no curso Direito para a estrutura burocrática nos mais diversos municípios. Não era, portanto, um imperativo ter de sair de Sergipe ou do interior para dar sustentação à carreira profissional.

Noutro flanco, tal dispersão também é sintomática das possibilidades de capilarização das famílias situadas no interior, as quais não necessitavam obrigatoriamente manter seus bacharéis recém-formados na capital, o que lhes permitia então constituir uma rede de influência mais localizada e operada em duas vias, pois tanto se conseguia o ingresso do bacharel recém-formado à iniciação profissional, como também se garantia a ocupação da estrutura burocrática municipal com o acesso aos referidos cargos.

Também vale mencionar que quando analisamos o cruzamento das variáveis “cidade em que começou a trabalhar” com “período em que começou a trabalhar”, se torna perceptível que municípios do interior, como por exemplo, Capela (visualizado no recortes 1841-1889 e 1890-1934), Estância (1841-1889 e 1890-1934), Itabaiana (1841-1889 e 1890-1934), Lagarto (1841-1889 e 1890-1934) e Neópolis (1890-1934; 1935-1937 e 1938-1945) foram significativas opções de destino desses bacharéis e marcam os períodos históricos iniciais da república em que os já referidos fenômenos da parentela e do bacharelismo eram mais evidentes. De modo secundário, é possível fazer referência à reflexão de que se os indivíduos saíam do interior do Estado para as capitais (seja Aracaju, Salvador, Recife, etc.) a fim de se bacharelarem e, em sua grande parte, não continuavam nessas regiões, logo, o movimento de retorno dos bacharéis para uma iniciação profissional nos municípios do interior reforça a linha argumentativa aqui apresentada, tanto no que se refere a ampla estruturação da justiça sergipana em conseguir incorporar tais bacharéis, quanto no que diz respeito ao poder das parentelas em conseguir montar redes de influência capilarizadas nas mais amplas extensões burocráticas de Sergipe.

Vale constatar, em paralelo, que a capital Aracaju manteve sua importância enquanto polo de admissão dos magistrados em inserção profissional de maneira absolutamente constante por entre os períodos, ainda que não tenha em nenhum momento concentrado ou sobrepesado a balança de ocupação dos postos. No quadro que segue, visualizamos a totalidade das dispersões por entre os períodos temporais mencionados; vejamos:

Tabela 20 – Cruzamento entre “Cidade em que começou a trabalhar” e “Período da primeira atuação profissional”

Contagem

| Cidade em que começou a trabalhar | Período da primeira atuação profissional | | | | | | | | Total |
|-----------------------------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| | 1841-1889 | 1890-1934 | 1935-1937 | 1938-1945 | 1946-1967 | 1968-1988 | 1989-2018 | Não informa | |
| | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 14 | 1 | 6 | 25 |
| Aquidabã | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Aracaju | 2 | 2 | 0 | 1 | 3 | 3 | 0 | 0 | 11 |
| Boquim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Cachoeira | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Campo do Brito | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Capela | 3 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 |
| Estância | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Garanhuns | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gararu | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Itabaiana | 3 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Itabaianinha | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| Itaporanga D'Ajuda | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Japarutuba | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Lagarto | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Laranjeiras | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Maruim | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Neópolis | 0 | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Nossa Senhora da Glória | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Paripiranga | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Porto da Folha | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Propriá | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Recife | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Riachão do Dantas | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Riachuelo | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Ribeirão Preto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Rio Real | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| São Cristóvão | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Simão Dias | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Siriri | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Tobias Barreto | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 18 | 28 | 2 | 3 | 17 | 21 | 1 | 8 | 98 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Para tangenciar o máximo possível das informações sobre a trajetória de formação profissional dessa população de magistrados, é necessário abarcar uma conjunção de dados que dê conta de compreender o processo de formação profissional para além da esfera de atuação encapsulada no Tribunal de Justiça de Sergipe. Não por acaso, os dados até aqui apresentados foram significativos para a compreensão do movimento inicial de atuação profissional dos desembargadores sergipanos ao longo do período republicano, que como visto, permitiu notabilizar áreas de atuação como advocacia e promotoria, por exemplo.

Para dar seguimento a essa lógica, faz-se necessário agora considerar os postos diretivos que foram ocupados por essa população e que orbitam (ou não) o espectro de influência do Poder Judiciário. A ideia é a de compreender se outras esferas de influência profissional são significativas na construção da trajetória de formação profissional dos desembargadores. Para tal, vejamos o que indicam os quadros a seguir:

Tabela 21 – Ocupou cargo de direção ou chefia

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 54 | 55,1 | 55,1 | 55,1 |
| | Não | 44 | 44,9 | 44,9 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 22 – Instituição em que ocupou cargo de direção

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|----------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não ocupou | 40 | 40,8 | 40,8 | 40,8 |
| | Chefia de Instituição Jurídica | 27 | 27,6 | 27,6 | 68,4 |
| | Chefe de polícia | 20 | 20,4 | 20,4 | 88,8 |
| | Direção Educacional Jurídica | 5 | 5,1 | 5,1 | 93,9 |
| | Diretor de veículo de imprensa | 4 | 4,1 | 4,1 | 98,0 |
| | Presidência de Conselho Jurídico | 1 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| | Não informa | 1 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 98 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados acima assinalados permitem compreender um conjunto de questões. A primeira que faço referência é a de que o número de desembargadores que ocuparam cargos diretivos fora da esfera do Tribunal de Justiça de Sergipe é bastante significativa, pois compreende não apenas uma maioria da população analisada, mais exatamente 55,1%, como também contrapõe uma noção preliminar de que a construção da carreira magistrática fluiria prioritariamente num único sentido, de direta passagem das posições iniciais de atuação profissional para uma comum escalada magistrática até o cargo de desembargador. Pelo contrário, essas movimentações de ocupação de chefias institucionais são indicativos de que o sentido dessa trajetória de formação profissional se empreende de maneira heterogênea.

Por esse ângulo, é válido notar quais esferas diretivas são essas e associar o seguinte questionamento: por acaso esses postos de direção dizem respeito a áreas de atuação profissional não jurídicas? Os dados anteriormente mostrados, por exemplo, quanto a “formação acadêmica”, apontam que a resposta é “não”, visto que esses deram o indicativo de

que tais magistrados foram majoritariamente fiéis às suas formações como bacharéis em Direito. Como veremos logo mais, a tendência apontada se confirma.

Nessas condições, vale destacar o segundo fator interpretativo dos dados sobre ocupação de cargos diretivos. Esses demonstram que maioria dos postos ocupados fora do Tribunal de Justiça de Sergipe orbitam a esfera de influência do Poder Judiciário, se estendendo entre a chefia de instituições jurídicas (por exemplo, a Associação dos Magistrados de Sergipe – AMASE), presidência de conselhos jurídicos (a exemplo do Conselho Estadual de Serviço Social) e a direção de instituições educacionais/intelectuais jurídicas (como a Academia Sergipana de Letras Jurídicas e a Escola Superior de Magistratura de Sergipe – ESMESE). São, portanto, dados que por um lado reforçam a característica de fidelidade a uma construção de carreira agregada a postos jurídicos e que, por outro lado, refletem uma movimentação desses magistrados em esferas de atuação paralelas ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

No tocante aos postos fora dessa órbita de influência jurídica, foi evidenciado tanto a “direção de veículos de imprensa” como também a “chefia de polícia”. Para essa última é necessário fazer duas ressalvas. A primeira é a de que a dimensão “policial” se confundiu por muito tempo com as funções atreladas ao judiciário. Wolkmer (2003), por exemplo, destaca que com o processo de independência do Brasil em relação a Portugal, a esfera jurídica nacional sofreu uma grande reforma no intuito de eliminar os vestígios dos modos de organização jurídica portuguesa, reforma essa que denotou a introdução da chefia de polícia às atribuições da Justiça com o novo estatuto processual. Posteriormente ao processo de independência política do Brasil, ocorreu em 1871 mais uma reforma jurídica, a qual buscou separar as funções policiais das funções jurídicas, e nesse ponto as funções de delegado e subdelegado são apartadas da esfera jurídica.

Mas eis a segunda ressalva, apesar da reforma de 1871 significar uma separação institucional entre o judiciário e a polícia, a ocupação desse posto por magistrados que a futuro se tornariam desembargadores perdurou. Isso incute que mesmo depois de transpassado tanto tempo da entrada em vigor da reforma de 1871, a esfera de chefia policial continuou como instância significativa no processo de formação profissional e de atuação dos magistrados, os quais antes de se tornarem desembargadores perpassavam por ela. Também se constata que a ocupação dessa posição de chefia se manteve, tal como se nota no quadro abaixo, mais significativamente nos recortes que abarcam 1841-1889 e 1890-1934. Portanto, a chefia de polícia compreende um recurso social significativo no tocante aos processos de recrutamento nesses períodos, mas gradualmente perde sua importância enquanto tal. Vejamos:

Tabela 23 – Cruzamento entre “Instituição que ocupou cargo de direção” e “Período de ocupação do cargo de direção”

Contagem

| | | Período de ocupação do cargo de direção | | | | | | | Não informa | Total |
|---|----------------------------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| | | 1841-1889 | 1890-1934 | 1935-1937 | 1938-1945 | 1946-1967 | 1968-1988 | 1989-2018 | | |
| Instituição que ocupou cargo de direção | Não ocupou | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40 | 40 |
| | Não informa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | Diretor de veículo de imprensa | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 |
| | Direção Educacional | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 | 0 | 5 |
| | Jurídica | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 | 0 | 5 |
| | Chefia de Instituição Jurídica | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 | 8 | 11 | 2 | 27 |
| | Presidência de Conselho Jurídico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | Chefe de polícia | 3 | 10 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | 20 |
| Total | | 3 | 12 | 1 | 1 | 9 | 10 | 14 | 48 | 98 |

Fonte: Elaborado pelo autor

A leitura que pode ser realizada das movimentações apresentadas no quadro acima é a de que, a princípio, os desembargadores integravam com maior frequência a esfera policial nas suas trajetórias profissionais, o que abrange mais particularmente os já citados recortes de 1841-1889 e 1890-1934. Mas a partir do recorte de 1946-1967 se percebe uma mudança significativa neste perfil pela ocorrência de uma debandada na assumpção de postos vinculados à chefia policial, para a ocupação de cargos intimamente ligados à chefia de instituições jurídicas.

Essas movimentações denotam, em grande medida, uma mudança no perfil da construção da carreira magistrática e na atuação profissional a longo prazo. Isso porque a perspectiva de ocupação da chefia policial, em virtude do caráter legal que apartara as referidas esferas, esteve associada a uma espécie de estágio de formação profissional até se chegar à desembargadoria. Posteriormente, como se observa, tal trajetória formativa muda de sentido e passa a ser associada a funções que respaldam o desenvolvimento e construção da carreira de desembargador, dado que os cargos diretivos ocupados por esses indivíduos se tornam de ordem intraprofissional, vide exemplo da chefia da corregedoria, da escola de magistratura e da associação de magistrados.

A consolidação desse tipo de mudança de perfil ocorre dentro do mesmo recorte em que se percebe o “boom” da advocacia enquanto primeira área de atuação profissional dos desembargadores, entre 1946-1967 e 1968-1988, abrangendo em grande medida o regime

militar brasileiro (1964-1985) e a já referida ascensão de um perfil de classe política dos empresários urbanos. Esses traços, por si só, já são indicativos de um padrão muito significativo de mudança nas condições de atuação profissional da área jurídica. Apreender suas circunstâncias mais específicas de manifestação, ou seja, se debruçar nos componentes que lhes mobiliza, será fundamental para empreender uma compreensão holística das dinâmicas de estruturação do espaço jurídico a longo prazo. Mas adianto que essa deverá ser melhor estabelecida no capítulo posterior, para o qual se agregará a verificação de casos biográficos que melhor traduzem e exemplificam essas transformações. Por ora, a disposição se assenta em estruturar a visualização desse quadro de mudanças a longo prazo.

Outro dado particularmente importante nessa composição de cargos de chefia tem relação com aqueles de conotação mais política. Ao menos 12 desembargadores integraram algum governo na condição de secretários, e tal como se nota no quadro abaixo, essas ocupações estiveram mais notadamente concentradas nos períodos que abarcam 1890-1934 e 1946-1967.

Tabela 24 – Cruzamento entre “Cargo político ocupado” e “Período que ocupou cargo político”

Contagem

| | | Período que ocupou cargo político | | | | | | Não informa | Total |
|------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| | | 1841-1889 | 1890-1934 | 1938-1945 | 1946-1967 | 1968-1988 | 1989-2018 | | |
| Cargo político ocupado | Secretário de Governo | 0 | 5 | 0 | 4 | 1 | 2 | 0 | 12 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Tais informações são absolutamente relevantes na composição de uma interpretação geral das esferas de atuação de tais magistrados, pois dizem respeito a desembargadores que atuaram explicitamente no campo político, dado o fato de terem integrado os quadros de gestão de governo. A ocupação de uma secretaria dessa natureza tem por fundamento a indicação do Poder Executivo para a mesma, ou seja, depende da indicação do governador para ser operacionalizada, mas reitero o fato de que essa não é a única forma de inserção direta no campo político. Tal como se constatou no capítulo anterior, os desembargadores, sobretudo aqueles que compuseram as primeiras turmas do Tribunal de Justiça de Sergipe, tiveram significativa participação na ocupação de cargos eletivos, como é o caso do cargo de deputado.

Nesse contexto, torna-se interessante perceber de maneira longitudinal e tomando por referência uma articulação entre o quadro acima destacado e o que segue abaixo, quais foram os períodos em que melhor se notabilizou uma atuação direta dos desembargadores no universo político, seja no que se refere à ocupação de cargos localizados nas secretarias de governo do Estado, seja na ocupação de cargos eletivos; vejamos:

Tabela 25 – Cruzamento entre “Cargo eletivo ocupado” e “Período que ocupou o primeiro cargo eletivo”

Contagem

| | | Período que ocupou o primeiro cargo eletivo | | | | | Total |
|-----------------------|------------------------------|---|-----------|-----------|-----------|------------|-------|
| | | 1841-1889 | 1890-1934 | 1946-1967 | 1968-1988 | Não ocupou | |
| Cargo eletivo ocupado | Não ocupou | 0 | 0 | 0 | 0 | 79 | 79 |
| | Deputado Estadual/Provincial | 5 | 9 | 4 | 0 | 0 | 18 |
| | Vereador | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Total | | 5 | 9 | 4 | 1 | 79 | 98 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Como se percebe, os períodos de maior participação direta dos desembargadores na vida política, tomando por referência tanto o quadro de ocupação de cargos eletivos quanto o quadro de ocupação de cargos indicativos, se dão nos seguintes recortes: 1841-1899, 1890-1934 e 1946-1967. Ou seja, o cenário geral desse contexto de participação direta se opera mais claramente no período de formação inicial de estruturação e consolidação da esfera jurídica sergipana, tendo por marco final o período que abarca o início do regime militar iniciado em 1964.

Tais dados convergem mais uma vez com a evidenciação do referido “boom” da advocacia enquanto esfera inicial de formação profissional. O mapa geral é o de que em determinada medida algumas mudanças significativas no perfil de construção da esfera magistrática em Sergipe se operaram na segunda metade do século XX. Mais especificamente, é notado através desses “sintomas” de transformação de perfil profissional que a construção da carreira de desembargador se desagregou pouco a pouco de um contexto de formação previamente ligada ao Estado, para se reestruturar numa influência mais confluída com a advocacia e menos atrelada à ocupação direta de cargos políticos.

A princípio, a reflexão teórica que se vincularia a esse conjunto de transformações seria a de que a esfera jurídica, atestada a transformação do perfil de formação profissional dos desembargadores, experimentou um processo marcante de “profissionalização”. Ao início dessa dissertação procurei destacar que parte da literatura alude a tal noção enquanto um processo evolutivo de autonomização do espaço profissional, de especialização das habilidades e serviços, e de institucionalização e controle do acesso à esfera profissional (RODRIGUES, 2002; LIMA, 2016a; BONELLI, 2010a, 2010b). Evidentemente o prognóstico é correto e de fato esse conjunto de transformações parecem aludir a um processo de autonomização e racionalização do espaço profissional jurídico, de especialização das habilidades, de construção

de instituições que respaldam a carreira de modo intraprofissional. Contudo, essa interpretação por si mesma deixa algumas lacunas interpretativas muito importantes absolutamente soltas.

Por exemplo, se essa autonomização do espaço profissional ocorreu efetivamente da maneira como se desenha, de que forma as disputas das redes de parentela se retraduziram na formulação de redes profissionais? Ou ainda, as parentelas deixaram de compreender forte influência na assumpção das disputas pelos espaços de poder no judiciário nesse mesmo período de transição do perfil da magistratura? O impasse que aqui coloco se vincula a uma noção simples, de que a diminuição da incidência direta dos desembargadores a esferas oficiais da política, no caso ocupando secretarias e cargos eletivos, não necessariamente retira desse contexto uma forte imbricação e influência da política na formação do judiciário.

Nesse ponto reivindico a posição anteriormente lançada quanto à noção de “profissionalização” a ser adotada aqui. Diferentemente da perspectiva de se ater apenas à descrição das transformações e assumpção de um caráter evolutivo do campo profissional, é preciso nos ater aos condicionantes sociais que possibilitam às “profissões ou a certos grupos ocupacionais desenvolverem e manterem situações de privilégio; condições que permitem que se distingam pelo elevado estatuto, grau de controle, organização e influência” (RODRIGUES, 2002, p. 45). Portanto, a diferença se opera na perscrutação de processos sociais que garantam compreender objetivamente as dinâmicas locais de poder para sua construção. O que se traduz em recolocar a questão: as parentelas deixaram ou não de compreender forte influência na assumpção das disputas pelos espaços de poder no judiciário nesse mesmo período de transição do perfil da magistratura?

Antes de adentrar mais decisivamente nas respostas a tais questões, é antes necessário retomar alguns pontos de descrição prosopográfica que darão um melhor respaldo a esse tema. Nesse caso, se faz pertinente abarcar agora os dados relativos à esfera da influência familiar na formação profissional dos desembargadores, para posteriormente retomar o questionamento lançado.

A começar pelo conjunto de informações relativas às profissões dos pais, percebe-se que essa dimensão detém de dados escassos da totalidade da população analisada, de forma que foi possível extrair de apenas 33% as informações relativas ao pai, que particularmente se distribuiu nas seguintes profissões/ocupações: proprietário rural (13,3%), magistrado (6,1%), médico (3,1%), militar (2%), usineiro (2%), bacharel em Direito (2%), político (1%), jornalista (1%), comerciante (1%), feirante (1%) e coletor federal (1%). Com relação à profissão das mães, essas informações são praticamente inexistentes, constituindo apenas 3% da totalidade

da população, de modo a distribuir-se igualmente entre feirante (1%), comerciante (1%) e Procuradora (1%).

Apesar dessa escassez de dados com relação a profissão dos pais, algumas informações se tornam absolutamente promissoras quando melhor articuladas com outras variáveis. Nesse caso, se abrangermos a esfera de filiação de pai e mãe agregando irmãos, tios, avós, cunhados, filhos, sogros e cônjuges com formação em Direito, ou seja articulando elementos de parentela para além do contexto consanguíneo, as possibilidades de compreensão de um contexto de base familiar na influência profissional se tornam mais interessantes, pois nessas condições algumas peculiaridades são notabilizadas. Como se observa do quadro que segue, o nível de incidência de pais que eram desembargadores e irmãos que foram Governadores/Presidentes de Estado já permitem revelar preliminarmente a importância dessa análise; vejamos:

Tabela 26 – Cruzamento entre “Parentes com ocupações/profissões diversas” e “Grau de filiação dos parentes formados em Direito”

Contagem

| | | Grau de filiação dos parentes formados em Direito | | | | | | | Cônju ge | Total |
|--|------------------------------------|---|------------|-----|-------------|---------------------|-------|-------|-------------|-------|
| | | Pai | Irmão/Irmã | Tio | Avô/ Avó | Cunhado /Cunhada | Filho | Sogro | | |
| Parentes com ocupações/profissões diversas | Procurador do Estado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | Conselheiro | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Bacharel | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | Juiz de Direito | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Senador | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | Presidente de Província/Governador | 1 | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | Desembargador | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 7 |
| Total | | 8 | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 19 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Como se constata das informações acima, dos oito pais que possuíam formação em Direito, cinco deles eram desembargadores. Esse tipo de proporcionalidade seria considerado irrelevante caso fosse apreciada unicamente de modo quantitativo. Contudo, há de se interpor aqui um elemento qualitativo desse exame, naquilo que diz respeito diretamente à natureza do que significa ser “desembargador”, ou seja, no que significa esse posto dentro do contexto de uma elite profissional e jurídica.

A princípio, vale mencionar que a justiça sergipana desde sua formação no ano de 1891 até 2018, ou seja, em mais de 120 anos de história, dispôs em seu corpo institucional de uma população total de 98 desembargadores compondo sua mais alta esfera de justiça no Estado.

Trata-se de um número de indivíduos que, apesar de aparentemente pequeno quando posto em paralelo com a extensão e significância que tal instituição representa, naturalmente assim o é por dizer respeito a uma elite profissional, uma elite jurídica, para a qual o acesso representa o ápice de uma carreira magistrática.

Nessas condições, qual o real significado de uma incidência parental com a proporção aqui representada para uma população de tamanho reduzido e, teoricamente, de acesso mais dificultado? O que realmente significa, por exemplo, o fato de que o desembargador João Maria Loureiro Tavares (que assumiu o cargo em 1899) e seus dois filhos, João Maria Loureiro Tavares (que assumiu o cargo em 1926) de mesmo nome e Luiz Loureiro Tavares (que assumiu o cargo em 1935), terem ingressado na mesma corte e no mesmo cargo em períodos distintos? O que representa o fato do desembargador Epaminondas Silva de Andrade Lima (que assumiu o cargo em 1989) ter sido filho do também desembargador João Bosco de Andrade Lima (que assumiu o cargo em 1943)? O que representa o fato do desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima (que assumiu o cargo em 2010) ser filho do ex-desembargador Aloísio de Abreu Lima (que assumiu o cargo em 1983)?

Ou ainda, qual o significado do fato dos desembargadores Artur Oscar de Oliveira Déda (que assumiu o cargo em 1975 e cujo pai, Carvalho Déda, foi deputado estadual entre os anos de 1947-1958), Edson Ulisses de Melo (que assumiu o cargo em 2008) e Cláudio Dinart Déda Chagas (que assumiu o cargo no ano de 2003) terem sido respectivamente, tio, cunhado e irmão do ex-governador Marcelo Déda Chagas (que esteve no referido cargo entre os anos de 2007 e 2013)? Qual o significado do fato do desembargador João Maynard (que assumiu o cargo em 1911) ter sido tanto genro do também desembargador e presidente de Estado, Guilherme de Souza Campos (que assumiu o cargo em 1892), quanto tio do interventor/governador Augusto Maynard (que esteve no referido cargo entre os anos de 1930-1935 e também entre 1942-1945) e pai do senador Jorge Campos Maynard (que assumiu o cargo entre os anos de 1957-1963)? Qual o significado do fato de Hunald Santaflor Cardoso (que assumiu o cargo em 1935) ter sido irmão do presidente de Estado Graccho Cardoso (que esteve no cargo entre os anos de 1927 e 1932)? Qual o significado do fato do desembargador Fernando Ribeiro Franco (que assumiu o cargo em 1980) ser primo do ex-governador Albano Franco (que assumiu o referido cargo entre os anos de 1995 e 2003) e sobrinho do também ex-governador Augusto Franco (que assumiu o cargo entre 1979 e 1982)? Qual o significado do fato do desembargador Guilherme de Souza Campos (que assumiu o cargo em 1892) ter sido irmão do presidente de Estado Olímpio de Souza Campos (que assumiu o cargo entre os anos de 1899-1902)? Qual o significado do fato do desembargador Cândido de Oliveira (que assumiu o cargo em 1892) ter sido irmão do

presidente de Estado Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro (que esteve no cargo entre os anos de 1899 e 1891)? Qual o significado do fato do desembargador Edson de Oliveira Ribeiro (que assumiu o cargo em 1931) ter sido primo do também desembargador João Dantas Martins dos Reis (que assumiu o cargo em 1945)? Qual o significado do fato do desembargador José Sotero Vieira de Melo (que assumiu o cargo no ano de 1892) ter sido sobrinho do senador do império, João Gomes de Melo (que assumiu o cargo entre os anos de 1861-1889 e detinha do título nobiliárquico de “Barão de Maruim”)? Qual o significado do fato do desembargador Benilde Romero (que assumiu o cargo no ano de 1895) ter sido irmão do deputado federal e intelectual renomado Sílvio Romero (que assumiu o cargo entre os anos de 1900-1902)? Enfim, até onde a noção de “meritocracia” é capaz de definir as formas de ascensão e acesso ao cargo de desembargador efetivamente, sem se prestar à observação das ligações de cunho familiar que lhes são proeminentes?

Faço menção a tais componentes de ordem mais provocativa apenas para melhor ilustrar e dar profundidade ao significado dessas questões. Os casos exemplificativos acima pincelados já nos compromete ao exercício reflexivo de que, apesar de compreender uma elite profissional, portanto o topo da carreira magistrática no Estado, as vinculações de base familiar são absolutamente significativas para compreensão das formas de recrutamento para o corpo de tal elite profissional, e possuem um peso para além do período inicial de institucionalização do judiciário. Tudo isso deverá ser melhor explanado à frente.

Por ora, a disposição será apenas a de atestar a esses “sintomas”, ou em outras palavras, compreender o mapa geral das dinâmicas dessa população com seu espaço de atuação profissional ao longo do tempo através da descrição prosopográfica. Repito, a explicação pormenorizada de tais componentes de base familiar deverá ser melhor trabalhada no capítulo subsequente, de modo a se agregar tanto os dados prosopográficos enquanto meios de referência mais gerais, como também as disposições sócio históricas evidenciadas no capítulo anterior e os casos biográficos mais exemplificativos de cada recorte temporal.

Enfim, toda a discussão levantada neste tópico se pautou em tentar compreender um amplo processo de formação profissional dos desembargadores, abarcando suas características e padrões mais evidentes, na proporção em que se tinha por pano de fundo a pretensão de não se limitar à mera descrição das dinâmicas de atuação encapsuladas ao espaço do Tribunal de Justiça de Sergipe. Essa disposição permitiu descrever uma série de mudanças a longo prazo que melhor traduziram transformações na trajetória de formação profissional dos desembargadores e evidenciam o acionamento de recursos sociais mais básicos para configuração dessa elite, o que de maneira sintética caracterizou: a) uma preliminar iniciação

profissional com carreiras de Estado até uma posterior transição de influência com a advocacia; b) mais evidente integração e distribuição dos bacharéis recém-formados pela estrutura burocrática dos municípios do interior; c) mudança no perfil de construção magistrática, que passou de uma perspectiva de integração a cargos de chefia extraprofissionais e anteriores à desembargadoria, para a perspectiva de integração a cargos de chefia intraprofissionais e que em grande parte respaldam a construção magistrática da carreira de desembargador; d) íntima conexão consanguínea e de base familiar na ocupação do cargo de desembargador, mesmo que se tratando de uma dimensão profissional para a qual o acesso é limitado, exatamente por dizer respeito a uma elite profissional.

4.2.4 Síntese prosopográfica:

A totalidade dos dados prosopográficos aqui analisados permitem constatar, de maneira sintética, que o conjunto de características e padrões de organização profissional do judiciário objetivados em sua sua mais alta corte se traduzem em: a) forte grau de concentração de nascença e inserção profissional atrelada a Sergipe; b) marcante variabilidade de nascença e de distribuição dos cargos de iniciação profissional entre os municípios sergipanos; c) perfil inicial de construção da trajetória de formação profissional, até a metade do século XX, atrelada a carreiras ligadas ao Estado e forte concentração masculina na ocupação da alta corte de justiça; d) mudança gradativa do perfil de construção da trajetória de formação profissional na segunda metade do século XX e início do XXI, em que se percebe uma maior variabilidade de acesso feminino à alta corte de justiça e maior disposição de iniciação profissional em carreiras liberais (destaque para a advocacia); e) perfil inicial de ocupação de cargos de chefia e direção institucional ligados à dimensão policial no início do século XX; f) mudança gradativa do perfil de ocupação de cargos de chefia e direção institucional, em que se percebe a assumpção de chefias de caráter intraprofissional na segunda metade do século XX; g) forte capacidade do Estado sergipano em incorporar os indivíduos recém-formados à burocracia estatal; h) perfil de forte concentração de bacharéis formados no nordeste no século XIX e início do XX, em que se destacam instituições como a Faculdade de Direito do Recife e da Bahia; i) gradual passagem de uma influência de formação bacharelesca para a Faculdade de Direito de Sergipe e para a Universidade Federal de Sergipe na segunda metade do século XX; j) titulação em pós-graduação, para a realidade da elite jurídica sergipana, não correspondente a um recurso efetivo para o recrutamento na alta corte de justiça; l) configurações de parentesco e de base familiar, em variados recortes temporais, como elemento subjacente na composição do recrutamento da

população analisada, apesar de se tratar de uma elite profissional; m) fenômenos do bacharelismo e das disputas parentelas como fundamentais para a estruturação inicial do judiciário sergipano; n) ocupação direta de cargos eletivos e de indicação política mais marcada no início do século XX, mas aos poucos dirimidas na segunda metade do século XX.

Dessa forma, é possível compreender da totalidade de características, padrões e variabilidades longitudinais aqui dispostos, que os recursos mais proeminentes que viabilizam o recrutamento dos indivíduos ao cargo de desembargador foram, a princípio, considerando o final do século XIX e primeira metade do século XX, centralizados na detenção de um perfil de carreira iniciado já dentro do Estado (enquanto promotor ou juiz de Direito); na formação acadêmica em instituições com perfil de construção magistrática (tais como as Faculdades de Direito da Bahia e Pernambuco) e numa articulação com ocupação de cargos de chefia institucional, eletivos e/ou de indicação política (chefia policial e secretariado de governo, por exemplo). De modo gradativo, num período que compreende sobretudo a segunda metade do século XX, as mudanças de perfil de formação acadêmica e profissional denotaram a retradução desses recursos, que a esse período se centraram basicamente num perfil de carreira construído fora da esfera do Estado, associado essencialmente à advocacia; numa formação acadêmica ainda associada a uma influência de construção magistrática, mas deslocada de um eixo de influência externo para estar associada a Sergipe (mais especificamente com a Faculdade de Direito de Sergipe e a Universidade Federal de Sergipe) e numa articulação de posições de chefia institucional intraprofissional.

Vale destacar, contudo, que desses conjuntos de recursos apenas a questão das parentelas apresenta uma lacuna interpretativa. Tal como aludi no capítulo II, os grupos de base familiar foram fundamentais para a estruturação do espaço jurídico sergipano em seu período de nascimento junto à república, visto que era dos arranjos das disputas entre as parentelas em que se configuravam os apoios dos indivíduos que postulavam a ocupação de esferas de poder no Estado, nesse caso a se dizer o cargo de desembargador. Entretanto, tanto Lewin (1987) quanto Petrarca (2017) aludem claramente a tais disputas de parentelas enquanto fenômenos historicamente marcados, que melhor definem as dinâmicas políticas atreladas ao final do século XIX e início do XX. Pensamento esse que associado com a noção de “profissionalização” enquanto um processo evolutivo de autonomização e racionalização dos espaços profissionais, incute a uma preliminar tomada interpretativa de consideração de como se deu a passagem dessas redes de relações de parentela para uma rede de relações de base profissional na formatação do espaço jurídico em Sergipe.

Mas como evidenciei no tópico anterior, a elite jurídica aqui analisada apresenta em momentos históricos diversos, confluências com questões parentais, de base familiar muito evidentes. Isso se torna um ponto de inflexão com relação a esse sentido de passagem de um momento de menor racionalização e influência política no espaço jurídico, para um de maior autonomia e menos influência política em sua configuração; para a qual relanço as perguntas anteriormente feitas e que só no próximo capítulo deverão ser prontamente respondidas: se essa autonomização do espaço profissional ocorreu efetivamente da maneira como se desenha, de que forma as disputas das redes de parentela se retraduziram na formulação de redes profissionais? As parentelas deixaram de compreender forte influência na assumpção das disputas pelos espaços de poder no judiciário nesse mesmo período de transição do perfil da magistratura? Qual o real significado de uma incidência parental com a proporção aqui representada para uma população de tamanho reduzido e, teoricamente, de acesso mais dificultado? Até onde a noção de “meritocracia” é capaz de definir as formas de ascensão e acesso ao cargo de desembargador efetivamente, sem se prestar à observação das ligações de parentela que lhes são proeminentes?

Enfim, esse conjunto de informações e questionamentos denotam as características basilares que entremeiam a esfera de justiça sergipana a longo prazo. A aplicação do método prosopográfico permitiu, então, neste capítulo, consolidar as bases de uma interpretação holística a respeito dessa esfera profissional, evidenciando padrões e suas variações mais gerais com o decurso temporal que traduzem as mobilizações dos recursos sociais para a configuração dessa elite jurídica. Contudo, se torna necessário, no próximo capítulo, pautar a discussão de modo a se abarcar os casos biográficos que melhor exprimem esse conjunto de padrões e variabilidades verificadas na totalidade analítica prosopográfica, como também aportar paralelamente a lacuna interpretativa do significado da política de parentelas na configuração dessa população analisada. Dessa conjunção de perspectivas se poderá, finalmente, compreender de maneira coesa e detalhada como se presta o processo de tornar-se desembargador.

5. CAPÍTULO IV - PARENTELAS, DISPUTAS POLÍTICAS E COMPOSIÇÃO DO JUDICIÁRIO SERGIPANO NO PERÍODO REPUBLICANO

A construção da presente dissertação se pautou por uma preliminar lógica de evidenciação sócio-histórica em que se atestara ao largo e recíproco convívio entre a área profissional jurídica e o universo da política, bem como a contextos de formação e institucionalização do judiciário e de gênese da figura dos desembargadores no Brasil e em Sergipe. De maneira subsequente foi proposta a aplicação do método prosopográfico a fim de se equacionar mais objetivamente os usos dos recursos sociais associados ao processo de tornar-se desembargador ao longo do tempo. Ou seja, por um lado, se constituíram os elementos fáticos que notabilizam a visualização dos entrelaçamentos dos espaços profissionais com diferentes espaços de poder, e por outro, se propôs a compreensão mais detida dos modos como se configuraram efetivamente as variações, padrões e características formativas da elite jurídica sergipana ao longo do tempo.

Nesse ínterim, o objetivo desse capítulo, como já dito, será o de melhor situar os dados formulados pelo banco de dados prosopográfico, de maneira a agregar uma visualização das referidas mudanças de perfil profissional, que se subdividem entre uma mais marcada pela primeira metade do século XX e outra caracterizante da segunda metade do século XX e início do XXI. Essa articulação melhor traduzirá tais mudanças ao longo do tempo. Portanto, se trata de um esforço em erigir exemplificativamente as mudanças de padrão e características de construção profissional de modo mais clara, com a disposição de elementos fáticos que lhes deem respaldo.

De modo objetivo, os percursos biográficos serão aqui abarcados de modo congregado tanto aos aspectos atinentes às lacunas da interpretação da influência das redes de base familiar anteriormente aventados, quanto com os recortes sócio históricos que serão condensados em blocos que congregam os períodos de 1889-1934, 1935-1945, 1946-1985 e 1986-2018. Esses irão melhor enquadrar tais trajetórias biográficas aos contextos sócio históricos correspondentes, em perspectiva correlata ao modo como se trabalhou no capítulo II.

Nesse caso, será reivindicada uma convergência das biografias de João Maynard, Hunald Santaflor Cardoso, Artur Oscar de Oliveira Déda, Fernando Ribeiro Franco, Cláudio Dinart Déda Chagas e Edson Ulisses de Melo aos contextos histórico-políticos em que se inserem. Como veremos, suas trajetórias refletem melhor não apenas um conjunto de disposições relativas a um perfil profissional, de entrada na esfera jurídica, mas também dão fundamento ao princípio de entrelaçamento da esfera política e da justiça.

5.1 DAS PARENTELAS AOS AGRUPAMENTOS POLÍTICOS E A RECONFIGURAÇÃO DAS ANTIGAS ALIANÇAS - 1889/1934 e 1935/1945

De modo preliminar, iniciarei a discussão retomando as disputas de políticas protagonizadas pelos agrupamentos dos “Cabaús” e “Pebas”, que definiu os contextos de disputas e arrumação das instâncias de poder do Estado num período que compreende mais particularmente os anos de 1889 e 1906. Tais arranjos podem ser reapreciados, dessa vez de maneira mais sintética, no quadro que segue:

| CABAÚS | PEBAS |
|--|---|
| Desembargador representante do grupo: Guilherme de Souza Campos | Desembargador representante do grupo: Gumercindo Bessa |
| Principais lideranças: Coelho e Campos/Olímpio de Souza Campos | Principais lideranças: Oliveira Valadão/Martinho Garcez |
| Principais quadros: Guilherme de Souza Campos Coelho e Campos Olímpio Campos José Calazans Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel | Principais quadros: Gumercindo Bessa Sílvio Romero Fausto Cardoso Oliveira Valadão Martinho Garcez |
| Agrupamento formado por “adesistas”, ex-monarquistas que aderiram à república | Agrupamento formado por bacharéis que foram republicanos clássicos |
| Mobilizou setores ligados aos engenhos do interior do Estado | Mobilizou bacharéis e setores médios urbanos |
| José Calazans (Presidente de Estado em 1892): Deposto em 1894 por não apoiar Oliveira Valadão (líder do grupo oposicionista) ao senado, fato que contrariou o Presidente republicano Floriano Peixoto, pois Oliveira Valadão era amigo de Floriano desde o período da Guerra do Paraguai. | Oliveira Valadão (Presidente de Estado em 1894): Não recebeu apoio de José Calazans para o senado. Acirrou as disputas com os cabaús e conseguiu subir ao poder em 1894, mas logo saiu, em 1896. Deu lugar a Martinho Garcez, uma das lideranças de seu bloco, que ficou até 1899. |
| Período marcado pela existência de dois poderes paralelos – um no interior do Estado sob domínio Cabaú e outro na capital sob domínio dos Pebas. | |
| Martinho Garcez (liderança dos Pebas) viabiliza um acordo mútuo junto a Olímpio Campos (liderança Cabaú), onde receberia apoio para o senado e abriria caminho para Olímpio ser Presidente de Estado. | |
| Firmado o acordo, Olímpio Campos se torna Presidente de Estado. Guilherme de Souza Campos se torna desembargador e o domínio olimpista impera por volta de dez anos. O equilíbrio é quebrado pela forte repressão dos Cabaús e a prisão de três cunhados do desembargador deposto, Gumercindo Bessa. | |

Fonte: Dantas (2004, 2009); Barreto (2004); Lima (2016a)

De modo básico, o princípio a ser averiguado nessa arrumação mais sintética é o de que as redes de base familiar foram fundamentais na interligação entre as esferas da justiça e da política naquele período, ou em outra perspectiva, compreenderam um recurso extraprofissional capaz de interligar essas duas esferas. Não por acaso, o capítulo II foi responsável por destrinchar tais interconexões a partir da visualização de que tanto os “Cabaús” quanto os “Pebas” eram agrupamentos que conseguiam convergir diferentes parentelas em seu interior. Essa referida heterogeneidade permitiu, por exemplo, a construção de um *background* político mais amplo para as figuras dos desembargadores Guilherme Campos e Gumersindo Bessa, os quais, em maior ou menor sucesso, articularam esses agrupamentos de modo a interferir na composição do nascente Tribunal de Justiça de Sergipe.

As disputas refletidas nesse período, como já discutido, tiveram seu ápice com os assassinatos de Olímpio Campos e Fausto Cardoso no ano de 1906. Contudo, alguns aspectos devem ser recolocados para fazer sentido na abordagem das próximas trajetórias biográficas dos desembargadores, os quais serão referenciados como casos exemplificativos das mudanças de perfil profissional, dos padrões e dinâmicas atinentes aos modos de funcionamento do espaço jurídico sergipano.

De modo inicial, merece destaque o fato de que Olímpio Campos, no período em que comandou o Poder Executivo estadual (1899-1902), conseguiu concentrar poder a ponto de comandar e controlar o quadro partidário a favor de seus interesses, em razão das articulações que conseguiu estabelecer com esfera federal dada a efetividade da “política de governadores” no governo Campos Sales. Tais condições o respaldaram na possibilidade de indicar Josino Menezes, até então seu secretário geral de governo, enquanto candidato ao Poder Executivo do Estado, mesmo que à revelia de seus correligionários e demais lideranças de sua base, como Leandro Riberio de Siqueira Maciel e Coelho e Campos. Esse último, inclusive, formula uma candidatura ao senado que se torna vitoriosa em 1906, pois em paralelo contou também com a vitória de Fausto Cardoso (opositor clássico de Olímpio) na Câmara dos Deputados, dando envergadura à oposição “olimpista”.

Josino Menezes comanda o Estado entre os anos de 1902-1905 e respalda o apoio anteriormente recebido de Olímpio ao indicar o irmão desse, o desembargador Guilherme de Sousa Campos, como candidato sucessor ao Poder Executivo estadual. Guilherme vence as eleições, mas nas proximidades do fim de seu governo se vê envolto a antagonismos e tensões políticas que desembocaram nos já referenciados assassinatos do então deputado Fausto Cardoso e de seu irmão, à época senador, Olímpio Campos, no ano de 1906.

Faço valer a retomada desse quadro histórico para reintroduzir a lógica de arrumação dos arranjos políticos nesse início de século, pois os mesmos irão reverberar expressivamente nas formulações do cenário político geral em décadas seguintes e são significativos para compreensão de alguns elementos que evidenciam uma passagem de perfil de atuação profissional na esfera jurídica, da primeira metade do século XX para a sua segunda metade.

O intervalo de transição para o Estado Novo (1937-1946), por exemplo, apresentará um par de oposição política representado no bloco de apoio tanto a Augusto Maynard (tenente responsável pelas agitações militares da década de 1920 em Sergipe e futuro Interventor do Estado; sobrinho do desembargador João Maynard) quanto no bloco de apoio a Graccho Cardoso (Presidente de Estado no período de eclosão das revoltas tenentistas; irmão do desembargador Hunald Santaflor Cardoso). Desses, serão evidenciados traços de atuação dos indivíduos na esfera política e de justiça a partir da visualização das dinâmicas de alianças que embasa o referido período. Percebe-se de antemão que essas são configurações políticas que descendem das clássicas disputas entre “Cabaús” (olimpistas) e “Pebas” (valadonistas), protagonizadas em décadas anteriores.

De maneira sintética, Guilherme Campos conclui o mandato (1905-1908), e mesmo depois de tamanhas atribulações em seu governo, teve condições de fazer de seu correligionário, José Rodrigues da Costa Dória, sucessor para assumir o Poder Executivo. Essa seria a última vez em que se perceberia uma interferência mais direta do grupo “olimpista” na assumpção de um cargo dessa grandeza na esfera política. Rodrigues Dória administrou o Estado entre os anos de 1908-1911, ao fim de seu mandato, governos de oposição ao domínio “olimpista” passaram a ser predominantes. Isso significou o refortalecimento de Oliveira Valadão (uma das antigas lideranças do período dos “Pebas”), que voltaria a governar Sergipe entre 1914-1918.

Durante sua administração, Oliveira Valadão articula uma permuta com o tenente-coronel e senador à época, Pereira Lobo. Esse acordo se operou ao fim do mandato de Valadão, o qual passou ao senado, e aquele, por sua vez, se tornou presidente de Estado (DANTAS; 2004, 1974). Lobo então governa entre os anos de 1918-1922, mas não renuncia ao cargo mesmo com o falecimento de Valadão em 1921 e a consequente abertura da cadeira ao senado. Pelo contrário, opta por apoiar o deputado federal Graccho Cardoso à referida vaga. Ou seja, Pereira Lobo viabiliza um novo “rodízio político iniciado anos atrás com o velho Valadão” (DANTAS, 1974, p. 27). Não por acaso a nova permuta acontece de modo a reestabelecer Pereira Lobo no senado e consagra Graccho Cardoso presidente de Estado em 1922.

Exatamente no contexto de administração de Graccho Cardoso que merecem ser destacados alguns elementos. A se dizer preliminarmente, o fato de que a década de 1920 é

marcada sobremaneira pelas revoltas tenentistas. Nesse perspectiva, o tenente Augusto Maynard despontará como principal opositor ao governo de Graccho, a ponto de formular duas revoltas, sendo uma dessas de maior efetividade em que se resultou na composição de uma junta governativa que depusera Graccho do governo por ao menos 21 dias. Dantas (2004, p. 42) descreve que Augusto Maynard gozava “de grande popularidade dentro e fora do quartel” mesmo depois das revoltas por ele coordenadas terem sido dirimidas e seus articuladores presos. Maynard conseguia sintetizar anseios populares ligados às revoltas tenentistas da época. Perpassada tamanha agitação, Graccho consegue enfim terminar seu governo no ano de 1926, mas já sem forças políticas para conseguir catapultar um nome como seu sucessor ou mesmo para conseguir voltar ao senado.

Nesse quadro de dissensos políticos, o presidente da república Artur Bernardes decide pela indicação do diplomata sergipano Cyro Franklin de Azevedo, que estava distanciado do cenário político local e, portanto, poderia apaziguar o quadro político. Mas poucos meses depois de sua posse acaba falecendo. Aproveitando a brecha do falecimento de Cyro Azevedo, o deputado Manoel Dantas articula sua candidatura junto ao poder central e consegue se sagrar presidente de Sergipe entre 1927-1930. A nova gestão foi caracterizada por uma série de dificuldades de nível político e econômico, mas a seu fim teria logrado maior sucesso com a indicação da chapa vitoriosa de Francisco Porto se não tivesse sido eclodida a Revolução de 30 que impediu a assumpção do cargo pelo mesmo.

O período de intervencionismo teve como resultado não apenas a tomada efetiva do poder do Estado por Augusto Maynard, como também resultou numa remodelação da política estadual. Aqui vale menção a alguns elementos que denotam essa remodelação e em certo grau transmitem algumas fraquezas nos modos que se firmaram alianças pelo Poder Executivo estadual, como também evidenciam dinâmicas de poder político e seus consequentes reflexos numa compreensão relativa ao perfil profissional dos desembargadores sergipanos nessa primeira metade do século XX.

De modo sintético, Augusto Maynard e Graccho Cardoso formaram na década de 1920 pares de oposição muito evidentes na esfera política. Cardoso, como dito, iniciou sua carreira política no Ceará, onde foi deputado estadual, deputado federal e secretário da fazenda no governo de Antônio Pinto Nogueira Acioli, ou seja, participou de uma das oligarquias mais influentes na região nordeste; em Sergipe fez parte de uma rede de influência política capitaneada por Pereira Lobo e Oliveira Valadão, do qual foi partícipe de um sistema de permutas de cargos no senado e no executivo. Augusto Maynard, por sua vez, adentrou a vida política por intermédio de sua militância nas revoltas tenentistas da década de 1920, para as

quais o combate ao domínio oligárquico era elemento de proa; liderou duas revoltas tenentistas naquele período, sendo que em uma delas conseguiu criar uma junta governativa que depusera por mais de 20 dias Graccho de suas funções executivas. Nesses termos, o tenente foi o grande opositor de Graccho no período que compreende a década de 1920.

Contudo, Augusto Maynard, ao momento em que chega ao Poder Executivo estadual por intermédio da Revolução de 1930, se vê obrigado a ampliar suas bases de apoio político. Dantas (2013) demonstra que apesar das inúmeras tentativas, Maynard não logrou em formar um sistema de alianças com maior expressão política e social. Os setores ligados ao açúcar, por exemplo, não foram amplamente incorporados apesar dos constantes acenos da parte do Poder Executivo em dar centralidade às suas pautas de interesse. Pelo contrário, já se articulavam por fora da esfera de influência do interventor.

Mesmo com a figura do tio, o desembargador aposentado (mas ao período, secretário geral de governo) João Maynard, que tinha uma maior possibilidade interlocução com esses setores em virtude de ter sido casado com Dorechete Campos, a filha de Guilherme de Souza Campos; essas alianças não se concretizaram de maneira efetiva. O antigo setor açucareiro do Estado aos poucos se modernizava e transformava as antigas fazendas de açúcar em pequenas usinas, arregimentando, então, na virada para a segunda metade do século XX, uma poderosa força política e econômica no Estado.

De maneira ampla, percebe-se que os decênios posteriores àqueles que marcaram os embates entre “Cabaús” e “Pebas” transitaram para uma esfera de influência ainda marcada pela descendência dessas configurações. Se por um lado não é prudente se tratar de uma identificação continuada dos indivíduos enquanto “Pebas” ou “Cabaús” no decorrer dos anos às mortes de Olímpio e Fausto, por outro lado, é possível destacar como esses agrupamentos se retraduziram em termos de alianças firmadas nas décadas posteriores.

Como dito, Graccho Cardoso advém de uma rede de influência política capitaneada por Pereira Lobo e Oliveira Valadão, de onde esse último foi liderança destacada dos “Pebas” no início da república. Vale lembrar que os “Pebas” mobilizavam mais amplamente os setores médios urbanos, fator esse que não se altera tão significativamente quando se descreve o *background* político de Cardoso na década de 1930, para o qual Dantas (2013) alude que o mesmo detinha, à época, de maior influência entre proprietários rurais e urbanos.

Noutro flanco, vale ser elencado o fato de que Augusto Maynard adentra à vida política por intermédio das revoltas tenentistas da década de 1920, para a qual se acenava a um confronto à lógica política oligárquica. Mesmo com as possibilidades de articulação que poderiam ser realizadas pelo tio João Maynard com antigos blocos de influência ligadas ao

olimpismo, que como vimos, era previamente compreendida por setores rurais (por isso a denominação “Cabaús”, em referência ao melaço da cana), Augusto Maynard não consegue firmar essas articulações e os usineiros se tornam gradativamente forte setor de oposição à sua interventoria.

A eleição de 1934 é, portanto, um período de virada política. Dela se desenham dois campos de influência e de poder, sendo um dos “situacionistas” e outro dos “usineiros”. Os situacionistas agregavam variados setores sociais, pois esses viam na plataforma de governo interventor “alguns itens que dificilmente seriam subscritos pelos usineiros” (DANTAS, 2013, p. 91), a exemplo do desejo de maior mediação do Estado em interesses coletivos. Os usineiros, por seu turno, apresentavam uma plataforma de governo mais voltada a uma ordem econômica interconectada aos interesses rurais. Dentro dessas condições, Graccho Cardoso, de maneira até surpreendente, apoia seu rival de tantos anos, o então interventor Augusto Maynard. A razão para tal se conecta ao fato de que os setores médios urbanos que lhe davam respaldo político estavam mais afinados com a plataforma de governo situacionista.

Aqui vale destacar que, tanto Graccho quanto Maynard, serão apenas as matrizes de visualização desse momento de virada da balança de influência e poder político no Estado. Foram eles os últimos representantes de uma lógica de disputa política que mantinha uma mínima descendência com as dinâmicas do início da república, que passou da dimensão das parentelas para a dos agrupamentos políticos e que agora estavam em processo de reconfiguração dessas antigas alianças. A consequente vitória dos usineiros na figura do interventor Eronides de Carvalho no ano de 1934, abriu um novo período de formulações de poder político para além dos impactos que já haviam sido gerados pela Revolução de 30.

Nesse quadro, a figura do tio de Augusto Maynard, o desembargador João Maynard, pode ser traduzido de três maneiras: a) como a de um representante da parentela associada a Maynard, com capacidade de articulação com instâncias de poder paralelas ao Executivo; b) como a de uma figura de mediação dos blocos de sustentação política do sobrinho, ainda que não tenha logrado em êxito efetivo nesse ponto; c) como representante de um perfil profissional que melhor demarca os padrões suscitados nas análises prosopográficas relativas à primeira metade do século XX, visto que nele se concentram características de atuação política mais direta (foi secretário geral do governo de Augusto Maynard); características de uma formação profissional que se inicia em carreiras ligadas ao Estado e amplamente integradas aos postos jurídicos em Sergipe (foi juiz de Direito na comarca de Japaratuba e juiz municipal no termo de Itabaianinha), como também assinala a característica de ocupação de diferentes postos de

chefia institucional não associados diretamente à carreira magistrática (foi chefe de Polícia em duas oportunidades, diretor do Banco de Sergipe e inspetor do Tesouro do Estado).

Desse conjunto de dimensões da biografia de João Maynard, apenas sua formação acadêmica foge à média estabelecida, pois ele se bacharelou pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, enquanto que o padrão de formação acadêmica na primeira metade do século XX está mais associado às Faculdades de Direito do Recife e da Bahia. O verbete biográfico abaixo pormenoriza as disposições aqui destacadas; vejamos:

VERBETE BIOGRÁFICO – JOÃO MAYNARD

João Maynard nasceu no Engenho Saco, município do Rosário do Catete (SE), no ano de 1878. É filho de João da Silva Maynard e D. Josefa Rodrigues Maynard. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu os cargos de Juiz Municipal do termo de Itabaianinha; Chefe de Polícia, no último ano do governo do Dr. Josino Menezes (1905); diretor do Banco de Sergipe, entre os anos de 1906 e 1908; inspetor do Tesouro do Estado. Posteriormente foi Juiz de Direito da Comarca de Japarutuba até o ano de 1908. No governo de José Rodrigues da Costa Dória, ocupou novamente o cargo de chefe de Polícia. Em 1911 foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação do Estado, do qual foi o seu presidente no ano de 1916. No exercício da Desembargadoria acumulou o cargo com o de Procurador Geral. Após a revolução de 1930, na Interventoria do Tenente Augusto Maynard Gomes, exerceu o cargo de Secretário Geral do Estado, que só deixaria com o seu falecimento, no ano 1933, na cidade de Aracaju.

Fonte: Guaraná (1925); Barreto (2004, 2008); IHGSE (1913); Dantas (1974, 2013)

Por outro lado, o irmão de Graccho Cardoso, o desembargador Hunald Santaflor Cardoso, será representativo de um perfil de transição das características mais marcadas da primeira metade do século XX, para aquele que melhor se atesta na sua segunda metade do referido século. A princípio vale comentar que Hunald Cardoso se torna desembargador do Estado no ano de 1935, ao início do governo de Eronides de Carvalho. Um ano antes, em 1934, vale lembrar, Hunald era deputado estadual em Sergipe e seu irmão Graccho, naquele mesmo período, firmou apoio a Maynard. Como se percebe, isso não denotou um total empecilho a uma articulação do bloco dos Cardoso junto a nova administração na figura de Eronides, pelo contrário, demonstra que esses puderam se articular pelos dois lados da balança de influência política no período.

Levantados tais antecedentes, vale agora referenciar os aspectos biográficos desse desembargador, que podem ser sintetizados do seguinte modo: a) representante da parentela associada a Graccho Cardoso, sendo capaz de ampliar as esferas de articulação do irmão; b) marcada atuação em esferas de direção institucional de caráter político (foi secretário geral no governo de Graccho, diretor fiscal do Banco Estadual de Sergipe, intendente de Aracaju, etc.); c) reflete um perfil de iniciação profissional, assim como João Maynard, congregado a carreiras formadas dentro do Estado (foi promotor público da comarca de Cachoeira/RS e também de

Aracaju); d) por fim, a característica de formação profissional que melhor o habilita a figurar como exemplo de transição de perfil profissional se associa às instâncias intraprofissionais que assumiu depois de ser indicado à desembargadoria (foi por três oportunidades corregedor geral de justiça e uma vez seu vice-presidente; também foi membro do Tribunal Regional Eleitoral e por seis vezes foi seu presidente; e por dez oportunidades foi o presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe). O verbete biográfico abaixo detalha tais disposições aqui destacadas; vejamos:

| VERBETE BIOGRÁFICO – HUNALD SANTAFLOR CARDOSO |
|--|
| <p>Filho de Brício Maurício de Azevedo Cardoso e Mirena Cardoso e irmão de Graccho Cardoso. Nasceu no ano de 1894, no município de Estância, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1918. No mesmo ano em que colou grau assumiu o posto de Promotor Público da Comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul. Em 1919, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Aracaju.</p> <p>Na esfera política ocupou os cargos de Interino da Diretoria Geral dos Correios do Distrito Federal (1914), Intendente de Aracaju, Consultor Jurídico Interino do Estado de Sergipe (1919), Inspetor Fiscal do Conselho Superior de Instrução do Liceu Alagoano (1920), Inspetor Fiscal do Conselho Superior de Instrução do Atheneu Pedro II (1921), Secretário Geral do Governo do Estado (1922), Diretor Fiscal do Governo do Estado de Sergipe junto ao Banco Estadual de Sergipe (1923), Chefe de Polícia Interino do Estado de Sergipe (1924), Deputado Estadual, Procurador Geral do Estado (1934), Interventor Federal no Estado (1945).</p> <p>Nomeado desembargador em 1935. Ocupou por três vezes o cargo de Corregedor Geral da Justiça (1950, 154 e 1958) e uma vez a Vice-Presidência (1956). Foi membro do Tribunal Regional Eleitoral, sendo seu Vice-Presidente em 1945 e Presidente por seis vezes (1946, 1950, 1952, 1956, 1961 e 1963). Presidente do TJ/SE por 10 vezes, primeira delas em 1946 e, posteriormente, em 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1953, 1955, 1957 e 1964. Se aposentou no ano de 1964 e faleceu no ano de 1973.</p> |

Fonte: Barreto (2004, 2008); Acervo do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe

Retomando o quadro histórico, vale dizer que a ascensão do novo interventor Eronides de Carvalho em 1935, apesar de transparecer uma grande contradição em termos de orientação política em relação à esfera federal por ser atrelada a antigos grupos conservadores e oligárquicos sergipanos, se explica pelo fato de que àquele período essa orientação convergiu com um “momento em que o governo federal parecia interessado em golpear os esquerdistas, a sua vitória tornou-se bastante conveniente a Vargas” (DANTAS, 2004, p. 85). O governo de Eronides de Carvalho se iniciou por uma prévia desarticulação dos feitos de Maynard e posteriormente por uma forte repressão aos oposicionistas da interventoria. Isso significou, por exemplo, a deposição de prefeitos que não fossem de sua confiança e até mesmo transmissão do poder das municipalidades para as mãos de senhores do açúcar (DANTAS, 2004). Seu governo perdurou entre os anos de 1935 e 1941, quando foi obrigado pelo poder central a renunciar ao cargo em razão de irregularidades fiscais.

Nesse cenário, Milton Pereira de Azevedo é indicado como novo interventor, pois recolocar Augusto Maynard de maneira imediata à interventoria poderia gerar ainda mais desequilíbrios a nível político. Dessa forma, transcorre-se um ano até que Vargas exonera

Milton Azevedo e passa o poder novamente para Augusto Maynard. Os setores açucareiros anteriormente ligados a Eronides de Carvalho já haviam procurado maior aproximação com a administração de Azevedo; Maynard, nessas condições, aproveita as aberturas e firma uma melhor interlocução com tais setores, o que se transparece mais claramente na aproximação com uma dessas lideranças, o usineiro Gonçalo Prado Rollemberg (DANTAS, 2013).

O novo governo Maynard perdura do ano de 1942 até 1945, quando do fim do Estado Novo. Até o cumprimento do calendário eleitoral, governantes provisórios foram investidos do poder do Estado, entre eles o desembargador Hunald Santaflor Cardoso, que naquele período era presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Dentro desse novo cenário, os setores rurais vão demarcar um novo quadro de disposições políticas, pois anteriormente esboçaram sua influência em intermediários como Eronides de Carvalho. A nova conjuntura, contudo, era absolutamente propícia para um domínio direto que começa a se projetar de maneira mais organizada ainda na década de 1940.

Enfim, a discussão erigida nesse tópico buscou se pautar na compreensão agregada entre dinâmicas políticas e evidenciação de perfis profissionais. Os percursos biográficos dos desembargadores aqui aventados melhor representaram as mudanças de padrão e características de construção profissional da carreira de desembargador ao longo do tempo, de maneira a ser entrelaçado tal prognóstico com as possibilidades de articulações desses indivíduos com esfera política. Nesse caso, puderam ser contatadas mais claramente as formas como se operaram episódios de sustentação política que tomaram por base um elemento familiar para tal, o que reforça o princípio de que justiça e política são interconectadas pelo elemento de base familiar. Ou ainda, atesta que a “parentela”, entendida enquanto um fenômeno histórico marcado, aos poucos se retraduziu nas lógicas de agrupamentos políticos e posteriormente compreendeu o princípio de base familiar na composição da interligação entre justiça e política como elemento fundamental na continuidade desse tipo de articulação.

5.2 DO MOSAICO DE ALIANÇAS À ORGANIZAÇÃO DE NOVOS DOMÍNIOS POLÍTICOS – 1946/1985 e 1986/2018

Esse tópico dará continuidade à mesma perspectiva anteriormente lançada, mas nesse caso, abarcando um recorte temporal que faz referência principalmente à segunda metade do século XX e início do XXI. Os desembargadores Fernando Ribeiro Franco, Artur Oscar Déda, Claudio Dinart e Edson Ulisses, serão, portanto, casos representativos desse novo perfil de construção profissional considerado na segunda metade do século XX. Também aportarão ao

mesmo conjunto de características de vinculação política/familiar que são fundamentais para uma articulação entre essas duas esferas. Nesse sentido, vale dar continuidade à reconstrução histórico política anterior, visto que dela será possível continuar a visualizar as alianças políticas firmadas ao longo do tempo e como essas impactaram os arranjos políticos que compreendem maior parte dessa segunda metade de século.

É importante constatar que o quadro de alianças que se constituiu com a queda do Estado Novo se operou inicialmente por uma reorganização dos grandes agrupamentos, o que significou a grosso modo a evidenciação de um novo par de antagonismos políticos, representados na campanha de 1947 entre as lideranças de Francisco Leite Neto e Leandro Maciel. O primeiro, foi secretário geral de governo na segunda passagem de Augusto Maynard pela interventoria e integrava o PSD (Partido Social Democrático) que nacionalmente apoiava Eurico Gaspar Dutra; o segundo, por seu turno, integrava a UDN (União Democrática Nacional) que apoiava nacionalmente o brigadeiro Eduardo Gomes, fez parte do antigo governo de Manoel Dantas (1927-1930), e seu pai, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, também conhecido como o “Patriarca da Serra Negra” (DANTAS, 2009), era um ex-monarquista que havia sido importante quadro político na composição dos “Cabaús” no início da república.

Nesse cenário elege-se governador do Estado, no ano de 1947, José Rollemberg Leite, o qual integrava o PSD e recebia apoio de Francisco Leite Neto. Esse resultado demonstrou o peso que a formação da parentela entre as famílias Leite e Rollemberg poderia exercer, pois como indica Dantas (2004), o PSD era proporcionalmente menor que a UDN, mas mesmo assim consegue ganhar o pleito àquela época. O mandato de José Rollemberg Leite se estende de 1947 até 1951, tendo a UDN, liderada por Leandro Maciel, como grande bloco de oposição.

No pleito de 1951, ou seja, ao fim do mandato de José Rollemberg Leite, ocorre uma eleição extremamente acirrada entre Arnaldo Garcez (situacionista e um dos fundadores do PSD) e Leandro Maciel (oposicionista e líder da UDN). O bloco situacionista sai vitorioso mais uma vez, de maneira a comandar o Estado entre os anos de 1951 e 1955. Entretanto, o nível de animosidade entre situação e oposição ganhara um tom mais renhido. Os udenistas acirram as tensões políticas e proporcionalmente o bloco situacionista utiliza do aparato coercitivo do Estado para combatê-los.

Ainda que sem especificar, Dantas (2004, p. 127) chega a destacar que essas animosidades ganhavam ainda mais corpo por conta da “parcialidade de juízes e desembargadores que se deixavam envolver pelo partidarismo”, ou ainda, “o partido que tivesse mais simpatizantes nos tribunais tenderia a vencer os pleitos”. Para esse período, os dados biográficos de ligação partidária convergem explicitamente apenas nos desembargadores Pedro

Barreto de Andrade (que chegou a ser secretário de segurança pública no governo de Arnaldo Garcez, antes de se tornar desembargador em 1964) e Gervásio de Carvalho Prata (que se tornou desembargador em 1930 em plena gestão de Augusto Maynard), os quais integraram o PSD (bloco político que apoiou localmente a interventoria de Augusto Maynard e a nível nacional apoiou Eurico Gaspar Dutra).

O clima de animosidade era refletido também na esfera federal. O presidente Getúlio Vargas não mais gozava da mesma base partidária de outrora, sofrera com as pregações por seu *impeachment* e teve no atentado a Carlos Lacerda, principal liderança da UDN a nível nacional, seu momento de maior instabilidade política. O acometimento do suicídio de Vargas em 1954 parecia ter reoxigenado o bloco situacionista, visto que a população ligava o referido episódio a uma culpa direta dos udenistas. Contudo, as articulações que já vinham há muito tempo sendo firmadas por Leandro Maciel no interior do Estado garantiram que mesmo com baixíssima margem de votos, os udenistas saíssem vitoriosos no pleito referente ao ano de 1955.

O governo Maciel, que se prolongou de 1955 até 1959, ficou marcado pela truculência com que penalizava os opositores. Ainda assim, consegue firmar a sucessão no nome de Luís Garcia, que sendo de um perfil de práticas políticas menos truculentas, passou a comandar o Estado entre os anos de 1959 e 1962. No plano nacional, Leandro Maciel chega a ser cotado a integrar como vice na chapa de Jânio Quadros para a disputa da presidência, entretanto, acabou cedendo a pressões opositoras de dentro do próprio partido, lhe obrigando a notificar renúncia à chapa presidencial em 1961. Retorna a Sergipe enfraquecido, não por acaso, nas eleições de 1962, perde espaço para o deputado federal e dissidente udenista, Seixas Dória, o qual se sagra vencedor do pleito daquele ano. Importante perceber nesse cenário que o domínio do PSD (formado sobretudo por bases familiares dos Rollemberg e dos Leite) perdeu a força de outrora. O domínio udenista em Sergipe (formado em grande parte por uma base familiar como a dos Franco) se prolongou muito marcadamente pelas décadas de 1950 e 1960.

A administração de Seixas Dória se caracterizou pela promoção de uma linha reformista bastante convergente com aquela promovida por João Goulart no plano nacional. Ao momento do golpe militar de 1964, Seixas Dória é deposto do cargo em razão dessas afinidades programáticas. Isso influenciou na assumpção do cargo pelo vice Sebastião Celso de Carvalho (do PSD), que mesmo com minoria no parlamento, consegue governar até 1967.

Os Atos Institucionais imprimem no regime político militar uma nova arrumação partidária, agora centrada apenas na ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Em Sergipe a ARENA conseguiu aglutinar grandes parcelas dos setores mais conservadores do Estado, já o MDB encontrava maiores dificuldades

em conseguir agregar novos quadros políticos. Esse processo traduziu um novo processo de dominação tutelado militarmente, visto que os governadores voltariam a ser diplomados apenas por indicações presidenciais.

Dadas tais condições, Lourival Batista se torna o primeiro governador nesse novo período, assumindo o poder entre os anos de 1967 a 1969. Posteriormente Paulo Barreto (integrante da ARENA) se torna o governador da sucessão, ficando no cargo entre 1969 e 1973. Na década de 1970, Augusto do Prado Franco, enfim, surge como um dos mais importantes quadros políticos daquela época. Importante aludir a essa última figura em razão do fato de que a família Franco, como um todo, do final da década de 1940 até o período militar, será catapultada tanto em termos econômicos quanto políticos. Nesse caso, despontam politicamente Walter do Prado Franco (enquanto senador no ano de 1946) e Augusto Franco (enquanto senador no ano de 1970), fatores esses que determinam, portanto, os “sintomas” iniciais de uma futura dominação desse grupo familiar.

Mas antes de se firmar esse cenário, o presidente Geisel escolhe para o comando do Estado no ano de 1975, José Rollemberg Leite, o antigo quadro do PSD que já havia assumido a administração estadual entre os anos de 1947 e 1951. A escolha foi feita por seu perfil conciliador, que convergia com as possibilidades de abertura política que eram sinalizadas pelo regime militar àquele período. Dessa forma, comandou Sergipe nessa segunda oportunidade por entre os anos de 1975 e 1978. Apenas em 1979 é que Augusto do Prado Franco é consagrado governador do Estado. E nesse ponto vale aludir, para além das questões de dominação política que serão mais à frente suscitados, o fato de que Augusto Franco (ou seu bloco familiar como um todo) será a representação mais fiel da ascensão de um perfil político-econômico que marcou sobremaneira o período militar, o do “empresariado urbano” (DANTAS, 2004).

Augusto Franco desde a década de 1960 já tentava trilhar o caminho até a posição de governador do Estado, ao passo que se operava uma expressiva expansão de seu patrimônio, visto que possuía ramificações em empreendimentos no setor têxtil, açucareiro e de comunicações. Esse aspecto aventado, de um perfil empresarial que ascendera desde o período das interventorias varguistas da década de 1940, mas que encontra seu ápice no regime militar entre 1964 e 1985, se opera de maneira concomitante com a mudança de perfil de atuação profissional atestada com os dados prosopográficos relativos aos desembargadores.

Ou seja, a notabilidade de uma mudança no processo de iniciação profissional, agora não mais tão fortemente atrelado às carreiras dentro de Estado, mas sim fomentado por profissões de cunho liberal, como é o caso da advocacia; demonstram que a percepção de um processo evolutivo de uma esfera profissional não pode ficar encapsulada em si mesma. Esse

período abarcará o já referenciado *boom* da advocacia enquanto área de iniciação profissional dos futuros desembargadores. Tal evidenciação reforça a linha argumentativa aqui destacada de que o universo profissional, nesse caso, a esfera da justiça, mantém correlações absolutamente íntimas com dinâmicas de poder externas a sua composição.

Nisso se encaixa a percepção de que a influência de bases familiares nas dinâmicas políticas em diferentes períodos históricos consegue, no fundo, atestar ao fato de que as lógicas de formulação familiar assumem papel “externalizante” das articulações de esferas em tese tão distintas. Em outras palavras, as redes de base familiar podem ser compreendidas como os pontos de interconexão entre a política e a justiça, podem ser entendidas como o ponto tangencial entre dimensões sociais com lógicas de organização tão diferentes, pois como vimos até o momento, o transcorrer completo da república dispôs de claras ramificações familiares na política e na alta corte de justiça de Sergipe.

Como veremos nos casos exemplificativos de Fernando Ribeiro Franco, Artur Oscar Déda, Cláudio Dinart e Edson Ulisses, esses não apenas representam tais mudanças de perfil de construção profissional, como também escancaram a articulações de base familiar entre justiça e política nos tempos atuais. Mas para encaixá-los devidamente ao contexto histórico aqui desenhado é necessário continuar na remontagem das articulações políticas que compreenderam as décadas de 1980 em diante. Nessas condições, abordar Augusto Franco e os impactos do domínio da família Franco nos decênios seguintes pode nos servir como ponto inicial para abarcar esse objetivo.

Uma das características que mais marcam a administração de Augusto Franco foi a de enfraquecimento da oposição e ramificação das esferas de influência política. Os casos representativos desse modo de atuação política podem ser notados, por exemplo, quando o também empresário João Alves Filho, que à época era crítico do governo, cede a pressões de Augusto Franco e sai do bloco de oposição para integrar a base de apoio do seu governo. Tempos mais tarde João Alves lançaria candidatura, mais exatamente no ano de 1982, sob a apoio da referida liderança. Antes de se efetivar a transição de governo, Augusto Franco passa o poder do Estado para o seu vice, Djenal Tavares de Queiroz, a fim de disputar uma vaga como deputa federal, sendo que de modo concomitante os seus filhos, Albano Franco e Walter Franco, são também lançados para o Senado e para a Assembleia Legislativa do Estado respectivamente. Nesse caso, se torna perceptível um modo de atuação política que se propõe a ramificar suas redes de influência e de atuação, as quais tem por base o componente familiar para a ocupação das mais variadas esferas.

João Alves Filho governou entre os anos de 1983 e 1987, nesse meio tempo tentou manter uma certa distância da esfera de influência de Augusto Franco numa manobra para equalizar a balança de poder junto ao bloco dos Franco. Mas esse distanciamento relativo não significou o apoio a quadros políticos que fossem exterior aos arranjos entre os Franco e o próprio João Alves, pois a exemplo de Antônio Carlos Valadares, então vice-governador e ex-secretário de educação do governo de Augusto Franco, saiu vitorioso nas eleições de 1986 em razão de ter sido capitaneado por tais figuras.

Em 1991, João Alves consegue voltar ao poder para um mandato até o ano de 1995. Nessa oportunidade, contou com uma larga aliança partidária em virtude da desistência de Albano Franco em concorrer ao governo para, na ocasião, disputar a vaga pelo senado. Dantas (2004, p. 245) descreve inclusive que “os Franco, que dantes passaram de aliados a adversários, desta vez evitaram hostilizá-lo”. Apenas em 1995 Albano decide concorrer ao pleito de governador, sagrando-se eleito naquela data e conseguindo firmar sua reeleição em 1999 numa disputa contra o próprio João Alves.

Exatamente dentro desse cenário de ramificação da família Franco por entre todas as esferas de poder do Estado na década de 1990 que vale destacar a figura do desembargador Fernando Ribeiro Franco. Como aludi anteriormente, esse desembargador (juntamente com os outros magistrados que deverei explanar logo mais) irá tanto compreender uma parcela do novo perfil de construção da carreira profissional atestada nos dados prosopográficos na segunda metade do século XX, como também será representativo do poderio das ramificações, para além da esfera política, do bloco familiar dos Franco. Desse modo, vejamos no quadro que segue o seu verbete biográfico:

VERBETE BIOGRÁFICO – FERNANDO RIBEIRO FRANCO

Fernando Ribeiro Franco, filho de José do Prado Franco e Lavínia Ribeiro Franco, nasceu no ano de 1939, no município de Laranjeiras, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Sergipe, em 1964. Casado com Marilza Willmersdorf Franco, Fernando Ribeiro Franco foi pai de dois filhos: Maria Cristina Willmersdorf Franco e Carlos Augusto Willmersdorf Franco.

Deputado Estadual nas legislaturas 1962-1966, pela legenda da UDN, e 1966-1970, pela Arena. Em 1965 foi Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e nessa condição exerceu também o cargo de Governador do Estado. No Poder Executivo, Fernando Ribeiro Franco foi Secretário das pastas da Agricultura (1977), Segurança Pública (1978), Gabinete Civil (1979), Justiça e Ação Social (1976). Nesse mesmo período exerceu as funções de membro do Conselho da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (1976) e também do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe (1976).

Como empresário Fernando Ribeiro Franco foi presidente a Agro-Pastoril Calumby (1968-1978), Diretor da Rádio Atalaia de Sergipe (1971-1976), Diretor Geral da TV Atalaia (1974-1976) e Vice-Presidente da Associação dos Criadores do Estado de Sergipe (1977-1978).

Exerceu a advocacia até a sua nomeação como Desembargador em 1980. Já em 1983 foi eleito Corregedor Geral da Justiça, elegendo Vice-Presidente do Poder Judiciário em 1995. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de 1997 a 1999.

Assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe no ano de 1989, adquirindo a condição de haver sido um sergipano que exerceu a chefia dos três poderes, posto que antes de ser Desembargador havia chefiado os poderes Legislativo e Executivo. Faleceu em maio de 2005.

Fonte: Diário Oficial nº 24781 (2005); Barreto (2004, 2008)

Como se percebe, as dimensões biográficas acima assinaladas evidenciam que a família Franco se ramifica para as três esferas de atuação poder (legislativo, executivo e judiciário). Soma-se a isso a perspectiva de que o referido desembargador é primo de Albano do Prado Franco, que na década de 1990, como vimos, foi por duas oportunidades governador do Estado.

Os aspectos mais interessantes que avultam da trajetória de construção profissional de Fernando Franco se associam ao fato de que o mesmo teve grande trânsito político antes de se tornar desembargador. Mas na mesma proporção se percebe uma forte atuação desse indivíduo no setor empresarial. Foi diretor das duas maiores redes de telecomunicação do Estado e ainda ocupou cargos diretivos de instituições ligadas ao setor rural. Para além desses aspectos, sua iniciação profissional se deu inteiramente na advocacia, não perpassando então nenhuma carreira jurídica dentro do Estado de modo inicial. Outro aspecto a ser notado diz respeito a seu trânsito em posições intraprofissionais na esfera jurídica, visto que foi corregedor geral de justiça, vice-presidente do Tribunal de Justiça e presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Para agregar uma visão justaposta dos aspectos biográficos desse desembargador com a de outras figuras da mesma instituição, sem com isso perder o foco do contexto das alianças políticas subjacentes ao período, farei o esforço de elencar os casos biográficos de Artur Oscar Déda, Cláudio Dinart e Edson Ulisses. Esses indivíduos serão também bastante representativos do perfil de construção profissional dos desembargadores na segunda metade do século XX, assim como irão também notabilizar a formação de um bloco político com apelo familiar que contrapõe o domínio da base dos Franco.

Nesses termos, se Albano Franco e João Alves Filho ditaram as configurações políticas de Sergipe no final do século passado, pode-se dizer, entretanto, que Marcelo Déda Chagas será o grande antagonista dessas figuras no século XX e início do XXI. Isso em razão de que as redes de aliança que se firmam com Marcelo Déda possuem um apelo constitutivo um tanto quanto diferenciado daquele apresentado, por exemplo, por Albano Franco. Uma vez que, se esse contou com um contexto de dominação política e econômico de sua base familiar - organizada desde a década de 1940 e que entrou no seu ápice na década de 1980 e 1990 - para fomentar seu domínio, aquele, todavia, constituiu sua base mais notadamente por meio da

militância política e da forte adesão social ao seu partido, o PT (Partido dos Trabalhadores). Marcelo Déda Chagas venceu as eleições de 2006 em disputa com João Alves Filho, que por sua vez havia se tornado governador na gestão pós-Albano Franco, entre os anos de 2003 e 2007.

Nesse ponto é interessante montar uma comparação com os outros pares de oposição política aqui já apresentados. Primeiramente vale citar que, por exemplo, Augusto Maynard e Marcelo Déda podem ser compreendidos a grosso modo como representantes de uma trajetória de ascensão política exterior às configurações de dominação política de suas épocas, ou em outros termos, podem ser entendidos como casos representativos de uma ascensão vinculada à militância política – guardadas suas devidas especificidades. Com relação a Graccho Cardoso e Albano Franco, esses podem também ser tomados de maneira comparativa ao se aludir aos elementos que os capitanearam ao poder do Estado, que se traduzem mais exatamente pela consolidação de redes de apoio e dominação política a longo prazo que firmaram. Contudo, o elemento comum que mais avulta na comparação desses blocos opositivos é o de que o elemento familiar de ramificação em variadas esfera de poder do Estado, que para efeitos do caso aqui trabalho concerne à ocupação dos postos na alta esfera de justiça, é um fenômeno comum, não se atrelando então por qual lógica de ascensão política foi operada necessariamente ou o período temporal abordado.

Para tratar mais objetivamente dessa disposição tendo por referência o governador Marcelo Déda e seu bloco de apoio, as figuras dos desembargadores Artur Oscar Déda, Claudio Dinart e Edson Ulisses, serão agora abarcados a partir de suas trajetórias biográficas. Vejamos preliminarmente os seus verbetes biográficos:

| DESEMBARGADOR | VERBETE BIOGRÁFICO |
|------------------------------|---|
| Artur Oscar de Oliveira Déda | <p>Artur Oscar de Oliveira Déda nasceu em Simão Dias (SE), no ano de 1932. Filho de José Carvalho Déda e de D. Maria Acioly de Oliveira Déda. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe, em 1958. Funcionou com 3º Oficial de Secretaria da Assembleia Legislativa de Sergipe, no ano de 1955, assumindo, depois o cargo de Chefe dos Anais da Secretaria, da mesma Assembleia. Promotor Público substituto na comarca de Aquidabã, no ano de 1958 e Juiz de Direito das Comarcas de Riachão do Dantas (1961), Maruim (1964), Estância (1968) e finalmente da 3ª Vara Cível da Comarca de Aracaju.</p> <p>Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe no ano de 1975. Atuou como Corregedor Geral da Justiça (1977/79) e Presidente do Tribunal de Justiça (1979-1981). Presidiu, também, o Tribunal Regional Eleitoral. Foi o primeiro Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Sergipe.</p> |
| | Natural de Simão Dias/SE, nasceu no dia 09 de junho de 1945, filho de Manoel Celestino Chagas e Zilda Déda Chagas. Em 1974, bacharelou-se em Ciências |

| | |
|-----------------------------------|--|
| <p>Cláudio Dinart Déda Chagas</p> | <p>Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Sergipe. Exerceu a advocacia de março de 1975 a agosto de 1980. Foi vereador no período de 1973/1977. Também foi Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação e Cultura em 1979. Atuou como jornalista no jornal <i>A Semana</i>, logo depois do falecimento do diretor e jornalista José de Carvalho Déda, seu avô materno.</p> <p>Ingressou na magistratura no ano de 1980. Atuou nas Comarcas de Aquidabã, Gararu, Laranjeiras, Itabaiana, Riachuelo, São Cristóvão, Lagarto, Ribeirópolis, Boquim e na 2ª Vara Criminal de Aracaju. De 1995 a 1999, exerceu a função de Juiz Corregedor e também de membro e de presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais e do Conselho de Coordenação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Sergipe. Foi presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe – Amase entre 1999 e 2000.</p> <p>Se tornou Desembargador 2003. Logo após ter sido empossado no cargo, foi Vice-Presidente e posteriormente Corregedor-Geral da Justiça no biênio de 2005/2007. Em 2008, foi empossado Presidente do Tribunal Regional Eleitoral até 2010. Assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe entre 2013 e 2015.</p> |
| <p>Edson Ulisses de Melo</p> | <p>Natural de Porto da Folha/SE, nasceu no ano de 1948, filho de Josino Ulisses de Melo e de Maria Cândida de Melo. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela antiga Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe em 1975. Posteriormente tornou-se pós-graduado em Direito Público e Direito Processual Civil pela Universidade Tiradentes.</p> <p>Foi Procurador Geral do Estado e Chefe da Assessoria Jurídica do Banco do Nordeste. Foi presidente e também foi vice-presidente da OAB/SE e Conselheiro Federal da mesma ordem em três mandatos. É membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM).</p> <p>Presidiu o Conselho Federal da OAB: Direitos Humanos, Combate à Violência, Seguridade Social e Estudos da Legislação Processual. Também presidiu duas comissões da seccional Sergipe: Exame de Ordem e Prerrogativas; atuou como professor no curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe, Universidade Tiradentes e na Escola Superior de Advocacia da OAB/SE.</p> <p>Em 2008 se tornou desembargador pelo então governador do Estado, Marcelo Déda. Foi Ouvidor-Geral entre 2010 e 2013, bem como a Vice-Presidência no biênio 2013/2015. Em 2016 ocupou o cargo de Vice-Presidente e Corregedor do TRE/SE.</p> |

Fonte: Déda (2015); Barreto (2004, 2008); Acervo do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe

Como notamos nesses verbetes, todos os desembargadores se bacharelaram em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, o que converge com o perfil dos desembargadores aportado nas análises prosopográficas em relação à segunda metade do século XX. Outro componente que se destaca é a ocupação de esferas institucionais que respaldam a formação magistrática, como por exemplo, a assumpção da presidência de conselhos dentro da OAB, de associações como a AMASE (Associação dos Magistrados de Sergipe) e do cargo de corregedor geral de justiça. A ocupação direta de cargos eletivos é percebida discretamente apenas no

verbete biográfico do desembargador Claudio Dinart Déda Chagas, o qual chegou a ser vereador na década de 1970.

Mas de modo mais notório, o que chama a atenção é o fato de que Artur Oscar Déda, Cláudio Dinart e Edson Ulisses terem sido, respectivamente, o tio, o irmão e o cunhado de Marcelo Déda Chagas. Ou seja, nem Albano Franco e nem Marcelo Déda, mesmo com trajetórias de construção política tão distintas, se furtaram de congregar as ramificações de suas redes de influência para a alta corte de justiça enquanto elemento de amplitude da influência política ou mesmo como fator de estabilidade administrativa. Essa instância pode ser apreendida, nessas condições, como uma estrutura fundamental de sustentação de governo e de domínio qualquer bloco político que alcance o poder do Estado. Ou ainda, o controle político do Estado perpassa necessariamente por uma interlocução do judiciário e a política.

Mais do que isso, a lógica de ramificação de influência política por meio da inserção de membros de uma base familiar, se mostraram como prática padrão em todos os períodos históricos aqui trabalhados. Dessa maneira, é possível fazer referência a esse elemento de modo mais objetivo, abarcando todas as relações de base familiar que podem ser atestadas pelos desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe entre os anos de 1891 até 2018. Vejamos, tais vinculações no quadro abaixo:

| DESEMBARGADOR/ANO QUE ASSUMIU O CARGO | BASE FAMILIAR: FILIAÇÃO/CARGO/ANO QUE ASSUMIU O CARGO |
|--|--|
| João Maria Loureiro Tavares (1899) | João Maria Loureiro Tavares (Filho) – (Desembargador/1926) Luiz Loureiro Tavares (Filho) – (Desembargador/1935) |
| João Bosco de Andrade Lima (1943) | Epaminondas Silva de Andrade Lima (Filho) – (Desembargador/1989) |
| Aloísio de Abreu Lima (1983) | Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima (Filho) – (Desembargador/2010) |
| Artur Oscar de Oliveira Déda (1975) | Carvalho Déda (Pai) – (Deputado Estadual/1947-1958) Marcelo Déda Chagas (Sobrinho) – (Governador/2007-2013) Cláudio Dinart Déda Chagas (Sobrinho) – (Desembargador/2003) |
| Edson Ulisses de Melo (2008) | |

| | |
|--|---|
| | Marcelo Déda Chagas (Cunhado) – (Governador/2007-2013) |
| João Maynard (1911) | Guilherme de Souza Campos (Sogro) – (Desembargador/1892) Augusto Maynard (Sobrinho) – (Governador-Interventor/1930-1935/1942-1945) Jorge Campos Maynard (Filho) – (Senador/1957-1963) |
| Guilherme de Souza Campos (1892) | Olímpio de Souza Campos (Irmão) – (Governador/1899-1902) |
| Hunald Santaflor Cardoso (1935) | Graccho Cardoso (Irmão) – (Governador/1924-1926) |
| Fernando Ribeiro Franco (1980) | Albano Pimentel do Prado Franco (Primo) – (Governador/1995-2003) |
| Cândido de Oliveira (1892) | Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro (Irmão) – (Junta Governativa-Governador/1899-1891) |
| Edson de Oliveira Ribeiro (1931) | João Dantas Martins dos Reis (Primo) – (Desembargador/1945) |
| José Sotero Vieira de Melo (1892) | João Gomes de Melo (Tio) – (Senador do Império/1861-1889) |
| Benilde de Vasconcelos Ramos Romero (1895) | Sílvio Romero (Irmão) – (Deputado Federal/1900-1902) |
| Manoel Caldas Barreto Neto (1908) | Manoel Caldas Barreto (Pai) – (Desembargador em Pernambuco) |

Fonte: Elaborado pelo autor

Como se percebe, não foram poucas as interconexões familiares atestadas na composição da mais alta corte do Tribunal de Justiça de Sergipe, seja em contexto de conexão com a política, seja numa configuração interna do espaço jurídico. Dessa forma, a disposição dessa conjunção de fatores permite retomar os questionamentos levantados no capítulo anterior: de que forma as disputas das redes de parentela se retraduziram na formulação de redes profissionais? As parentelas deixaram de compreender forte influência na assumpção das disputas pelos espaços de poder no judiciário nesse mesmo período de transição do perfil da magistratura? Qual o real significado de uma incidência parental com a proporção aqui representada para uma população de tamanho reduzido e, teoricamente, de acesso mais

dificultado? Até onde a noção de “meritocracia” é capaz de definir as formas de ascensão e acesso ao cargo de desembargador efetivamente, sem se prestar à observação das ligações de parentela que lhes são proeminentes?

A resposta prática é a de que as relações de parentela possuem relevância na construção do espaço jurídico desde sua formatação no período republicano, se retraduzindo a posteriori em agrupamentos políticos e sustentando o princípio de vinculação familiar ao longo de todo o período republicano. A transição de perfil de construção profissional dos desembargadores que se opera da primeira para a segunda metade do século XX, apesar de poder ser compreendida como um fator que evidencia uma maior evolução nas práticas profissionais num sentido de sua maior racionalização, não significa, contudo, que as interconexões familiares deixaram de ter sua relevância na configuração do espaço jurídico. Por exemplo, vale notar que na primeira metade do século XX os desembargadores participavam mais diretamente do jogo político, ocupando postos eletivos e secretariados de governo de modo mais explícito, apenas a partir da segunda metade do referido século é que a ocupação direta dessas esferas não será mais frequentemente notada. Mas nem por isso os casos de vinculações de base familiar de governadores com desembargadores deixaram de ser apreciados. Nessas condições, há por um lado um elemento de pretensa autonomização do espaço jurídico por seu afastamento à lógica de convergência de ocupação de postos da política, mas que se ampliado seu mapa de visualização a partir do componente familiar, se percebe que essas interconexões deixaram de ter um vinculação direta de ocupação de cargos eletivos para adentrar na lógica de ramificação da esfera de influência de um grupo político.

Nesse ponto, até onde a noção de “meritocracia” é capaz de definir as formas de ascensão ao cargo de desembargador efetivamente? Vimos anteriormente que os critérios legais para o recrutamento de um indivíduo ao cargo de desembargador existem desde 1934 e se subdividem hoje em duas vias. Por um lado, pode se operar pelo componente do “quinto constitucional” definido pelo art. 94 da Constituição Federal de 1988, em que se determina um quinto das vagas dos tribunais para composição destinada a membros do Ministério Público e advogados, os quais, elencados em lista tríplice, são dispostos à faculdade do governador do Estado em escolher. Por outro lado, há a via de acesso intraprofissional por “merecimento”, que se pauta por critérios de produtividade e presteza para essa determinação (BRASIL, 1988, 2010).

Importante notar é que o “mérito”, percebido em si, de fato exerce um peso importante na compreensão do modo de recrutamento para o cargo de desembargador. Por exemplo, de todos os casos biográficos aqui tratados, nenhum deles deixou de apresentar trânsito em

consagradas universidades de Direito em Sergipe ou qualquer outro Estado. Ou ainda, no final do século XIX os desembargadores compunham um microuniverso de pessoas com formação acadêmica, dado que Sergipe, comparativamente, possuía uma taxa de analfabetismo da ordem de 89% da sua população total (NUNES, 2006). Contudo, e aqui é o ponto nevrálgico dessa questão, o encapsulamento à dimensão meritória põe um véu no significado dos modos como se operam a configuração do espaço jurídico para o qual, por exemplo, o significado das vinculações de base familiar compreende um sentido muito importante quando entendidas enquanto um recurso social.

A noção de profissionalização que se apresenta correlacionada a uma pretensa ideia de gradual racionalização do espaço jurídico em sua configuração, ou de distanciamento com vinculações de ordem política, geram um campo de compreensão absolutamente maniqueísta que interpõe apenas à visualização do “racional versus irracional” ou do “autônomo versus dependente”. Nesse caso, reitero a posição de que a noção de profissionalização deve ser compreendida a partir dos processos sociais que permitem a um grupo em criar condições de controle e demandas para espaço profissional, ou seja, que seja sensível às dinâmicas locais de poder para sua construção, o que necessariamente infere à consideração de outras esferas do mundo social como possíveis de lhe condicionar e influir nos seus modos de organização e operacionalização.

Portanto, a questão das vinculações de base familiar no espaço jurídico ganha aqui ainda mais notoriedade, pois é esse o elemento subjacente na compreensão desse modo de configuração da alta corte sergipana, é um dos seus principais recursos sociais constitutivos, visto que é constatado do início ao final de todos os recortes da história republicana, traduzindo, enfim, um componente tangencia de maneira muito efetiva a esfera jurídica e da política concomitantemente.

Isso tudo infere a um componente interpretativo fundamental, de que as redes de base familiar constatadas no início da república, que ganhavam corpo e conotação correlata àquilo que poderia ser compreendido como um elemento característico do patrimonialismo brasileiro, não necessariamente evoluem no decorrer da república para um estágio evolutivo superior de pretensa transformação para redes de base profissional. Pelo contrário, apenas ganham um sentido menos direto dessa atribuição política, pois os desembargadores não precisam mais modernamente ocupar diretamente posições de cunho político (secretariados ou cargos eletivos), sua dimensão simbólica agora é agregada ao asseguramento da ramificação do grupo de base familiar representado em outras esferas de poder tal qual o judiciário, garantindo assim maior estabilidade administrativa para o governante da hora. Em outras palavras, o grupo que

controla a esfera política também se conecta a um controle da esfera jurídica de maneira paralela.

Vale lembrar que a origem histórica dessa figura esteve correlacionada ao assessoramento da administração real no século XVI, que de certa maneira remonta a essas digressões mais modernas aqui colocadas. Evidentemente a intenção não é a de incorrer em anacronismos, mas a similitude dessas características nos põe, pelo menos, à sua evidenciação como fator de curiosidade. De modo abrangente, pode-se dizer que o quadro geral é o de que tais magistrados no período imperial correspondiam a uma espécie de instrumento do poder real, já na república eles se tornam uma extensão do poder das parentelas e posteriormente dos agrupamentos políticos.

Enfim, o conjunto de reflexões aqui levantado e os casos exemplificativos observados, permitem aferir que “tornar-se desembargador”, de modo bastante amplo, se traduz por: a) uma trajetória de formação profissional articulada com esferas de atuação institucional, sejam elas correlacionadas ao campo político ou intraprofissional; b) se verifica por uma construção profissional associada a áreas de atuação a nível regional; c) se constata pela formação acadêmica em instituições superiores correlacionadas a uma formação de cunho magistrático; d) e por fim, tornar-se desembargador agrega fundamentalmente um componente de viabilidade política a um grupo de modo subjacente, visualizado nas interconexões de cunho familiar.

6. CONCLUSÃO

Toda a trajetória de construção argumentativa e analítica dessa dissertação se subdividiu em quatro partes essenciais. Primeiramente farei uma síntese dessas disposições para apreender o sentido geral de construção do trabalho e, por fim, levantarei as principais conclusões.

No primeiro capítulo foi dada especial atenção aos aspectos de cunho mais teórico que se debruçaram numa literatura sobre a sociologia das profissões e a sociologia das elites. Delas puderam ser traçados os elementos mais gerais da formulação da problemática de pesquisa e das delimitações do objeto. Essa perspectiva inicial também deu os fundamentos necessários para marcar posicionamentos teóricos que, sobremaneira, se traduziram nas possibilidades de formulação crítica com relação às convergências entre as esferas política com espaços de poder. Nesse caso em específico, focalizado no cargo de desembargador, que denota por si mesmo uma esfera de poder e mando de uma elite profissional jurídica.

O segundo capítulo, por sua vez, abarcou a utilização do método sócio-histórico para evidenciar os componentes de formação da justiça no Brasil e em Sergipe, como também posicionou nesses processos históricos o sentido e a gênese da figura dos “desembargadores” de maneira geral. Esses esforços permitiram evidenciar componentes de um largo e recíproco convívio entre a área profissional jurídica e o universo da política, na medida em que se aportou, por exemplo, ao processo de institucionalização do judiciário sergipano no início da república e como o primeiro corpo de magistrados que compunham a sua mais alta corte, necessariamente, era resultado de uma série de dinâmicas políticas traduzidas em disputas de parentelas naquele período. Os desembargadores Gumercindo Bessa e Guilherme de Souza Campos foram os casos mais exemplificativos dessas disputas, eram eles os representantes de redes de relações de base familiar que se organizavam em agrupamentos e se ramificavam nos mais variados postos de poder do Estado, o que não excluía o judiciário desse mapa. Mas, sobretudo, esse referido capítulo permitiu notabilizar os primeiros padrões de acionamento de recursos sociais, sintetizados no poder das parentelas e na titulação acadêmica (vide o fenômeno do “bacharelismo”) como fatores preponderantes; ou em outras palavras, eram essas as vias de conexão iniciais entre a política e a justiça.

De modo subsequente, o terceiro capítulo se pautou pela aplicação detida do método prosopográfico. Inicialmente foram explicadas as vantagens e limitações desse método, como também todo o processo de sua preparação, a forma como se deu a coleta de dados biográficos; enfim, se procurou dar clareza às etapas de formulação metodológica para melhor evidenciar a dimensão que os dados poderiam aportar. Desse modo, os caracteres biográficos permitiram

compreender desde aspectos sociográficos mais gerais na compreensão do objeto analisado, como também pautou as análises sobre formação profissional e acadêmica. De maneira sintética, todo esse esforço se traduziu muito significativamente na evidência de dois padrões de perfil profissional por parte dos desembargadores, que por um lado, compreendeu características que remetem à primeira metade do século XX, e que por outro lado, fazem referência à segunda metade do referido século. Esse padrão, de maneira mais objetiva, diz respeito à média dos recursos sociais mais utilizados pelos desembargadores, onde por exemplo, demonstrou-se que a ocupação de um posto de chefia policial no início do século XX correspondia a um importante trânsito de ocupação institucional, portanto, compreendendo sua ocupação enquanto a assumpção de um recurso significativo que dita os modos de recrutamento para a elite jurídica sergipana.

O quarto e último capítulo teve como objetivo básico não apenas exemplificar os acionamentos desses referidos recursos, como também buscou dar profundidade à problemática levantada nessa dissertação quanto ao quadro de interconexões entre as esferas da política e da justiça ao longo do período republicano, fazendo uso de casos biográficos exemplificativos em diferentes recortes temporais. Esse esforço permitiu, por um lado, melhor situar os dados formulados pelo banco de dados prosopográfico, agregando uma visualização das referidas mudanças de perfil profissional aportadas tanto na primeira metade do século XX quanto na segunda metade desse mesmo século. Por outro lado, também tornou possível compreender de que maneira o princípio de formulação das redes de relações de base familiar, constatadas ao início da república no formato da microunidade das parentelas, perseveraram sua lógica no decorrer do tempo.

Nesse caso, foi verificado que as relações de base familiar, a princípio, estavam correlacionadas a um perfil de formação profissional dos desembargadores caracterizada pela ocupação direta de postos no aparato burocrático do Estado e na política, fator esse que os permitia articular bases de apoio para seus grupos. Gradativamente o espaço profissional passa a se autonomizar e institucionalizar, o que significou a formatação de um novo modelo de formação profissional dos desembargadores, agora menos vinculado diretamente à burocracia do Estado e à assumpção de cargos eletivos ou de indicação política. A operacionalização dessa mudança nem por isso denotou uma diminuição nas modalidades de articulação de base de apoio familiar. Ou seja, se havia expectativa interpretativa de que a mudança na forma de construção da carreira magistrática era significativa de um destacamento do elemento político que lhe entremeava, dada a noção de uma pretensa “racionalização”, as relações de base familiar nesse contexto verificadas serão, portanto, um ponto de inflexão de uma interpretação nesse

sentido. Se constatou apenas uma diminuição de incidência direta dos desembargadores numa trajetória dentro da política. O significado de suas vinculações com grupos de base familiar se firma nas possibilidades de ramificação de influência em outras esferas de poder.

Nesse ponto é importante ressaltar que a contribuição do presente trabalho se enquadra numa evidenciação da íntima relação entre judiciário e política, do qual Sergipe e seus desembargadores são matrizes que permitem a visualização das articulações dessas esferas, mais especificamente conjugadas pelas relações de base familiar, as quais são a ponte de conexão entre as mesmas. Em perspectiva mais ampla, todas essas digressões imprimiram a constatação de variados modos de estruturação de dominação (poder) e controle político por parte de grupos de elite, ou ainda, demonstram que a política não se articula unicamente por seus canais oficiais (compreendendo nisso a formalidade partidária, por exemplo), mas também se mobilizam por outras vias que viabilizem o controle de postos de prestígio e mando, para consolidação do poder de um grupo político.

Num mapa geral, o que se percebe é que o judiciário brasileiro se constituiu desde seu período embrionário enquanto um instrumento de consolidação do poder político. Na colônia, por exemplo, a dimensão simbólica do judiciário estava correlacionado à extensão do poder real português além-mar. No que tange ao período do império brasileiro, as atribuições judiciais se debruçavam tanto no controle burocrático da formação do Estado Nação brasileiro quanto no esforço de capilarização e institucionalização em todo o território nacional, o que traduz em grande parte o fato do judiciário estar correlacionado às possibilidades de controle político por parte do imperador brasileiro. Já com o advento da república, essa noção de “instrumento de consolidação de poder político” passou a ser correlacionado às redes de parentelas que marcaram a gênese da república e que posteriormente se retraduziram em agrupamentos políticos, dos quais se perseverou a dimensão das bases de relação familiar e de amizade políticas para sua composição, ou seja, o período republicano representou o poder e a força do controle político por parte das redes políticas de base familiar, dado o norte de visualização do judiciário enquanto ferramenta fundamental para consolidação da mesma.

Vale constatar, principalmente, que esse conjunto de características fomentam uma reflexão sobre os princípios de formação do Estado brasileiro tendo por norte essas articulações de poder que se estendem da colônia à república, em que se focalize, nesse caso, os domínios de grupos sociais de elite nos mais variados períodos históricos nacionais. Descortinar essas modalidades de articulação põe em xeque a imagem de um pretenso afastamento do judiciário em relação ao ambiente político, dada as características de neutralidade, objetividade e profissionalismo que são tão sustentadas pelo Judiciário quando em contraposição aos poderes

Executivo e Legislativo. O que se percebe dentro de toda a discussão aqui elegida é que, na realidade, o judiciário possui uma interlocução política que se mobiliza por canais informais, por modos de empreendimento político que não são computados em termos meramente oficiais ou institucionais.

Enfim, todo esse conjunto de disposições aqui analisadas permitem aferir que o processo de “tornar-se desembargador” pode agregar diferentes formas para sua operacionalização a depender do período histórico considerado. Os perfis de construção profissional aqui atestados tanto na primeira quanto na segunda metade do século XX, aportam a esses diferentes modos de acionamento de recursos sociais para o recrutamento ao mais alto posto da hierarquia jurídica estadual. Mas vale notar, contudo, que “tornar-se desembargador” tem um significado fundamentalmente agregado a um componente de viabilidade política de um grupo, o qual pode ser visualizado nas interconexões de cunho familiar mantidas por esses indivíduos, pois como vimos, esse foi o único recurso social que perseverou em todo o período republicano (1891-2018). O controle do judiciário está intimamente associado ao controle político. O exame da alta magistratura estadual permitiu notabilizar uma forma de estruturação do “poder”, pois foram evidenciadas as modalidades e estratégias de ação dos grupos dirigentes em disputas nas mais variadas esferas sociais, ambicionando adentrar posições de grande prestígio e mando. Ou seja, tornou-se possível, a partir das análises dos desembargadores sergipanos, compreender a processos de conservação social e dominação de um grupo social de elite de maneira ampla. Tratou-se da percepção de um modo de estruturação do “poder”, tomando por base aqueles indivíduos capazes de detê-lo e mobilizá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras gerais

ALMEIDA, Frederico de. **“A Nobreza Togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil”**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – USP, São Paulo, pp. 329, 2010.

_____. **“As Elites da Justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira”**. In: Revista de Sociologia e Política, v.22, n.52, p. 77-95, dez. 2014.

ADORNO, Sérgio. **“Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira”**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 219, 1988.

BARRETO, Luiz Antônio. **“A História do Poder Judiciário em Sergipe”**. Tipografia Editorial, Sergipe, pp. 191, 2004.

_____. **“Dicionário Biográfico dos Desembargadores do Poder Judiciário de Sergipe”**. Aracaju, TJ: Sercore Artes Gráficas, 2008.

BEVILÁQUA, Clovis. **“História da Faculdade de Direito do Recife”**. São Paulo, Instituto Nacional do Livro, 2ª ed., 459p., 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, pp. 292, 1988.

_____. **Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010**. Atos Administrativos, Conselho Nacional de Justiça. Brasília, DF, 2010.

BONELLI, Maria da Glória. **“As interações dos profissionais do direito em uma Comarca do Estado de São Paulo”**. In: SADEK, Maria Tereza, (org). O sistema de justiça. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 24-70, 2010a.

_____. **“Condicionantes da Competição Profissional no Campo da Justiça: a morfologia da magistratura”**. In: Introdução aos estudos sobre justiça. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 95-116, 2010b.

_____. **“Os Delegados de Polícia entre o Profissionalismo e a Política no Brasil, 1842-2000”**. In: XXV International Congress of the Latin American Studies Association, Dallas, p. 1-30, 2003.

_____. **“Os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Construção do Profissionalismo, 1837-1997”**. In: Dados – Revista de Ciências Sociais, vol.44, n.02, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 22, 2001.

_____. **“O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado”**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n.30, p. 61-81, 1999.

_____. ; NUNES, Jordão Horta; MICK, Jacques. **“Ocupações e Profissões na Sociedade Brasileira de Sociologia: balanço da produção (2003-2017)”**. In: Revista Brasileira de Sociologia, vol.5, n.11, p. 18-28, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **“Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil”**. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.28, p. 9-30, 2007.

BECKER, Howard. **“Métodos e Pesquisa em Ciências Sociais”**. São Paulo, Hucitec, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **“De la Maison du Roi à la Raison d’État: un modele de la genèse du champ bureaucratique”**. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, vol.18, p. 55-68, 1997.

_____. **“Esprits d’État: genèse et structure du champ bureaucratique”**. In: Actes de la recherche en sciences sociales, vol. 96-97, Esprits d’État, p. 49-62, 1993.

_____. **“O Poder Simbólico”**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **“A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial”**. UFRJ, Relume Dumará, Rio de Janeiro, pp. 435, 1996.

COMPARATO, Fábio Konder. **“O Poder Judiciário no Brasil”**. In: Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Instituto Humanitas Unisinos, n.222, vol.13, pp. 32, 2015.

CODATO, Adriano. **“Metodologias para identificação de elites: três exemplos clássicos”**. In: Como Estudar Elites, UFPR, Curitiba, p. 15-32, 2015a.

_____; HEINZ, Flávio. **“A prosopografia explicada para cientistas políticos”**. In: Como Estudar Elites, UFPR, Curitiba, p. 249-278, 2015b.

CHARLE, Cristophe. **“A Prosopografia ou Biografia Coletiva: Balanços e Perspectivas”**. In: Por outra história das elites, FGV, p. 41-53, 2006a.

_____. **“Como anda a história social das elites e da burguesia?: tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea”**. In: Por outra história das elites, FGV, p. 19-39, 2006b.

_____. **“Les Elites de la République”**. In: TOMO, UFS, Sergipe, v.13, p.15-42, 2008.

CONNIFF, Michael. **“A Elite Nacional”**. In: Por outra história das elites, FGV, p. 99-120, 2006.

DANTAS, Ibarê. **“Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909). O patriarca da Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe”**. Criação, Sergipe, 480p., 2009.

_____. **“História de Sergipe República (1889-2000)”**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 334p., 2004.

_____. **“A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis”**. São Cristóvão, Editora UFS, 246p., 2013.

_____. **“O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930”**. Petrópolis, Vozes, 252p., 1974.

DEZALAY, Yves. **“Les usages internationaux du concept de champ juridique”**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. n.200, p. 56-69, 2013.

_____; GARTH, Bryant. **“A Construção Jurídica de uma Política de Notáveis: O Jogo Duplo da Elite do Judiciário Indiano no Mercado da Virtude Cívica”**. In: Repocs – Dossiê Profissões e Espaços da Política, EDUFMA, Maranhão, v.12, n.23, p. 37-60, 2015.

_____; GARTH, Bryant. **“A Dolarização do Conhecimento Técnico Profissional e do Estado”**. In: RBCS, v.15, n.43, p. 163-176, 2000.

DEDA, Artur Oscar de Oliveira. **“Artur Oscar de Oliveira Deda: o magistrado doutrinador”**. Aracaju, Liceu, Seleta do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, vol. 3, 440p., 2015.

FILHO, Ives G. S. Martins. **“Evolução Histórica da Estrutura Judiciária Brasileira”**. In: Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, vol.65, n.1, p. 85-114, 1999.

GUARANÁ, Armindo. **“Dicionário Bio-Bibliográfico de Sergipe”**. Pongetti, Rio de Janeiro, 1925.

GRILL, Igor Gastal. **“Múltiplas Dimensões de uma agenda comum de pesquisas: elites, profissionais e lideranças políticas”**. In: Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA), EDUFMA, Maranhão, p. 11-26, 2008.

HEINZ, Flávio M. (Org.) **“Por outra história das elites”**. FGV, Rio de Janeiro, pp. 224, 2010.

INTERNATIONAL BUSINESS MACHINES – IBM. **“Guia do Usuário do Sistema Principal do IBM SPSS Statistics 24”**. Rio de Janeiro, 320p., 2016.

JÚNIOR, Francisco Ney. **“As Raízes do Poder Judiciário Brasileiro: uma análise acerca da burocracia do sistema judicial no período colonial”**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n.151, 2016.

LIMA, Aline Magno. **“A Revolta dos Dândis: a elite da advocacia pública sergipana, profissionalismo e poder”**. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFS, São Cristóvão, pp. 277, 2016.

LIMA, Arthur Ives. **“Facções e Afetações – Processo de redefinição do judiciário e da política sergipana no século XIX (1836-1892)”**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFS, São Cristóvão, pp. 69, 2016a.

LEWIN, Linda. **“Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia brasileira”**. Record, Rio de Janeiro, pp. 431, 1987.

LE GOFF, A.; MARTIN, Monique de Saint. **“L'espace de la noblesse”**. In: Politix, vol. 6, n°23, Troisième trimestre, p. 131-134; doi: 10.3406/polix, 1993.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. **“Política e Burocracia no Presidencialismo Brasileiro: O Papel do Ministério da Fazenda no Primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso”**. In: RBCS, v.14, n.41, p. 69-89, 1999.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. **“Elites Regionais”**. In: Por outra história das elites, FGV, p. 77-97, 2006.

MARTINS, José de Souza. **“O artesanato intelectual na sociologia”**. In: “Revista Brasileira de Sociologia”. vol.1, n.2, pp. 13-48, 2013.

MILLS, C. Wright. **“A Imaginação Sociológica”**. Zahar, Rio de Janeiro, 2ed., 1969.

MATHIAS, Carlos Fernando. **“Notas para uma história do Judiciário no Brasil”**. Fundação Alexandre de Gusmão, p. 159-233, 2009.

NUNES, Maria Thetis. **“Sergipe Provincial II: (1840/1889)”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

PALADINO, Andrea Silio. **“Os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná: uma análise do perfil social e orientação jurídica nas carreiras de magistrado e do quinto constitucional”**.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, pp. 103, 2007.

PETRARCA, Fernanda Rios. **“Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes”**. In: Como Estudar Elites, UFPR, Paraná, p. 151-186, 2015a.

_____. **“De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900)”**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 74, pp. 89-112, 2017.

_____. **“Elites Jornalísticas, Recursos Políticos e Atuação Profissional no Rio Grande do Sul”**. In: TOMO – Dossiê Sociologia do Poder e das Elites, UFS, Sergipe, p. 169-200, 2008.

_____; REIS, Eliana. **“Profissões e Espaços da Política: As Potencialidades de uma Agenda de Pesquisa”**. In: Repocs, EDUFMA, Maranhão, v.12, n.23, p. 11-18, 2015b.

_____; OLIVEIRA, Wilson. **“Os Estudos de Elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente”**. In: REIS, Eliana; GRILL, Igor (Org.). Estudos sobre Elites Políticas e Culturais – reflexões e aplicações não canônicas. Volume 2, Maranhão, EDUFMA, 2016.

_____; OLIVEIRA, Wilson. **“Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas”**. In: Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, v.16, n.37, p. 191-224, 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **“Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil”**. In: O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. **“Sociologia das Profissões”**. CELTA, 2ª ed., pp. 160, 2002.

ROUBAUD-QUASHIE, Guillaume. **“‘Et l’acier fut trempé’ ou les dirigeants de l’Union de la jeunesse républicaine de France saisis par la prosopographie”**. Hypothèses, n.18, p. 319-316, 2015.

RENTERGHEM, Vanessa Van; LEFERME-FALGUIÈRES, Frédérique. **“Le Concept d’Élites: approches historiographiques et méthodologiques”**. Hypothèses, p. 55-67, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. **“Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial – A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751”**. Perspectiva, São Paulo, pp. 356, 1979.

SANTOS, Thiago César Carvalho dos. **“Crítica ao sistema brasileiro de seleção de juizes: análise da proposta de eleição popular”**. In: Anais do XXVI Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, p. 201-221, 2017.

SAINT MARTIN, Monique de. **“A nobreza em França: a tradição como crença”**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20 (7), out., p. 148-161, 1992.

_____. **“Da Reprodução às Recomposições das Elites: As Elites Administrativas, Econômicas e Políticas na França”**. In: TOMO, UFS, Sergipe, v.13, p. 43-74, 2008.

SILVA, Eugênia A. **“A Formação Intelectual da Elite Sergipana (1822-1889)”**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS, São Cristóvão, pp. 121, 2004.

SOUZA, Alexandre de O. Bazilio. **“Importando Ideias: a reinvenção do Juiz de Paz no Império (1871-1889)”**. In: Anais do Seminário Internacional de História e Direito: instituições políticas, poder e justiça, UFF, vol.1, Niterói, p. 1-22, 2011.

SADEK, Maria Tereza. “**A Organização do Poder Judiciário no Brasil**”. In: Uma introdução ao estudo da justiça. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 1-16, 2010a.

_____. “**Observações sobre a pesquisa**”. In: Introdução aos estudos sobre justiça. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 32-40, 2010b.

STEINMETZ, George. “**État-Mort, État-Fort, État-Empire**”. In: “Actes de la Recherche en Sciences Sociales”. Le Seuil, n.201-202, 2014.

STONE, Lawrence. “**Prosopografia**”. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

VIANNA, Marcelo. “**Os Homens do Parquet – Trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964)**”. Porto Alegre, Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 430pp., 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos. “**História do Direito no Brasil**”. Forense, Rio de Janeiro, pp. 129, 2003.

Fontes oficiais e históricas

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. **Revista do IHGSE**, vol. I, nº 1, Sergipe, 1913.

_____. **Revista do IHGSE**, nº 44, Sergipe, pp.145-166, 2014.

JORNAL GAZETA DE SERGIPE. **Ano XIII**, nº 3489, Sergipe, 25 de janeiro de 1968.

JORNAL CORREIO DE ARACAJU. **Ano V**, nº 495, Sergipe, 18 de dezembro de 1910.

_____. **nº 3607**, Sergipe, pg. 2, 06 de julho de 1944.

_____. **nº 985**, Ano VI, Publicação Diária, 18 de setembro de 1913.

SERGIPE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 609, Ano IV, 21 de julho de 1935. Aracaju/SE

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 2661, 31 de outubro de 1950. Aracaju/SE.

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 2509, Ano V, 7 de julho de 1953. Aracaju/SE.

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5139, 04 de outubro de 1962. Aracaju/SE.

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5170, 20 de fevereiro de 1963. Aracaju/SE.

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5143, 16 de março de 1965. Aracaju/SE.

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5184, 18 de fevereiro de 1966. Aracaju/SE.

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5191, 05 de abril de 1966. Aracaju/SE.

_____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5351, 23 de janeiro de 1967. Aracaju/SE.

- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5358, 10 de março de 1967. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5581, 06 de março de 1968. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5582, 11 de março de 1968. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5684, 25 de fevereiro de 1969. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5876, 02 de março de 1971. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5877, 05 de março de 1971. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 7087, 16 de março de 1973. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 7821, 26 de fevereiro de 1975. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 5200, 10 de março de 1975. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 18812, 26 de janeiro de 1981. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 18821, 06 de fevereiro de 1981. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 19304, 02 de fevereiro de 1983. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 19306, 04 de fevereiro de 1983. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 19729, 23 de outubro de 1984. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 19730, 24 de outubro de 1984. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 19801, 07 de fevereiro de 1985. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 19802, 08 de fevereiro de 1985. Aracaju/SE.
- _____. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 24781, 24 de maio de 2005. Aracaju/SE.
- _____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 185, Ano II, 05 de fevereiro de 1987. Aracaju/SE.
- _____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 369, Ano IV, 30 de janeiro de 1989. Aracaju/SE.
- _____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 370, Ano IV, 02 de fevereiro de 1989. Aracaju/SE.
- _____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 519, Ano V, 04 de outubro de 1990. Aracaju/SE.
- _____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 521, Ano V, 15 de outubro de 1990. Aracaju/SE.
- _____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 545, Ano VI, 31 de janeiro de 1991. Aracaju/SE.
- _____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 546, Ano V, 04 de fevereiro de 1991. Aracaju/SE.
- _____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 734, Ano VIII, 01 de fevereiro de 1993. Aracaju/SE.

_____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 735, Ano VIII, 04 de fevereiro de 1993. Aracaju/SE.

_____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 924, Ano X, 01 de fevereiro de 1995. Aracaju/SE.

_____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 925, Ano X, 06 de fevereiro de 1995. Aracaju/SE.

_____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 1120, Ano XII, 03 de fevereiro de 1997. Aracaju/SE.

_____. **Diário da Justiça do Estado de Sergipe**, nº 1321, Ano XIV, 03 de fevereiro de 1999. Aracaju/SE.

ANEXO

| LISTA COMPLETA DOS DESEMBARGADORES DE SERGIPE – 1891/2018 | | | | |
|--|---------------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|---|
| | NOME | ANO EM QUE NASCEU | ANO EM QUE ASSUMIU O CARGO | ANO EM QUE ASSUMIU A PRESIDÊNCIA |
| 1 | Gumercindo de Araújo Bessa | 1859 | 1891 | 1891 |
| 2 | Cândido de Oliveira Ribeiro | 1859 | 1891 | - |
| 3 | João Gomes Barreto | 1861 | 1891 | - |
| 4 | João Batista da Costa Carvalho | 1840 | 1892 | 1892 |
| 5 | Francisco Alves da Silveira Brito | 1844 | 1892 | - |
| 6 | Gustavo Gabriel Coelho Sampaio | 1834 | 1892 | - |
| 7 | Guilherme de Souza Campos | 1850 | 1892 | 1895 |
| 8 | José Sotero Vieira de Melo | 1856 | 1892 | 1906 |
| 9 | Benilde de Vasconcelos Ramos Romero | 1859 | 1895 | 1896 |
| 10 | Bemvimdo Pinto Lobão | 1837 | 1896 | - |
| 11 | José de Barros Accioli de Menezes | 1862 | 1896 | 1896 |
| 12 | Heráclito Diniz Gonçalves | 1863 | 1898 | - |
| 13 | Gonçalo Vieira de Melo | 1847 | 1897 | - |
| 14 | Simeão Teles de Menezes Sobral Júnior | 1868 | 1898 | - |
| 15 | Homero de Oliveira | 1858 | 1899 | 1908 |
| 16 | João Maria Loureiro Tavares (pai) | 1844 | 1899 | - |
| 17 | Antônio Teixeira Fontes | 1864 | 1904 | - |
| 18 | Zacharias Horácio dos Reis | 1860 | 1904 | 1911 |
| 19 | Libério de Souza Monteiro | 1866 | 1907 | 1925 |
| 20 | Manoel Caldas Barreto Neto | 1871 | 1908 | 1912 |
| 21 | João da Silva Melo | 1856 | 1908 | - |
| 22 | João Maynard | 1878 | 1911 | 1916 |
| 23 | Dionízio Teles de Menezes | 1866 | - | - |
| 24 | Evangelino José de Faro | 1865 | 1913 | - |
| 25 | Lupicínio Amintas da Costa Barros | 1873 | 1916 | 1927 |
| 26 | Armando Hora de Mesquita | 1884 | 1924 | - |
| 27 | João Maria Loureiro Tavares (filho) | 1879 | 1926 | - |
| 28 | Ascendino D'Ávila Garcez | 1881 | 1926 | - |

| | | | | |
|----|-------------------------------------|------|------|------|
| 29 | Francisco Monteiro de Almeida | 1884 | 1926 | - |
| 30 | Octávio Gomes Cardoso | 1882 | 1926 | 1935 |
| 31 | João Dantas de Brito | 1877 | 1926 | 1950 |
| 32 | Gervásio de Carvalho Prata | 1886 | 1936 | 1937 |
| 33 | Edison de Oliveira Ribeiro | 1897 | 1931 | - |
| 34 | Luiz Loureiro Tavares | 1883 | 1935 | 1943 |
| 35 | Hunald Santaflor Cardoso | 1894 | 1935 | 1946 |
| 36 | Zacharias Lourenço de Carvalho | 1876 | 1935 | - |
| 37 | José Joaquim da Fonseca | 1881 | 1941 | 1945 |
| 38 | João Bosco de Andrade Lima | 1907 | 1943 | 1960 |
| 39 | Abílio de Vasconcelos Hora | 1886 | 1943 | - |
| 40 | João Dantas Martins dos Reis | 1884 | 1945 | 1950 |
| 41 | José Rodrigues Nou | 1890 | 1945 | 1954 |
| 42 | Enock Matusalém Santiago | 1892 | 1945 | 1946 |
| 43 | Octávio de Souza Leite | 1889 | 1945 | - |
| 44 | Octávio Teles de Almeida | 1894 | 1946 | 1956 |
| 45 | Carlos Vieira Sobral | 1897 | 1953 | 1958 |
| 46 | Luiz Pereira de Melo | 1905 | 1955 | 1962 |
| 47 | Luiz de Magalhães | 1899 | 1956 | - |
| 48 | Waldemar Fortuna de Castro | 1909 | 1957 | 1961 |
| 49 | Antônio Xavier de Assis Júnior | 1911 | 1958 | 1977 |
| 50 | Belmiro da Silveira Góes | 1914 | 1960 | 1964 |
| 51 | Serapião de Aguiar Torres | 1919 | 1964 | 1968 |
| 52 | Pedro Barreto de Andrade | 1918 | 1964 | 1973 |
| 53 | Joel Macieira Aguiar | 1905 | - | - |
| 54 | Luciano França Nabuco | 1920 | - | 1969 |
| 55 | Humberto Diniz Sobral | 1900 | 1966 | 1967 |
| 56 | José Fernandes Prado Vasconcelos | 1922 | 1966 | 1971 |
| 57 | Raimundo da Rosa Santos | 1911 | 1967 | - |
| 58 | Antônio Vieira Barreto | 1928 | 1968 | 1975 |
| 59 | Artur Oscar de Oliveira Déda | 1932 | 1975 | 1979 |
| 60 | José Barreto Prado | 1935 | 1975 | 1981 |
| 61 | Luiz Rabelo Leite | 1926 | 1977 | 1983 |
| 62 | Luiz Garcez Vieira | 1927 | 1978 | - |
| 63 | Luiz Carlos Fontes de Alencar | 1933 | 1979 | 1985 |

| | | | | |
|----|--------------------------------------|------|------|------|
| 64 | Antônio Machado | 1919 | 1979 | 1987 |
| 65 | Fernando Ribeiro Franco | 1939 | 1980 | 1989 |
| 66 | José Nolasco de Carvalho | 1927 | 1980 | 1991 |
| 67 | Aloísio de Abreu Lima | 1931 | 1983 | 1993 |
| 68 | Clara Leite de Rezende | 1940 | 1984 | 1995 |
| 69 | Epaminondas Silva de Andrade Lima | 1935 | 1989 | 1997 |
| 70 | Rinaldo Costa e Silva | 1933 | 1989 | - |
| 71 | Gilson Góes Soares | 1938 | 1990 | 1999 |
| 72 | José Antônio de Andrade Góes | 1943 | 1994 | 2001 |
| 73 | Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila | 1937 | 1996 | 2003 |
| 74 | Marilza Maynard Salgado de Carvalho | 1945 | 1997 | 2005 |
| 75 | José Artêmio Barreto | 1938 | 2000 | 2007 |
| 76 | Josefa Paixão de Santana | 1937 | 2000 | - |
| 77 | Roberto Eugênio da Fonseca Porto | 1958 | 2000 | 2009 |
| 78 | Manoel Cândido Filho | 1936 | 2002 | - |
| 79 | José Alves Neto | 1942 | 2002 | - |
| 80 | Cláudio Dinart Déda Chagas | 1945 | 2003 | 2015 |
| 81 | Célia Pinheiro Silva de Menezes | 1940 | 2004 | 2007 |
| 82 | Luiz Antônio de Araújo Mendonça | 1949 | 2005 | - |
| 83 | Cezário Siqueira Neto | 1961 | 2005 | 2017 |
| 84 | Madeleine Alves de Souza Gouveia | 1937 | 2006 | - |
| 85 | Maria Aparecida Santos Gama da Silva | - | 2008 | - |
| 86 | Netônio Bezerra Machado | 1943 | 2008 | - |
| 87 | Osório de Araújo Ramos Filho | 1947 | 2008 | 2012 |
| 88 | Edson Ulisses de Melo | 1948 | 2008 | - |
| 89 | Suzana Maria Carvalho Oliveira | 1945 | 2008 | - |
| 90 | Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima | 1962 | 2010 | - |
| 91 | Geni Silveira Schuster | 1944 | 2010 | - |
| 92 | José dos Anjos | 1947 | 2012 | - |
| 93 | Ruy Pinheiro da Silva | 1949 | 2013 | - |
| 94 | Iolanda Santos Guimarães | 1961 | 2014 | - |
| 95 | Alberto Romeu Gouveia Leite | 1946 | 2015 | - |
| 96 | Elvira Maria de Almeida Silva | 1949 | 2015 | - |
| 97 | Diógenes Barreto | 1958 | 2016 | - |

| | | | | |
|----|--|---|------|---|
| 98 | Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos | - | 2016 | - |
|----|--|---|------|---|

Fonte: Elaborado pelo autor